

NATALIA VELLOSO SANTOS

POLÍTICAS DA ORDEM

Poder e imaginação na criação da cidade olímpica

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo

Rio de Janeiro

2012

S237p Santos, Natália Velloso.
Políticas da ordem : poder e imaginação na criação da
cidade olímpica / Natália Velloso Santos. – 2012.
116 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Frederico Guilherme Bandeira de Araujo.
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de
Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional, 2012.
Bibliografia: f. 113-116.

1. Promoção de cidades. 2. Imagem (Filosofia).
3. Ordem pública (Direito). I. Araújo, Frederico Guilherme
Bandeira de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
III. Título.

CDD: 307.76

NATALIA VELLOSO SANTOS

POLITICAS DA ORDEM

Poder e imaginação na criação da cidade olímpica

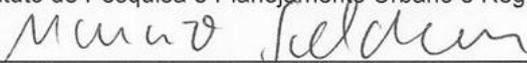
Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional

Aprovado em:

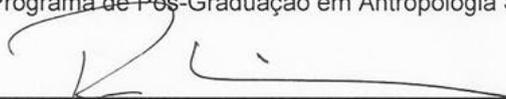
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo – Orientador.
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Prof. Dr. Marcio Goldman
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional – UFRJ



Prof. Dr. Fernando Rabossi
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ

para Rita e Odette, por estarem comigo

Agradecimentos

Agradeço ao Fred pela orientação e pelas chispas sutis que constituíram a produção desta reflexão. Indissociavelmente agradeço aos integrantes do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura pela incansável tarefa de surpreender o pensamento.

A Alex Varella, meu grande amigo e detonador das inspirações cidadinas.

Aos colegas da turma do mestrado de 2009, em especial à Raquel Gonzalo e Bruna Guterman pelo contínuo apoio.

À professora Fernanda Sanchez (EAU-UFF) pelas importantes interlocuções na banca de qualificação e pelas decisivas contribuições dadas em sua disciplina “Cultura e processos espaciais”.

Aos professores Marcio Goldman e Fernando Rabossi pelas generosas contribuições conceituais e igualmente pela participação de ambos na banca de exame deste trabalho.

No IPPUR, gostaria de agradecer por todas as ajudas dos mais que atenciosos André, Zuleica e Dona Maria. E também às professoras Fânia Fridman e Julieta Nunes pelas trocas e afinidades de inquietações.

Agradeço a Igor pelo carinho e pelos caminhos insurgentes.

Dos queridos amigos do cotidiano, onde se teceram as tramas dessas linhas, E também à Marina Velloso, Camila Fernandes, Bruno Augusto e Maíra Gerstner pela contínua devoração. Além de Mariana Mordente e Raphi Soifer, por terem me provocado com a potência das ruas e este último, também, pelas ajudas nas traduções.

À minha calorosa família, e em especial a Eliane, Chico, Cláudia e meus irmãos, por todo o cuidado que têm comigo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro para a realização deste trabalho através da bolsa de estudo.

E com grande carinho, gostaria de agradecer e dedicar este trabalho também à professora Ana Clara Torres Ribeiro. Não somente pelo privilégio tê-la tido como interlocutora, durante a qualificação, cujas contribuições que foram decisivas para os passos que pretendi dar com o trabalho. Mas igualmente, porque, através desta figura absolutamente singular, me sinto agradecendo a muitas mulheres (em todas as abrangências que esta palavra pode ter) cuja potência desestabilizadora nos move.

Não era verdade que só se pensa um pensamento único [...] A coerência, não a quero mais.
Coerência é mutilação. Quero a desordem”
(Clarice Lispector)

Resumo

As estratégias de *marketing urbano* prescrevem a criação de *imagens das cidades* que sejam capazes de promovê-las à semelhança de mercadorias, a fim de atrair investimentos e legitimar novos projetos diante da população. Este trabalho procura reformular a crítica às imagens elaboradas segundo a lógica do *marketing* através de outra chave de entendimento que se distingue da postura de tratá-las apenas como formas de ocultar uma cidade “mais” real. Justamente, por entender que essa compreensão negligencia a capacidade que estas imagens têm de funcionar enquanto artefatos que constituem maneiras de ver, perceber, sentir e dizer cidade. Neste sentido, a reflexão aqui presente buscou analisar o contexto recente de constituição do imaginário oficial do Rio de Janeiro, adotando como objeto central a atuação da Secretaria Especial da Ordem Pública, problematizada através da análise de textos oficiais disponibilizados publicamente, em especial, aqueles voltados para a comunicação com a população. A partir desta abordagem, procurou-se entender estas *políticas da ordem*, não simplesmente como repressoras, mas como mecanismos de poder que criam imagens capazes de produzir realidade, ou seja, que podem, e pretendem, fazer funcionar os sentidos que constituem aquilo que é entendido como *cidade*.

Palavras-chaves: *marketing urbano*, imagens de cidade, ordem pública.

Abstract

The strategies of *urban marketing* involve the creation of *cities' images* which are able to promote them as commodities, so that they could attract investments and legitimize new projects before the population. This study aims to reformulate the criticism towards these images formulated according to the logic of *marketing* through a new approach that does not treat them only as devices to hide a “more” real city; once this understanding may neglect the capacity of these images as ways to see, to realize, to feel and to express the city. In this sense, the thinking that guides this study attempts to analyze the context of the recent construction of the official imaginary of Rio de Janeiro, adopting as the main object the role of the Special Secretariat of Public Order (Secretaria Especial da Ordem Pública), throughout the analysis of publicly available official texts, especially those regarding the communication with the population. From this approach, these *order policies* were seen not only as repressive, but also as power mechanisms which can create images that are able to produce reality; in other words, images that can, and intend to, make the meanings that constitute what is understood as *city work*.

Key-words: city marketing, city images, public order.

LISTAS

ILUSTRAÇÕES:

Figura 1: Canteiro de obras do projeto de “revitalização” da zona portuária do Rio	25
Figura 2: “É a vez do Rio”	38
Figura 3: Publicidade irregular – foto de divulgação da SEOP	76
Figura 4: Tenda do Choque de Ordem na praia	77
Figura 5: Cartazes da SEOP na Lapa	78
Figura 6: Barracas da feira “Lapa Legal”	79
Figura 7: Contêiner do “Choque de Ordem nas praias”	82
Figura 8: Grafite em muro na Lapa	107

TABELAS:

Tabela 1: Balanço de apreensões do Choque de Ordem nas praias	92
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: CIDADE IMAGINADA	15
1.1 IMAGENS DAS CIDADES	18
1.1.1 CIDADE-NARRATIVA	18
1.1.2 CIDADE FORMA	19
1.1.3 CIDADE IMAGINÁRIA	20
1.2 IMAGENS-CIDADE	21
1.3 IMAGENS DE MARKETING, IMAGENS OFICIAIS	24
1.4 A CRÍTICA: CIDADES DO MARKETING, CIDADES CÓPIA DEGRADADA	28
1.5 ESPETACULARIZAÇÃO E FE(I)TICHISMO	29
CAPÍTULO II: IMAGINÁRIO OFICIAL	36
2.1 <i>O MOMENTO DO RIO</i>	40
2.1.1 PRESENTE	41
2.1.2 PASSADO	46
2.1.3 FUTURO	48
2.2 <i>EMPRESARIAMENTO DA CIDADE</i>	50
CAPÍTULO III - A POLÍTICA DA ORDEM	54
3.1 SOBRE TEXTOS OFICIAIS	54
3.2 “ORDEM PÚBLICA”	58
3.2.1 BOGOTÁ E “CULTURA CIDADÃ”	59
3.2.2 CRIMES E JANELAS QUEBRADAS	62
3.3 SOBRE OS MATERIAIS	68
3.4 A PARTIR DA SEOP	80
3.5 OU CONTRA OU A FAVOR	86
3.6 TRADUÇÕES	88
3.6.1 NOVOS SENTIDOS	89
3.6.2 NOVAS PALAVRAS/CATEGORIAS	90
3.6.3 NÚMEROS	91

3.6.4	FORMAS	93
3.7	ASSOCIAÇÕES	93
3.8	A ORDEM É <i>PÚBLICA</i>	97
3.9	ENTÃO SE TORNA INDISPENSÁVEL TER UMA CULTURA	10
		2
	CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU ÚLTIMA SEQUÊNCIA DE MONTAGENS ASSOCIATIVAS	109
	REFERÊNCIAS	114

INTRODUÇÃO:

Saio de casa. Como desejo que seja aqui fora? Quais as coisas chamam minha atenção, quais não chego a me lembrar? O que vejo? O que nem reparei? O que me incomoda, desde quando vim morar aqui? Quais passaram a me incomodar desde a semana passada? Porque atravessei a rua? Qual caminho desejo fazer? Qual faço? Aonde pretendo ir? Como desejo que seja aqui? Como desejo que seja lá?

•

Conviver bem com as pessoas que estão ao nosso redor é fundamental para termos mais qualidade de vida. É assim na escola, em casa, no trabalho e com nossa cidade não pode ser diferente. Essas foram apenas algumas dicas que irão melhorar a sua vida e a de todos que estão a sua volta. Leia, vivencie, pratique. Vamos transformar o Rio em uma cidade ainda mais maravilhosa.

(Manual da Ordem Pública, distribuído nas ruas pela Secretaria Especial da Ordem Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro)

•

No bojo das transformações que caracterizam a atual fase do sistema capitalista, assistimos a lógica *empresarial* se consolidar como o modelo de organização de diferentes esferas de sociabilidade (DELEUZE, 1992). Em instâncias como nas escolas, nas famílias e na vida pessoal, os princípios do prêmio e da competição se consagram como fundamentos elementares. Em termos das administrações urbanas, estas mudanças estão associadas ao intenso fluxo de deslocamento de investimentos, que em função do desenvolvimento das tecnologias da informação e da flexibilização financeira do capital, passam a ter o privilégio da mobilidade como forma de barganha por vantagens que os governos municipais se empenham em criar.

Desta forma, cria-se também um mercado competitivo de cidades, que se articula em torno da atração de investimentos. Estes investimentos são recebidos seja através das empresas ou de novas formas de atividades que surgem e se consagram na contemporaneidade, como, por exemplo, a realização de grandes eventos artísticos e esportivos internacionais. Segundo os teóricos que, ao mesmo tempo, corroboram a visão de que a interação entre cidades se dá através de relações de competição e criam as ferramentas para “ganhar” esta competição, é imprescindível para o *sucesso* neste contexto, a preocupação com o chamado *marketing urbano*. Operacionalizado pelos governos e demais interessados

em se beneficiar (e usualmente lucrar) com este processo, o *marketing urbano* se vale da criação de *imagens oficiais das cidades*¹, que servem tanto à semelhança de uma marca para a venda da cidade (como uma mercadoria) quanto como instrumento de mobilização da população em torno deste projeto.

Na cidade² do Rio de Janeiro há algum tempo se vem adotando esta lógica no que se refere às práticas de gestão urbana. Mas, ao que parece, o anúncio da realização dos Jogos Olímpicos de 2016³ está servindo como argumento de consolidação e acirramento deste processo. É neste contexto que se pretende esboçar uma reflexão acerca do investimento contemporâneo na criação de novas imagens oficiais para a cidade, através da análise de um panorama mais amplo no qual elas vêm sendo construídas, e também de mecanismos específicos, considerados centrais. Quanto aos últimos, buscarei aprofundar a análise acerca das elaborações e do funcionamento relativos à Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP) e de suas ações, denominadas “Choque de Ordem”. Isto porque considero que, no que tange à construção de imagens oficiais, esta instituição pode ser entendida como um mecanismo extremamente eficaz, pois opera, com sucesso, nos dois sentidos pretendidos: na criação de uma imagem de cidade “bem vista” aos olhos estrangeiros, mas também na criação e oficialização de novas compreensões da cidade por parte da população, como forma de legitimar o projeto de cidade pautado pelas lógicas vigentes do mercado. Esta consideração se constitui como o problema chave no qual se funda este trabalho, na medida em que considero que essa imagem passa a se confundir com o *desejo de cidade* atualizado e naturalizado, pelo menos por parte, de seus moradores.

Portanto, buscarei abordar a política de implementação da “ordem” dotada pela atual gestão municipal do Rio de Janeiro não apenas pelo seu aspecto que poderia chamar de mais óbvio, que trata de seu caráter repressivo, enquanto forma de silenciar as maneiras de dizer-

¹ A noção de “imagens oficiais da cidade” será analisada no primeiro capítulo, neste momento basta esclarecer que na análise aqui presente, ela evoca tanto elaborações formuladas na lógica do *marketing urbano*, como também a elaborações constituídas por representantes de instituições (que incluem o poder público, mas também outros atores) e assumidamente reconhecidas enquanto tal.

² Em linhas gerais, a expressão “cidade do Rio de Janeiro”, diz respeito ao município do Rio, mesmo porque essa é a delimitação administrativa de diversos acontecimentos e políticas que serão objeto de reflexão neste trabalho. No entanto, é importante ressaltar que, no que diz respeito às referidas imagens oficiais, as delimitações da cidade do Rio, estão muito menos calcadas em delimitações administrativas do que em uma relação de pertencimento cuja negociação das fronteiras fazem parte do jogo de constituição através do qual elas (as imagens) operam.

³ O anúncio da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil opera em sentido bastante semelhante. No entanto, como este é um evento vinculado a um país e não a uma cidade este trabalho está centrado nos efeitos e desdobramentos diretamente associados aos Jogos Olímpicos que se articulam diretamente à cidade do Rio de Janeiro.

cidade que escapam à cidade ideal, que ela mesma institui, mas também por seu aspecto **criativo**, ou seja, por aquilo que é criado e legitimado por ela.

Esta questão será abordada no trabalho a partir da construção de interpretações das ações da SEOP como um mecanismo que funciona criando imagens oficiais da cidade. Imagens que funcionam no sentido de elaboração e corroboração de *verdades* a serem estabelecidas, ou seja, imagens criadas com a pretensão de instituir e/ou ratificar determinadas concepções de cidade, tidas como dadas. Instituinto assim, uma cidade única, total e assumida como verdadeira, neste caso “a cidade em ordem”, contra a cidade entendida como “caótica” e “desordenada”.

Para chegar a tal esforço de análise o trabalho será estruturado primeiramente por uma reflexão (capítulo I) acerca da noção de *imagens de cidade* com a qual se pretende dialogar. A proposta deste capítulo consiste em expandir a reflexão sobre a noção de imagem de cidade, tomada inicialmente do contexto das recentes formas de gestão urbana, para reinterpretá-la a partir de outras referências teóricas, para, então, retomar a discussão em outra chave de entendimento.

Partindo desta reflexão, segue-se (capítulo II) a apresentação de um cenário mais geral em que se configuram novas etapas da consolidação do projeto de inserção da cidade do Rio de Janeiro nas lógicas do mercado internacional de competição entre cidades. Para isto busquei apontar algumas ideias que atravessam várias dessas imagens oficiais e criam determinadas condições que favorecem a legitimação das mesmas. Dentre essas ideias considere que destacam-se a construção de representações acerca de uma *temporalidade* da cidade do Rio de Janeiro e daquilo que é entendido como *gestão urbana*. No que diz respeito à construção desta temporalidade, há uma ênfase de que a cidade encontra-se em uma situação de particularidade temporal, ou um “momento”, que é entendido tanto como uma situação de ruptura com uma determinada construção do *passado* da cidade (e com as demais atribuições de sentido a ele associadas), quanto como uma “grande oportunidade” para a construção de um *futuro*. Em seguida, ainda no segundo capítulo, busquei apresentar como uma nova concepção do funcionamento da administração da cidade, diretamente articulada com os mencionados processos de inserção no mercado, abre espaço para o funcionamento de mecanismos de criação de tais imagens.

Seguindo a problematização teórica do primeiro capítulo e da apresentação de tal contexto no segundo, será desenvolvida a reflexão (capítulo III) a partir da análise de materiais que se referem especificamente à SEOP. A fim de lançar luz sobre os discursos oficiais, que compõem os processos do funcionamento da Secretaria, que embasam e

justificam a existência da mesma como agente responsável pela instauração e juízo em relação à “questão da ordem pública”. A proposta é acompanhar como a criação desta questão representa um caso privilegiado para a acompanharmos a criação de imagens (ou sentidos) no contexto dos processos recentes no Rio de Janeiro.

Isto será feito a partir de materiais produzidos pelo poder público, que dizem respeito à instituição e à formulação da SEOP, como as publicações do Diário Oficial do Município. E, além destes, materiais produzidos especificamente pela Secretaria sejam eles explicitamente voltados para os cidadãos, para fins de campanhas de conscientização e propaganda das atividades da SEOP, e aqueles que descrevem seu funcionamento e estrutura.

Desta maneira, pretendo seguir as movimentações propostas através de tais discursos oficiais que movem a SEOP no sentido de construção da legitimidade da mesma no que diz respeito ao estabelecimento da ordem e também da desordem.

CAPÍTULO I: CIDADE IMAGINADA

“A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo.” (RANCIÈRE, 2005)

Ao cruzar com dois guardas municipais, uma senhora lhes interroga sobre a impunidade das pessoas que permanecem nas calçadas do bairro da Glória, vendendo objetos usados, além de dormirem e se alimentarem. O guarda lhe explica que atualmente existe uma coisa chamada “direitos humanos” e que não se pode simplesmente tirar aquelas pessoas da rua – Glória.

•

Sexta à noite, agentes da operação Choque de Ordem conduzem uma viatura lentamente ao redor da praça São Salvador. Este é o tempo que os vendedores de bebidas têm para recolher suas mercadorias para evitar que sejam apreendidas. Os frequentadores da praça ajudam vários deles, em especial uma mulher que acaba tendo dificuldade de levar tudo para o outro lado da rua. Um pequeno isopor que fica para trás, é levado para o meio das pessoas como se fosse de uso pessoal e não produtos à venda. Os guardas vão embora e ela volta e recebe os dinheiro pelas latinhas que foram consumidas – Pça. São Salvador⁴

•

A face mais recente do capitalismo tem sido marcada por reconhecidas mudanças que tiveram impactos nos cenários urbanos. A proliferação de tecnologias e teorias relacionadas à comunicação permitiu o avanço do telecontrole das grandes redes de produção, que deixavam para trás o modelo das grandes fábricas fordistas, para se tornarem facilmente deslocáveis para quase qualquer área do mundo. Situação agravada ainda mais pela precarização contínua das relações de trabalho resultante da crise das políticas de bem-estar social, especialmente no contexto das economias centrais. As cidades, ou partes delas, onde se concentravam setores da produção industrial, sofreram agudas consequências provocadas pela perda de suas principais atividades econômicas.

Buscando alternativas para reestruturação econômica, muitos governos municipais julgaram que a melhor opção era atrair para si investimentos que não se restringissem à produção industrial (em especial aqueles relacionados aos setores de comércio e serviços) e

⁴ Relatos criados a partir de experiências vivenciadas pela autora.

que, por sua maior flexibilidade de localização, poderiam escolher mais livremente os locais onde desenvolveriam seus negócios. Esse contexto embasou a construção de uma relação de competição entre cidades pela localização de tais investimentos, não somente através de “clássicos” mecanismos como incentivos fiscais e flexibilização de leis reguladoras.

Dentre as novas ferramentas criadas para esta disputa deve-se considerar a exacerbção das estratégias de comunicação que, neste contexto, traduzem-se em um pesado investimento no chamado *marketing urbano*, operando tanto como ferramenta de controle, quanto como uma gramática na qual são “programados” políticos, investidores e a população em geral (ainda que nunca totalmente).

O marketing urbano, segundo Núria Rovira (1993), pode ser entendido como “ações para melhorar a posição competitiva das cidades no mercado mundial” (ROVIRA, 1993, p. 485), e pode-se dizer que esta tarefa se dá através da produção de imagens das cidades. Uma atividade que passa a ser entendida como uma importante ferramenta tanto para atração de olhares externos, quanto para legitimação das intervenções a serem realizadas dentro dos planos propostos. O marketing urbano, ou “*city marketing*”, tem, portanto, essa dupla função: primeiramente a de melhorar a imagem de uma cidade realizando campanhas de promoção da cidade, a fim de atrair novos investimentos, e, em segundo lugar, promover “internamente” uma “boa” imagem da cidade a fim de provocar o envolvimento da população com as propostas de intervenção previstas, evitando a falta de reconhecimento ou contestação por parte da população em relação aos projetos a serem implementados.

Rovira, ao analisar a relação entre a produção de imagens de cidade e os processos de reestruturação urbana promovidos em Barcelona, visando especialmente a realização dos Jogos Olímpicos de 1992⁵, destaca que o *marketing urbano* “é muito mais do que a adição de esforços publicitários às formas tradicionais de planejamento” (*ibid*). Ele passa a ser constituinte das formas recentes de administração urbana, sintetizadas nas visões do denominado planejamento estratégico⁶, no qual a própria cidade passa a ser entendida como mercadoria, associada à instauração de um mercado extremamente competitivo de outras

⁵ Apesar, de a mesma autora deixar claro, os jogos olímpicos de Barcelona foram o estopim para um processo muito mais amplo de renovação econômica da cidade, assim como está acontecendo no Rio de Janeiro.

⁶ O que está sendo tratado como planejamento estratégico, se refere aqui ao modelo de planejamento urbano elaborado no bojo da crítica ao planejamento moderno de cunho “tecnocrático-centralizado-autoritário” (Vainer, 2000). Há muitas importantes pesquisas que visam dar conta de esmiuçar as nuances deste novo paradigma (ver Novais, P., 2010 – “*Uma estratégia chamada planejamento estratégico*”), mas, para inclusive situar a discussão no campo pretendido, a concepção de planejamento estratégico aqui referida é particularmente voltada àquela descrita por Borja e Castells em *Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos*, e cuja crítica atribui como caracterização central a inspiração no **modelo empresarial** de planejamento.

idades que também passam a estar “à venda” (VAINER, 2000). Baseado nos autores/promotores do planejamento estratégico, Vainer explica que esta venda das cidades é entendida como “a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional” (*ibid*, p. 79). Portanto, a elaboração da marca de um produto seria a melhor referência para se compreender, neste contexto, a importância do investimento na criação de imagens de uma cidade.



No entanto, na perspectiva assumida neste trabalho, é imprescindível considerar que a criação de imagens de cidade não é um artifício exclusivo do *marketing urbano*. Tal consideração parte de alguns pressupostos que balizam a discussão aqui pretendida. Logo de início é preciso esclarecer que ao falar de imagens das cidades, não me refiro (não apenas) aos aspectos visuais da mesma; e que, agora já nos aproximando da questão mais central da reflexão, o que estou chamando de imagem da cidade não é entendido como uma construção ficcional que deturpa ou esconde uma cidade *verdadeira* (existente em uma esfera independente que em nada dialoga com a produção de imagens). Isto porque compreendo que as imagens de cidade não são construídas sobre um referente dado no mundo, cuja existência é mais real do que as imagens dele produzidas, ainda que algumas delas (e não apenas as imagens oficiais) se apresentem como fruto deste procedimento. Em função deste entendimento, considero que a produção de imagens de cidade é um atributo (resultado e constitutivo) da própria experiência urbana, que diz respeito à produção de significados discursivos que instituem a própria cidade.

Sinalizadas estas orientações, é interessante explicitar o caminho pelo qual a noção de *imagem da cidade* se torna relevante neste trabalho. Sua “origem”, neste processo, é a vasta literatura, tanto promotora quanto crítica, dos novos modelos de gestão urbana, mais especificamente sobre a propaganda ferramenta do marketing urbano. De forma geral, neste contexto, como já foi sinalizado, a imagem da cidade é compreendida como uma ferramenta que desempenha uma dupla função: promover aquilo que deve ser instituído como “cidade” para o olhar estrangeiro e promover para a população das mesmas um forte sentimento de adesão aos projetos de cidade calcados nas imagens produzidas, como apresentado acima.

Como veremos, as análises críticas desta questão frequentemente tratam estas duas funções como uma evidência de que as imagens de cidade, produzidas neste contexto, são

simulacros, ou *fetiches*⁷, da realidade, ou de uma cidade verdadeira. A postura assumida neste trabalho se alinha com o posicionamento crítico acerca dos mecanismos de produção de cidade que se articulam ao planejamento estratégico e ao *marketing urbano*, contudo, pretendo desenvolver esta reflexão a partir da noção de imagem de cidade segundo uma perspectiva que não atende à lógica da dicotomia entre a cidade tratada por diferentes atores como verdadeira e suas imagens, sempre tidas como mentirosas. Creio que esta lógica está associada a uma pretensa objetividade das coisas, que, a meu ver, resulta na despolitização do entendimento acerca do urbano. Se ampliarmos a reflexão sobre a produção de imagens da cidade para além do contexto restrito às estratégias de *marketing*, podemos observar que o tratamento da questão oferecido por autores como Giandomenico Amendola (2000), Kevin Lynch (1997) e Armando Silva (2001), deslocam a problemática para o âmbito da experiência urbana, à qual a produção de imagens é inerente, enquanto produção simbólica. Este entendimento, por sua vez, não deve ser a exposição de um panorama de coexistência pacífica entre múltiplas representações sobre a cidade, mas antes, como uma ampla rede de relações de aproximação, oposição e ressignificação, fortemente marcada pelo caráter de disputa.

A exposição das contribuições destes autores não tem por objetivo reduzir a noção de imagem de cidade a nenhuma das concepções apresentadas a seguir, mas sim possibilitar apropriações que abrem a noção para além do contexto apresentado inicialmente. Não se pretende, portanto, fixar um novo conceito, mas sim propor novas associações.

1.1 IMAGENS DAS CIDADES

1.1.1 CIDADE NARRATIVA

Segundo o sociólogo Giandomenico Amendola, a *imagem da cidade é a narração da cidade*. As imagens são os relatos, narrativas sobre as cidades, e nesse sentido, não há cidade sem relato sobre si mesma, ou seja, não há cidades sem imagens. Ele afirma que uma cidade sem imagem é um paradoxo “posto que é através de sua imagem que a cidade vive e encontra os homens”⁸ (AMENDOLA, 2000, p.285). É através das imagens das cidades que as pessoas se radicam nela. As imagens das grandes cidades do mundo antigo e moderno há anos vêm sendo elaboradas através das narrativas de escritores, historiadores e viajantes. E é através

⁷ Estas duas noções são empregadas aqui como uma “provocação”, pois neste caso são utilizadas no sentido contrário ao que mais adiante lhes será atribuído no trabalho. Elas aqui expressam uma idéia de “falsidade”, mas segundo os argumentos apresentados a seguir (Araujo, 2007 e Latour, 2002) podemos situá-las em outra chave de entendimento que está calcada na ruptura na lógica de oposição entre falso e verdadeiro.

⁸ No original “puesto que es através de su imagen que la ciudad vive y encuentra a los hombres” (tradução da autora)

delas que Veneza se torna uma cidade romântica ou Nova York uma cidade pulsante, que novos viajantes escolhem seus destinos e empresários onde investir. A partir dessas considerações de Amendola, entendo que a narração de uma cidade, a começar pela simples tarefa de dizer seu nome, é evocar, ou construir, diferentes significados, mitos, histórias e personagens. Neste sentido, dizer cidade é constituir uma imagem de cidade, assim o fez Homero por Tróia, Dickens por Londres e Baudelaire por Paris. De forma correlata, Amendola entende que a experiência urbana, viver a cidade, é o mesmo que ler a cidade, ler sua imagem. E das múltiplas possibilidades de leituras proporcionadas por esta experiência, surgem outros diferentes tipos de imagens (narrações): imagens complexas e imagens abertas, ou imagens sintéticas e estereotipadas.

Estas duas últimas, ele afirma, estariam associadas justamente às especificidades do processo na contemporaneidade. Pois é através da venda deste tipo de imagens que os governos vêm inserindo as cidades no mercado global e por isso não podem se dar ao luxo de desfrutar do acaso e da inspiração de poetas e escritores. A imagem da cidade passa, portanto, a ser produzida através de processos rigidamente controlados de maneira quase instantânea.

1.1.2 CIDADE FORMA

Já Kevin Lynch, em *A imagem da Cidade*, associa a ideia da leitura das imagens mentais urbanas com a qualidade da *legibilidade* das cidades (LYNCH, 2006, p.3), que é a apropriação de suas partes, pelos indivíduos, a fim de organizar *imagens ambientais* (*ibid*, p.4) sobre o espaço percebido. Portanto, para ele a construção de imagens da cidade está associada centralmente à *percepção* individual. Por isso é sempre instável e fragmentária, mudando de acordo com as relações que o indivíduo estabelece com os arredores de um dado recorte da cidade, com a sequência de elementos que ele percorreu para chegar até determinado lugar ou com as lembranças que atribui a ele. A associação que cada um tem com diferentes partes da cidade, resulta em imagens impregnadas de lembranças e significados. Esta não é, para Lynch, uma atividade passiva, segundo ele, a criação de *imagens ambientais* se dá através de uma relação bilateral entre o observador e o ambiente, uma vez que “este último, sugere especificidades e relações, e o observador (...) seleciona organiza e confere significado àquilo que vê” (*ibid*, p.7). Fundamentado nesta relação, Lynch foca sua análise na *forma da cidade*, uma vez que ele entende este elemento como ponto de partida para a criação das imagens ambientais, que define como o “quadro mental generalizado do *mundo físico* exterior de que cada indivíduo é portador” (*ibid*, p.4, grifos meus). A fim de analisar estas imagens, Lynch afirma que o *significado*, enquanto um dos

elementos que as compõe, é parte constituinte de qualquer objeto ou elemento físico da cidade.

Entendo, a partir de Lynch, que as formas urbanas também são um *dizer cidade*, porque também são narrativas e, portanto, imagens, na perspectiva trazida por Amendola. Assim, podemos entender que a produção da forma da cidade como indissociável da produção de imagens da cidade não apenas no que se refere ao que classicamente se entende como a paisagem da cidade, mas como forma de criação de significados, como maneiras de narrar. Seja a forma de uma praça, o *design* do mobiliário urbano, a localização de uma passagem de pedestres, a disposição de comerciantes em um local, todos estes desenhos são maneiras de atribuir um determinado significado àquilo que é entendido como espaço urbano. Assim, entendo que a materialidade urbana é indissociável da sua significação. Logo, construir a cidade, lhe atribuir formas, é também, dizer cidades, portanto, construir imagens da cidade.

1.1.3 CIDADE IMAGINÁRIA

Ainda mais próxima da perspectiva adotada neste trabalho, no que se refere às imagens da cidade, estão os estudos de Armando Silva em “Imaginários Urbanos” (2001). Este autor nos apresenta a proposta de “reconhecimento da cidade pela via da projeção imaginária” (SILVA, 2001, p.xxvi). Para o autor, a idéia de que a cidade “é a imagem de um mundo”, deve estar sempre complementada pelo entendimento de que a cidade é “o mundo de uma imagem que lenta e coletivamente vai sendo construída e volta a construir-se, incessantemente” (*ibid.* p.xxiii). E que esta construção se dá através da interação entre os cidadãos e tudo aquilo que *acontece* na cidade, sejam conformações físicas naturais ou construídas que representam espaços de identificação e reconhecimento, os usos atribuídos a estes espaços, ou as modalidades de expressão de uma “mentalidade urbana”. Estes próprios cidadãos, por sua vez, são fruto e parte desta interação, uma vez que Silva entende a cidade como “uma densa rede simbólica em construção e expansão” (*ibid.* p. xxvi) que se parece com cada um de seus criadores, que também são feitos por ela.

Para Armando Silva, a *percepção* da cidade já é (e é sempre) uma *percepção imaginária*, que afeta os “modos de simbolizar o que conhecemos como realidade” (*ibid.*, p. 47); não é uma operação *a posteriori* de apreensão da realidade em si. No próprio processo de seleção e reconhecimento que um indivíduo, ou grupo, opera para construir os objetos simbólicos que chamam de *cidade*, há sempre um componente imaginário (*ibid.*), daí, portanto, ele afirmar que a construção da imagem da cidade é um processo que “produz um encontro de especial subjetividade com a cidade: cidade vivida, interiorizada e projetada por

grupos sociais que a habitam e que em suas relações de uso com a urbe não só a percorrem, mas interferem *dialogicamente*, reconstruindo-a como imagem urbana” (*ibid.* xxvii, grifo meu).

A partir desta visão, podemos acrescentar ao entendimento da produção de imagens da cidade, que ela é sempre imaginária. Assim, aquilo que é entendido como *cidade* é fruto de uma atividade contínua, física e não-física, de imaginação dialógica. “Dialógica” porque este é um processo sempre relacional, uma vez que se dá sempre em relação a outros significados. Assim, como mostram os estudos do autor sobre as cidades de Bogotá e São Paulo, para atribuir uma cor à cidade em que se vive, ou uma qualidade de feminina a uma rua, as pessoas partem de *outros* sentidos atribuídos às cores e às feminilidades. Mas, estes sentidos, não devemos esquecer, são criados por sujeitos (coletivos ou individuais), em uma contínua interação que é sempre marcada por relações de poder, e por isso é também disputa por dizer cidade, por atribuir sentido ao que é entendido por cidade, por construir um imaginário urbano, por construir imagens de cidade, seja através da visualidade, da escrita, da fala, do uso.

1.2 IMAGENS-CIDADE

No entanto, as considerações dos dois primeiros autores apresentados (Amendola e Lynch), apesar de serem fundamentais para a ampliação do entendimento acerca da produção de imagens da cidade, para além do sentido atribuído no contexto do *city marketing*, vez por outra acabam por manter uma distinção que aqui é entendida como o cerne da problemática oriunda da criação de imagens para a cidade nesta perspectiva. Trata-se, justamente, da cisão entre *as imagens e a cidade (enquanto realidade externa à produção de imagens)*. As narrativas, os significados, as construções simbólicas são sempre tidas como construídas *sobre a cidade, imagens da cidade*, como se esta palavra, cidade, denotasse algo dado no mundo, ao qual essas outras camadas, imaginárias, fossem adicionais e acessórias. Ainda que nestes e em outros teóricos contemporâneos, esteja cada vez mais consagrado o esforço de conectar a materialidade àquilo que é entendido como o simbólico, estas são sempre tratadas como duas instâncias separadas e que, portanto, precisam ser integradas⁹. Por exemplo, Amendola adverte sobre o risco da desilusão provocada pelo choque entre as imagens criadas

⁹ É significativo, neste sentido as diferentes fundamentações teóricas que embasam estes esforços de reconexão entre “material” e “simbólico” no que se refere aos estudos da cidade. Uma operação resultante, sobretudo, da cisão estabelecida pelas formas anteriores que se consagraram como legítimas no que se refere ao estudo do fenômeno urbano, como na economia, na arquitetura e no planejamento.

e a realidade das cidades e afirma: “A imagem pode enfatizar ou mesmo exagerar, mas não pode mentir ou ocultar”¹⁰ (AMENDOLA, 2000, p.291)¹¹. Já Kevin Lynch separa o significado dos demais elementos que ele afirma como constituintes das imagens mentais, sendo eles a *identidade* - entendida como a qualidade que distingue um objeto dos demais - e a *estrutura*, que se refere à relação espacial do objeto com o observador e outros objetos. Assim, ele acaba por proceder como se a forma física urbana fosse anterior ao significado¹², abrindo caminho, no meu entendimento, para a construção lógica que permite a argumentação hierárquica presente em sua obra, que desemboca na busca por uma boa forma da cidade, a fim de produzir uma cidade com alta *imaginabilidade* (LYNCH, 2006, p. 11).

Por outro lado, Armando Silva, ao falar da construção imaginária da cidade, a apresenta como um processo que parte primeiramente da *percepção de coisas que existem no mundo*, o que a princípio o aproximaria da abordagem de Lynch. No entanto, afirma que “as coisas existem, sem dúvida, mas dependem das figuras que o pensamento lhes dá” (SILVA, 2001, p. 44). Portanto, sua ideia de percepção não está calcada na interação entre sujeitos e referentes externos. Ao contrário, ele afirma que a percepção é absolutamente suscetível à *pregnância simbólica* (conceito de Ernst Cassirer), entendida, segundo Silva, como “a impotência que condena o pensamento a não poder intuir algo sem relacioná-lo com um ou muitos sentidos” (*ibid.*, p. 44)

A diferença entre o entendimento trazido por Silva, e aquele presente nas teorias dos outros dois autores é que a separação entre a cidade dita verdadeira e a imagem construída sobre ela reverbera os ecos de outras tantas (questionadas) dicotomias metafísicas, como natureza e cultura, concreto e simbólico e crença e razão. A problemática central referida à manutenção destas dicotomias é a de que um destes pólos sempre aparece como imutável, concluído e, logo, só pode ser “objeto” de apropriações, estas sim, variadas. As apropriações estão no outro pólo, no qual cabe a diversidade, mas que não constituem os objetos *em si*. A questão que radica essa reflexão como um problema político é a de que, se levarmos adiante a permanência desta cisão, teremos que responder à questão *sob qual perspectiva podemos dar*

¹⁰ No original: “La imagen puede enfatizar o incluso exagerar, pero no puede mentir u ocultar” (tradução da autora).

¹¹ Talvez seja prudente, desde agora, fazer uma ressalva de que a crítica a esta interpretação de Amendola, não pretende desconsiderar a desilusão inegável que uma pessoa pode sofrer, no contexto em que a produção da cidade atende à lógica do capital, ao confrontar o seu entendimento, por exemplo, de uma moradia digna, com aquele apresentado nas soluções governamentais. O que é aqui pretendido é reformular a crítica a estes episódios não como conflitos entre realidade e ficção, mas entre imagens hegemônicas e outras imagens presentes em determinados contextos, e as razões desta reformulação serão expostas em seguida.

¹² “Ainda assim, é possível analisar a porta em termos de sua identidade de forma e clareza de posição, consideradas como se fossem anteriores ao seu significado” (*ibid.*, p.9).

conta deste pólo dito verdadeiro, concreto e real? Ou seja, na reflexão aqui pretendida, quais sujeitos sociais podem dar conta de dizer o que a cidade realmente é?

A criação de imagens oficiais da cidade no marketing urbano opera segundo esta lógica, que é análoga à construção do conhecimento dentro da lógica racional moderna (STENGERS, 2002). A propósito, o processo que resulta na criação destas imagens, freqüentemente não é tido como processo de “criação”, mas antes, de “descoberta” ou “revelação”. A diferença da postura defendida neste trabalho é que entendo que as imagens de cidade *criadas*, seja em estratégias de marketing urbano, seja através de outras intervenções, são sempre reais, mas porque são criações discursivas e sociais¹³. Neste sentido, podemos entender a imagem da cidade como *simulacro discursivo*, como proposto por Araujo (2007), a partir da leitura que Deleuze (2007) faz da *reversão do platonismo*¹⁴. O que significa dizer que as imagens da cidade não são *cópias degradadas* de uma cidade mais verdadeira. Nem podem ser hierarquicamente qualificadas como mais ou menos representativas da realidade. Este é um entendimento que só funciona em um regime que Deleuze chama de “sinal-signo” (*ibid*, p. 266), que implica “em uma dissimetria, em uma diferença, em uma desigualdade constitutivas”. Esta dissimetria é instituída porque neste sistema, os sistemas físicos são tratados como a instância verdadeira, são os sinais. Enquanto que os signos não seriam reais, mas apenas a representação da realidade. Este é o sistema que informa as maneiras de dizer-cidade em determinadas apropriações da Arquitetura, do Urbanismo, do Planejamento, ou de instituições governamentais, e ainda das críticas a estas apropriações. As imagens de cidade constituídas neste sistema opõe em essência a cidade entendida como verdadeira, da cidade entendida como inventada, imaginada, tratada como cópia degradada. Mas se entendermos, como Deleuze, que o simulacro “não é uma cópia degradada, [mas] encerra uma potência positiva que nega tanto o *original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução*” (*ibid*. p.267, grifo do autor). Podemos afirmar que entender as imagens da cidade como simulacros, implica em se contrapor ao ponto de vista privilegiado e impedir a hierarquia *a priori* entre as formas de dizer-cidade. Retomando a análise de Araujo, a questão da legitimidade dessas imagens deixa de ser atributo da distinção entre verdadeiro e falso e passa a situar-se no “no domínio das tramas sociais cuja tessitura é discursiva” (*ibid*, p.19). Assim, trazemos de volta a

¹³ Apesar da aparente contradição da frase, esta só existe se considerarmos que a realidade é algo dado no mundo (independente da construção de imagens), e é a esta interpretação que busco me opor. A postura adotada neste trabalho é a de considerar que o atributo da existência das coisas está neste processo de criação, é este o “real” ao qual me refiro. Posicionamento que, mais adiante, se tornará mais claro, a partir da apresentação das considerações de Bruno Latour sobre esta questão.

¹⁴ Postulada por Nietzsche

questão para o campo da política, uma vez que “coloca em destaque o papel do sujeito no campo do embate das formulações sobre o mundo” (*ibid*).

1.3 IMAGENS DE MARKETING, IMAGENS OFICIAIS

Ao considerar as imagens da cidade como simulacros discursivos, pretende-se evidenciar o caráter “despolitizante” da produção de imagens oficiais para cidade. Esta despolitização é estabelecida pela fundamentação em uma legitimidade atribuída a elementos que, supostamente, não fazem parte de própria disputa e ainda agravada pelo entendimento de que estas imagens, quando criadas sob a lógica do mercado competitivo, devem atender a um pragmatismo de resultados que é avesso a qualquer forma de dissenso (VAINER, 2000, p. 91). A imposição do consenso está associada com a necessidade de conformação *total* em torno dos projetos do planejamento estratégico, e a criação de imagens oficiais das cidades é peça-chave na despolitização deste processo. Tomando como referência a conceitualização de Jacques Rancière de que o cerne da política é “o **dissenso**, o qual não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a um outro” (*apud*, JACQUES, 2009, grifos meus), Paola Berenstein afirma que “tais imagens consensuais de espaços aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos desacordos e dos desentendimentos, são imagens de espaços apolíticos” (JACQUES, 2009). Portanto, quando estão inscritas em um contexto global de produção da cidade como mercadorias vendáveis, as imagens são elaboradas sob um viés ao mesmo tempo consensual, mas também sintético e totalizante.

Sintético, pois não considera as múltiplas possibilidades de atribuição de sentido à cidade, mas antes, elege elementos que permitam uma leitura fácil e simplificada por parte de seus possíveis “consumidores”. Como afirma Fernanda Sánchez, estas podem ser entendidas como “imagens-síntese”, que “não deixam margem para dúvidas ou interpretações diversas sobre a informação que veiculam” (SÁNCHEZ, 2001, p.34). São, portanto elaboradas a partir da escolha de alguns elementos capazes de produzir imagens simplificadas e facilmente consumíveis. O turismo, que Felix Guattari utiliza como exemplo para falar “perda da aspereza da alteridade”, como uma experiência “que se resume quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento” (GUATTARI, 1990, p.8), talvez seja a esfera onde estas imagens estão mais consolidadas. Como ressalta Amendola, esse tipo de imagens sintéticas são indispensáveis aos turistas, que

com pouco tempo disponível (e pouca disposição de interação “áspera”) pretendem conhecer as cidades **totalmente**.

A totalidade pretendida a partir do olhar oficial ignora (ou opera como se ignorasse) que as imagens são constituídas a partir de uma experiência sempre seletiva, e nunca total¹⁵. A pretensão totalizante da perspectiva das imagens oficiais da cidade é outro caráter da despolitização do processo. A visão total é a visão sem conflito, a visão sem questões ou possibilidades de abertura. É nesse sentido, o mesmo que “a visão do alto”, que Paola Berenstein qualifica como aquela que torna possível a resolução do labirinto (JACQUES, 2003 a., p. 66), pois permite encontrar facilmente suas saídas, acabando com a sensação de



Figura 1: Canteiro de obras do projeto de “revitalização” da zona portuária do Rio

estar desconstruído. Esta perspectiva do alto, que permite uma visão total, busca por fim à sensação que caracteriza a experiência labiríntica marcada pela visão fragmentária, pela incerteza dos caminhos, pela surpresa, pela experimentação. Sensação contrária à totalidade fechada, resolvida previamente – dos caminhos certos e pré-determinados.

¹⁵ A própria idéia de “seleção” deve ser esclarecida, uma vez que é aqui entendida como um procedimento não-totalizante de observar-cidade. E não uma escolha de partes eleitas a partir de uma totalidade externa a esse procedimento.

Na perspectiva das imagens oficiais, a experiência urbana em aberto ou incerta é associada ao risco, à insegurança, ao caos e à desordem, e no lugar desses “perigos”, a cidade é apresentada como algo capaz de ser apropriado integralmente de um ângulo em que ela aparece pacificada e ordenada. As imagens-síntese das cidades expõem cidades resolvidas politicamente, sem conflito, e neste sentido, sem política. Nunca, portanto aparece como *uma perspectiva*, mas antes como a posição hierarquicamente privilegiada que dá conta de dizer totalmente sobre a cidade.

A predileção dos turistas pelas perspectivas do alto, talvez expresse em parte essa consideração, mas a perspectiva totalizante absolutamente não se encerra na posição física, sendo possível acioná-la em diferentes camadas da experiência urbana. A já conhecida operação de redução das cidades às suas áreas nobres ou aos seus pontos turísticos aparece de diferentes formas na construção destas imagens urbanas, excluindo outras possibilidades de expressão dos sentidos construídos. Desta forma a visão totalizante também pode ser associada ao ponto de “vista do juiz”, que nada mais é do que um ponto de vista que é entendido como privilegiado em si, que marca toda perspectiva da produção de conhecimento no âmbito da racionalidade moderna (STENGERS, 2002). Considerando a afirmação de Fernanda Sánchez, de que “as imagens-síntese da cidade, (...) constituem-se na negação da possibilidade de existência de outras imagens e leituras”, pode-se associar esse procedimento também ao que Foucault chama da *dominação de saberes*, entendido como o processo de “sepultar saberes no interior de conjuntos funcionais e sistemáticos e desqualificá-los como não competentes ou insuficientemente elaborados” (FOUCAULT, 1979, p.167). Assim, essas imagens oficiais são produzidas a partir das perspectivas socialmente estabelecidas como dotadas de legitimidade para dizer cidade, tal qual “ela realmente é”, seja pela mídia, pelo governo, técnicos, especialistas e cientistas. As imagens oficiais oferecem *definições das cidades*, ao invés de explicitamente se colocarem como participantes das disputas entre as múltiplas possibilidades de sentidos criadores de cidade. Tornam, assim, essas outras atribuições de sentido invisíveis, inferiores ou mesmo, criminosas.

Essas concepções, de caráter profundamente essencialista, se fundam na certeza de que é possível construir um ponto de vista neutro, capaz de dar conta da *natureza da cidade*. Este outro aspecto da despolitização característica das imagens oficiais das cidades se expressa na ausência de sujeito enunciador com a qual elas são apresentadas. A pretensa objetividade das considerações elaboradas no regime dessas imagens oficiais anula a própria caracterização da relação político-social em que são *criadas* (ao invés de *descobertas*). Elas são apresentadas como considerações que provêm “do mundo” e não de sujeitos sociais definidores de um

campo de relações interdiscursivas, que ao enunciarem essas formas de dizer cidade, efetivam aquilo que pretendem produzir, a partir dos sentidos que atribuem a seus interlocutores. Lembrar esta condição reinscreve a problemática da criação destas imagens na relação *históricapolíticasocial*¹⁶. Assim, por exemplo, a afirmação de que a cidade do Rio de Janeiro é uma mistura harmônica entre natureza e urbanidade, ou de que São Paulo é o centro do capital financeiro da América Latina, muda completamente de acordo com os sujeitos que a enunciam e seus possíveis interlocutores. Explicitar que um determinado significado é fruto da *ação criativa* de determinado sujeito social é repolitizar a questão tratada, enquanto uma disputa discursiva pelo direito de significar-cidade.

Entender a cidade como processo de ação criativa de diferentes sujeitos sócio-políticos não significa assumir uma postura relativista. Esta postura defende múltiplas visões (ou apropriações simbólicas) que se diferenciam entre si, mas que dizem respeito a algo que está para além destas significações – muitas visões sobre *uma* realidade (LIMA, 1999). Não considero que haja *uma* cidade sobre a qual se constroem muitas imagens, mas que as cidades só se constituem através deste processo de criação. A criação da cidade através da criação de suas imagens pode ser entendida de maneira análoga à criação dos conceitos, tal qual descreve Deleuze em “O que é Filosofia?”. Ele diz: “Mas o conceito não é dado, é criado, está por criar; não é formado, ele próprio se põe em si mesmo, autopoisição. As duas coisas se implicam, já que *o que é verdadeiramente criado*, do ser vivo à obra de arte, desfruta por isso mesmo de uma autopoisição de si, ou de um caráter autopoietico pelo qual ele é reconhecido. Tanto mais o conceito é criado, mais ele se põe” (DELEUZE, 1992 b., p.20). Portanto, a criação das imagens da cidade é a criação da própria cidade. Assim, inspirada em outras considerações desta mesma obra de Deleuze, entendo que *as imagens da cidade não são objetos mentais de uma cidade objetivada, mas são aspectos sob os quais a cidade se objetiva*.¹⁷ Logo, falar da criação de imagens-cidade, não é falar de falsas cidades, mas de uma forma de compreensão da cidade que afirma a atividade criativa como atividade política de transformação daquilo que é constituído como realidade.

¹⁶ Assim grafada, pois neste sentido, dizem da mesma coisa.

¹⁷ Parafrazeado do seguinte trecho deste livro: “A filosofia, a arte, a ciência não são os objetos mentais de um cérebro objetivado, mas os três aspectos sob os quais o cérebro se torna sujeito” (DELEUZE, 1992, p. 269)

•

Importante, no entanto, é distinguir essa postura do uso freqüente que a idéia de “reinvenção das cidades” assume no contexto das teorias do marketing urbano e do planejamento estratégico. Essa chamada “reinvenção” é fundamentada em princípios contrários aos aqui defendidos, pois remete em diversos casos a um pretenso retorno às vocações originárias da cidade, ou seja, àquelas que estariam associadas a uma essência. Por exemplo, a discussão acerca da perda da centralidade política do Rio de Janeiro (por conta da mudança da capital para Brasília) é frequentemente tratada como um episódio que contraria a natureza da cidade. Esse entendimento se funda em argumentos essencialistas, que por serem tidos como irrefutáveis, negam qualquer possibilidade de assunção dos processos criativos outros. A reinvenção, neste sentido, é contrária à *criação*. Além disso, mesmo que não haja qualquer remetimento às origens da cidade, a reinvenção que está em jogo neste processo não é de uma cidade enquanto intersecção política, mas da cidade enquanto produto. É importante destacar que a própria ideia (tão associada a esses processos recentes de renovação da imagem das cidades) de que algumas cidades podem se reinserir no mercado global sob o signo de “cidades criativas”, não está absolutamente relacionada à criação nos termos aqui apresentados.

1.4 A CRÍTICA: CIDADES DO MARKETING, CIDADES CÓPIA DEGRADADA

A crítica às imagens elaboradas na perspectiva do marketing urbano, muitas vezes acaba por reproduzir a lógica sinal-signo, atribuindo a estas imagens a qualidade de “falsidades” que ocultam, ou disfarçam, a cidade verdadeira. Esta consideração recoloca a questão acerca da perspectiva capaz de dar conta do real, hierarquicamente privilegiada. Isto porque frequentemente a crítica é feita a partir da acusação de que estas imagens oficiais da cidade são formas de falsear a realidade, ou mesmo de abandonar completamente a materialidade da vida urbana em prol da valorização de um mundo de espectros midiáticos.

O entendimento de que estas imagens são falaciosas está calcado em experiências, exaustivamente repetidas, em que, por exemplo, o poder público apresenta uma versão da cidade, como única, que ignora ou oculta outras possibilidades de apresentação da mesma. Por exemplo, os diversos mapas da cidade do Rio, apresentados nos dossiês de candidatura anteriores para sediar jogos olímpicos, não representam visualmente as favelas. Sem dúvida isso é um exemplo de como as imagens produzidas no contexto das estratégias de atração de

grandes eventos como inserção na rede internacional de fluxos de investimentos, está preocupada em cultivar uma imagem que é obviamente seletiva de acordo com interesses econômicos, mas que é apresentada como total. Mas afinal, nos perguntamos, qual é o mapa capaz de dar conta *totalmente* da cidade do Rio? Sem dúvida, não é o do Comitê Olímpico, mas também nenhum outro. No texto “Paris, ville invisible: Le plasma” (LATOURE, 2007¹⁸), Bruno Latour nos chama atenção ao afirmar: “assim como o mapa não é o território, mas se situa no território, no qual ele acelera ou facilita certos deslocamentos; assim como a lista telefônica não é ‘Paris toda’, mas dela faz parte ao assinalar os endereços; da mesma maneira as fórmulas totalizantes que tomam Paris “como um todo” circulam, também elas, por Paris, à qual acrescentam, por assim dizer, seus *fragmentos de totalização*. Até os panoramas mais globais têm um endereço, e mesmo que apresentem uma versão erudita e quantificada, que vejam “tudo”, isso se passa sempre ‘dentro’ de uma sala obscura.”¹⁹.

A questão, então, não está em encontrar um mapa mais ou menos representativo do *real*, mas de entender **os mapas e todas as demais imagens da cidade como cristalizações das disputas simbólicas por aquilo que se pretende afirmar como cidade**. É neste sentido que entendo o que Latour fala (neste mesmo texto) da necessidade de tornar Paris *invisível*: “Para que a política renasça, para que Paris seja novamente respirável, *é necessário que Paris permaneça invisível*, no sentido em que nem as partes nem as diferentes totalidades nas quais estas se inserem não sejam estabelecidas de antemão.” (*ibid.*, grifos meus). “Tornar invisível”, nesta interpretação, não quer dizer “ocultar”, mas sim, permitir outras formas de visualização (de criação de imagens) para além daquelas construídas a fim se tornarem hegemônicas, totais e apolíticas.

1.5 ESPETACULARIZAÇÃO E FE(I)TICHISMO

Esta rigidez de sentido é acompanhada, por outro lado, pela fluidez característica do contexto de produção destas imagens oficiais. Em grande medida sua produção está associada à exacerbação dos veículos midiáticos e do enaltecimento das estratégias de *marketing* como formas privilegiadas de construção do imaginário urbano. Este processo, que vem sendo qualificado pela visão crítica, como a “espetacularização” da cidade, está relacionado tanto com as associações entre governo urbano e mídia, quanto com uma “mídiatização”

¹⁸ Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/P-123-BEAUBOURG-PARIS.pdf>, acesso em 13/11/2010.

¹⁹ Tradução do texto original, disponível no endereço <http://www.pontourbe.net/edicao5-traducao>, acesso em 13/11/2010.

generalizada das intervenções urbanas, através de uma espécie de linguagem espetacular que vem pautando a vida pública nas cidades onde esta lógica tem se consagrado.

Os meios de comunicação despontam como um dos principais atores envolvidos nos processos recentes de renovação urbana, seja através da divulgação e promoção de ações dos governos urbanos, seja como protagonistas da promoção do imaginário a ser estabelecido (SÁNCHEZ, 2001). Por sua capacidade mais que mobilizadora, os grandes representantes da mídia são praticamente indispensáveis no que se refere à construção de imagens-síntese das cidades. Eles oferecerem um massivo aparato discursivo acerca dos sentidos que pretendem cristalizar sobre as questões e experiências urbanas, respaldados por uma, quase irrefutável, legitimidade - às vezes muito superior a dos representantes do governo, reféns da manutenção do próprio marketing. Além disso, a grande mídia representa um importante papel de mediação entre os interesses dos agentes privados e os governos das cidades, atuando, mesmo como desencadeadores de ações voltadas para a “renovação” da imagem da cidade.

A já reconhecida eficácia dos meios de comunicação acabou levando o poder público a investir na criação de seus próprios aparatos de divulgação e comunicação com a população e em algumas cidades, a propaganda e *marketing* se tornaram o principal instrumento de interação entre governo e cidadãos. Assim, todas as ações voltadas para estes processos de renovação urbana são acompanhadas por um massivo investimento em publicidade, contratação de profissionais de comunicação social e mesmo criação de setores do governo especificamente voltados para esta tarefa. Emblemática, neste sentido, é a relevância do departamento de comunicação e propaganda criado pela prefeitura de Barcelona, a fim de promover uma nova leitura da cidade e enredar seus moradores neste processo. O termo “brandcelona”, cunhado por Francesc Muñoz (2003), traduz como este investimento público estava voltado para criação da imagem como *marca* (em inglês: *brand*).

Neste contexto, a cidade-espetáculo se constitui em um processo extremamente padronizado, se consagrando como fórmula exitosa de venda da cidade (Sánchez, 2003). Amplamente analisada, a estrutura simbólica que compõe essa receita, reproduz, independente do local de sua aplicação, os mesmos procedimentos: a construção da idéia da cidade em crise; o investimento na criação de “mitos” de origem e de identidade; a criação de grandes líderes mobilizadores do processo; e, em termos urbanísticos, processos de revitalização em áreas com potencial de valorização; instrumentalização da arquitetura e urbanismo, caracterizados por grandes projetos assinados pelo *star system*; além de elevados investimentos em equipamentos culturais e na esfera da cultura em geral (VAINER, 2000, ARANTES, 2000 E SÁNCHEZ, 2003). Sendo este último um aspecto-chave para

compreensão da espetacularização urbana, pois, em grande medida, este processo está associado a diversos remetimentos àquilo que é entendido como “cultural”.

Otília Arantes (1998) afirma que no final do século passado ocorreu uma mudança nas intervenções urbanas que estaria associada à ênfase da dimensão cultural, em detrimento da técnica e da funcionalidade - privilegiadas nas intervenções informadas pelo urbanismo moderno. As cidades estariam, portanto, sendo observadas cada vez mais segundo o viés da cultura, da dimensão simbólica. Assim, a tarefa de pensar a cidade, seja através da arquitetura, ou de outras áreas seria agora uma tarefa associada a um “campo de forças técnicas, artísticas e políticas marcado pela ascendência incontestada do supracitado ‘cultural’” (*ibid.* p.138). O contexto destas mudanças de entendimento está associado, para a autora, a um novo estágio da economia capitalista conhecida como “Era da Cultura”. Caracterizada pela exacerbação da noção de cultura, esta tem sido utilizada como principal argumento para a realização de novas leituras, seja do próprio espaço urbano, quanto das ações que o tem como cenário. Este fenômeno estaria, para Arantes, intimamente associado às advertências de Guy Debord acerca da ascensão da *sociedade do espetáculo*, na qual a cultura se tornaria a principal *vedete* da nova fase do capitalismo (ARANTES, 2000, p.47).

Para não incorreremos na utilização indiscriminada da noção de cultura que Arantes critica, podemos avaliar a exacerbação da mesma a partir de uma análise mais detalhada de seus significados. Guattari (GUATTARI E ROLNIK, 1986), expõe alguns deles através de três núcleos de sentidos, aos quais atribui as seguintes designações: a primeira é da “*cultura-valor*”, que está associada à expressão “cultivar o espírito”, e que corresponde “a um julgamento de valor que determina quem tem cultura, e quem não tem” (*ibid.* p.17). Esta seria a concepção mais reacionária, pois implica em uma distinção hierárquica entre as pessoas portadoras, ou não, de *cultura*; a segunda é a cultura como civilização, que Guattari designa de “*cultura-alma coletiva*”, que, a princípio, não se coloca como algo que alguns têm e outros não; a terceira designação, que surge mais recentemente, corresponde à “*cultura-mercadoria*”, que é a acepção que permite considerar todos os *bens* como *culturais*. Porém, segundo Guattari, esses três núcleos de sentido da noção de cultura, apesar de terem surgido sucessivamente ao longo da história, coexistem e se complementam na contemporaneidade. O consumo da *cultura-mercadoria* é peça chave para a criação de uma cultura com vocação universal, uma *cultura-alma coletiva* capitalista, que mantém, sem dúvida, a distinção hierárquica entre aqueles que dela participam ou não. Ao mesmo tempo, esta cultura capitalista tolera diversas expressões culturais que escapam à cultura geral, mas a fim de “recodificá-los”, colocando-os à margem, ainda que dentro desta mesma lógica. Um exemplo

emblemático desta estetização da cultura é a propagação do *multiculturalismo* como captura da diversidade (Sánchez, 2003), permitindo a produção de patrimônios, identidades e espaços como bens culturais (*da cultura-mercadoria*) em que a diferença é pasteurizada e pacificada, anulando a potência dos conflitos por ela engendrados.

Esta “cultura da cidade” a qual Otilia se refere, é a cultura transformada em objeto de consumo capitalista. É a cultura que justifica o consumo de determinados bens e dela mesma, num processo que se fundamenta na produção de capital simbólico e gera lucros significantes a seus participantes. Essa é a cultura do espetáculo, que opera “empurrando o mundo dividido na direção pacificada de uma reconciliação global” (ARANTES, 1998, p. 142), e o faz, porque atualiza a acepção mais reacionária do conceito de cultura, aquela que mantém a distinção de valor entre aqueles que participam ou não de uma pretensa civilização (cultura-alma coletiva) democrática onde todos são livres - para consumir (a cidade enquanto bem cultural).

Contudo, não acompanho a compreensão de Otilia Arantes, que avalia este processo como o triunfo do “reino do espírito” sobre a “matéria” (*ibid*), pois a distinção entre a *matéria* e o *espírito*, implica justamente na manutenção desta perspectiva hierárquica, que venho problematizando, na qual se atribui a algumas formas de dizer cidade a capacidade de falar da cidade verdadeira (material).

•

Em todos os grandes jornais que circulam na capital estado do Rio, foram divulgadas com amplo destaque convocações para a participação em um evento, cuja motivação era manifestar contra a emenda criada pelo deputado Ibsen Pinheiro, que prevê a redistribuição dos royalties do petróleo. A argumentação que justificou a mobilização era o prejuízo financeiro dos governos do estado e municipais, que poria em risco inclusive a realização dos jogos olímpicos. O evento, realizado na Cinelândia, tradicional cenário de atuação política da cidade, foi organizado pelo governo do estado em parceria com a prefeitura do Rio, e além da divulgação na mídia, contou com recursos para organização de caravanas oriundas de diversos municípios do interior do estado, além de diversos grupos representantes de diferentes setores da sociedade. Depois de atravessarem uma das principais ruas do centro da cidade, todos se reuniram ao redor de um palco, onde diversos políticos e artistas cariocas discursaram, seguidos da apresentação de shows de grupos como Afroréage e a equipe da Furacão 2000. Apesar da chuva, foi divulgada a participação de mais de 100 mil pessoas.

Concordo aqui com Otilia Arantes quando afirma que “o cultural como ‘*animação*’, sem alma por certo, tornou-se o grande **fetiche** dos nossos dias” (*ibid.* p.143), mas desde que se tome os produtos do espetáculo como *fetiches modernos*, na acepção de Bruno Latour (2002), e não como meros falseadores da realidade. Para falar desta problemática Latour descreve duas lógicas, que são operadas continuamente (*ibid.*, pp. 40): aquela, do mundo dos *modernos*, em que as coisas podem ser divididas entre verdadeiras ou inventadas (entre fatos e feitos). Lógica esta que fundamenta a acusação antifetichista, na qual se atribui à relação entre os sujeitos e os fetiches a categoria de *crença* – os fetichistas crêem, enquanto os modernos, sabem, descobrem os fatos, ao invés de fabricá-los. A segunda lógica, operada tanto pelos não-modernos como pelos modernos (sem assumi-la), é aquela em que a divisão entre coisas inventadas e coisas reais não faz sentido, porque todas as coisas por serem criadas, são reais. É o que o autor pretende expressar ao ressaltar a proximidade etimológica das palavras *fato*, que “parece remeter à realidade exterior”, e *fetiche*, que remeteria a crenças absurdas dos sujeitos (segundo a lógica antifetichista moderna). O autor opta então por grafar (no original) a palavra *faitiche*²⁰ (junção de *fait* (feito) e *fetiche*) para falar da “firme certeza que permite a prática passar à ação, sem jamais acreditar na diferença entre construção e compilação, imanência e transcendência” (*ibid.* , p. 46).

Mas o pensamento moderno insiste em operar como se os objetos-fetiche (feitos) fossem fatos objetivos. Assim, de maneira análoga aos procedimentos que Latour descreve sobre a construção dos fatos científicos no laboratório (*ibid.* p.39), há uma série de procedimentos para apagar o processo de construção das conclusões e torná-las “descobertas” de fatos que já estavam lá. Assim, também na construção da imagem oficial de uma cidade opera-se com as duas lógicas, mas sempre tentando esconder a segunda (dos *faitiches*). Fala-se, sem parar, da necessidade de construir, de reinventar as imagens da cidade, mas para fazê-lo, se utilizam da argumentação da retomada de características “originais”, “da verdadeira vocação” da cidade e da “identidade” (como essência) de seus moradores, deixando de serem vistas como fruto do processo social e político que as construiu.

No entanto, ao acusar as imagens espetaculares (elas são inventadas, não são reais) elabora-se a crítica a partir do mesmo antifetichismo do qual se valem seus criadores para legitimá-las. O espetáculo não é uma ilusão facilmente desfeita, ele torna as coisas feitas,

²⁰ Traduzido em português para fe(i)tiche (Edusc, 2002)

produz fatos. Os fetiches não são crenças ingênuas dos cidadãos iludidos, nem mentiras oportunistas que de nada valem. Eles são *faitiches*, portanto deslocam as ações dos sujeitos (*ibid.*, p. 31). Os efeitos provocados pela produção destas imagens são reais, pois elas, apesar de sintéticas e simplistas, são instrumentos concretos de dominação política e constituição de hegemonia. Elas são reais, na medida mesmo em que produzem realidade (coisas, ações, relações), e uma realidade que não fica apenas no plano das questões oficiais, mas transborda para as micropolíticas cotidianas. Como advertem Sánchez e Ribeiro (1995) acerca dos processos de reorganização do espaço urbano de Curitiba:

Notamos que a fixação das imagens-síntese é obtida por seu uso recorrente, que direciona a população a determinadas formas de apropriação dos espaços e à reprodução de esperados traços culturais do “espírito do lugar”, codificando o que seriam, por exemplo, comportamentos típicos de um cidadão curitibano. Parece-nos entretanto, que quanto mais as sínteses discursivas cristalizam-se nos mitos modernos maior se torna o risco de que seu uso opere com classificações excludentes ou controladoras de comportamentos sociais, acirrando uma valorização desigual de segmentos da vida coletiva. (Sánchez e Ribeiro, 1997, p.109. grifos meus)

As imagens oficiais da cidade e a cultura do espetáculo que as informa são eficientes mecanismos, como afirma Guattari (GUATTARI E ROLNIK, 1986), de *produção de subjetividade*, são portanto: “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (*ibid.* grifos meus, p. 27). Pode-se dizer, que essas imagens oficiais passam a interferir na criação das imagens *não oficiais* da cidade, nas representações cotidianas, indissociáveis das ações no espaço urbano. Mas, neste processo dialógico de construção de sentidos-cidade, as imagens oficiais entram de forma desigual, hierarquicamente privilegiadas, pois sua pretensão hegemônica se ancora tanto na legitimação naturalizante (logo, autoritária) – elas são afirmadas como fatos – quanto na subordinação dos demais sentidos não hegemônicos – eles são afirmados como crenças. Nisto reside o transbordamento das imagens oficiais, nisto reside a eficácia dos processos de criação de percepções do mundo, há tempos reconhecida pelas forças sociais do capitalismo contemporâneo. Elas passam a funcionar como *faitiches*, influenciam as formas de se articular com o tecido urbano, porque resultam em supostos desejos de cidade, que no caso dos interesses da produção capitalista de uma imagem urbana, atendem a apelos profundamente reacionários e a-políticos. A fim de requalificar a crítica às imagens oficiais e combater seus efeitos, é preciso entender, o duplo movimento (simultâneo) provocado pela criação das mesmas: em primeiro lugar o movimento é de apropriação (cristalização e captura) dos

imaginários urbanos correntes, eles são matéria-prima para as imagens oficiais (Sánchez e Ribeiro, 1997, p.108); num segundo movimento (que ocorre ao mesmo tempo em que o primeiro) as imagens oficiais é que passam a ser matéria-prima para as representações dinâmicas da vida cotidiana.

•

Assim, podemos refazer a crítica às imagens oficiais, não mais dentro do sistema falso vs. verdadeiro, não mais opondo as imagens oficiais a uma cidade mais verdadeira, ou dito de outra forma, não para defender algo por princípio (essas imagens são melhores do que aquelas), mas para assumir as consequências que essa outra postura traz à disputa pelo dizer-cidade. Não se trata de desqualificar a luta pelo direito à cidade para cair em um relativismo, pois, como já foi sinalizado, esta postura pode facilmente incorrer na interpretação de que existem vários pontos de vista sobre uma realidade, que permanece imutável. A postura que se pretende defender é de que as imagens das cidades só podem ser compreendidas em termos estritamente relacionais (e não relativas), uma vez que são constituídas nas tramas das relações sociais travadas entre os sujeitos.

Compreendo que refazer esta crítica é combater a assimetria, desconsiderando qualquer reivindicação de um ponto de vista privilegiado sobre a cidade, e enfatizar a potência criativa que a criação de imagens não-totalizantes e, logo, politicamente dissidentes têm, nos termos de uma “beligerância estética” (SILVA, 2001, p.xxi), capaz de produzir novas formas de dizer cidade. Potência esta, que se torna evidente até mesmo pela importância dada à construção de mecanismos de controle das representações coletivas sobre a cidade - através da repressão das mesmas e da criação de imagens oficiais. Um exemplo disso é a política de estabelecimento da *ordem urbana*, analisada no terceiro capítulo, que busca *sepultar e desqualificar*²¹ incessantemente o que Paola Berenstein chama de *micropoderes*, capazes de promover uma *guerrilha do sensível*, como uma oposição que consiste em “uma coexistência não pacificada de diferenças” (JACQUES, 2009). Os mecanismos de imposição da “ordem” atuam, assim, como ferramenta de construção de imagens oficiais através da tentativa contínua de sufocar e/ou ressignificar as insurgências urbanas, latentes nas formas de burlar regras oficiais, de atrair compradores, de mostrar suas artes, de viver nas ruas e em construções desocupadas, de seguir caminhos que as placas não indicam.

²¹ Enquanto mecanismo de dominação apontado por Foucault, ver na citação da página 26.

CAPÍTULO II: IMAGINÁRIO OFICIAL

*Em um evento organizado pelo IAB para debater o novo programa de urbanização de favelas, o Morar Carioca, inicia-se uma discussão a cerca dos problemas de trânsito no Rio. A mesa do debate é composta pelo presidente do IAB, Sérgio Magalhães, o secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, o diretor da ONG Nós no Morro e a jornalista Cora Ronai. É ela quem introduz a questão do trânsito, o que, curiosamente, acaba ganhando bastante repercussão, em um debate que, a princípio, não trataria deste tema. Assim, não apenas ela começa a listar as dificuldades de locomoção pela cidade, mas também Sérgio Magalhães aproveita para reiterar sua crítica à extensão do metrô para a Barra da Tijuca. Bastante irritado, o secretário lista todas as obras de melhorias viárias que serão e estão sendo realizadas no Rio e quanto às críticas ao funcionamento do Bilhete Único Carioca, ele repreende a plateia afirmando que temos que ser um pouco mais **otimistas**.*

•

Um breve olhar para os anos noventa nos permite observar que o modelo de administração que vem sendo consagrado na cidade do Rio de Janeiro não é nem recente nem inédito. Isto porque, desde a formulação do primeiro Plano Estratégico da cidade, em 1993, segue-se adotando a perspectiva de que as soluções para os problemas enfrentados virão de “fora”, seja na forma de consultorias (em especial, daquelas formuladas a partir da experiência de Barcelona) para aplicação de modelos pré-formulados, seja na forma de investimentos que viabilizem a sonhada inserção no mercado competitivo global pela atração de eventos e serviços.

Em função desta postura, já há quase duas décadas procura-se seguir à risca a cartilha internacional de projetos de renovação urbana, acionando todos os ícones propagados como a receita para o sucesso nesta seara: em primeiro lugar a adoção da perspectiva do planejamento estratégico – como forma de superação da “rigidez” atribuída aos modelos anteriores de planejamento e intervenção urbana – e no bojo desta mudança, a adoção da lógica empresarial como a referência para a gestão pública e a forte interação entre poder público e empresas privadas; em segundo lugar, a construção de grandes equipamentos culturais – cujo projeto arquitetônico deve ser de responsabilidade de renomados arquitetos²²; em terceiro, a

²² A iniciativa de construção de equipamentos culturais assinados por arquitetos reconhecidos mundialmente é tratada na perspectiva do *marketing* urbano tanto como uma das chaves para a reestruturação econômica de espaço urbanos considerados degradados, como um dos pré-requisitos para inserção na dinâmica dos fluxos globais de investimentos e turismo de cidades. A idéia é dispor de uma construção que possa ser identificada

realização de campanhas de promoção da cidade como sede de eventos esportivos internacionais; em quarto, execução de projetos de “revitalização” e “requalificação” de áreas urbanas; e, associada a estes projetos, a valorização do setor de serviços, como fonte de soluções financeiras, em detrimento de atividades produtivas.

Porém, apesar de longos anos de formatação da administração urbana nestes princípios, a fidelidade à inspiração catalã parece ter dado força para a interpretação de que, somente agora, com a “conquista” (não em termos positivos, mas enquanto resultado de um processo de competição entre cidades) do direito de sediar os Jogos Olímpicos de 2016, vemos se efetivar o processo de reestruturação econômica e de ampliação da visibilidade internacional, como nos moldes do que ocorreu em Barcelona a partir dos jogos de 1992²³.

Os jogos olímpicos, portanto, são vistos como grande alavanca para a concretização do modelo de *gestão estratégica*, isto porque funcionam como um importante marco simbólico do qual derivam duas conseqüências favoráveis e imprescindíveis aos olhos dos promotores de tal modelo: primeiramente a grande visibilidade internacional adquirida instantaneamente por conta da escolha da cidade pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e, em segundo lugar, a visibilidade é associada à idéia de reconhecimento para a população, o que resulta em uma grande adesão a este processo de “renovação” da imagem do Rio de Janeiro como algo que remete diretamente à auto-estima dos cidadãos. Significativo neste sentido é o conteúdo relativo às Olimpíadas de 2016, publicado em um informe publicitário divulgado pela Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro na edição do jornal O Globo, de 20 de dezembro de 2009. Nele aparecem manchetes de jornais internacionais sobre a eleição do Rio como sede dos jogos, sobrepostas a fotografias da festa realizada na praia de Copacabana para a comemoração do anúncio do COI. Em uma das fotografias destacava-se um enorme balão com a mensagem “é a vez do Rio”.

como um ícone. Como, por exemplo a construção dos museus da Fundação Guggenheim, nas cidades de Nova Iorque, Berlim, Veneza, Bilbao e, futuramente, Abu Dabhi, cujos projetos respectivos foram assinados pelos seguintes arquitetos, Frank Lloyd Wright, Richard Glukman, Rem Koolhaas e Frank Gehry.

²³ É interessante destacar que a visão de que os jogos são capazes por si só de resolver os principais problemas enfrentados na cidade é rechaçada pelo principal mentor da implementação do modelo catalão de renovação urbana, Jordi Borja. Em uma de suas palestras, realizada durante o seminário “As Olimpíadas e a Cidade – Conexão Rio/ Barcelona”, promovido pela Prefeitura do Rio em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), em março de 2010, advertiu aos cariocas do perigo de tal interpretação, enfatizando que as Olimpíadas não têm, por exemplo, a capacidade de garantir a limpeza da Baía de Guanabara.



Figura 2: “É a vez do Rio” - Extraído do site www.globoesporte.globo.com, em 02/10/2009

Os Jogos Olímpicos de 2016, portanto, apesar de estarem inscritos em um projeto que lhes antecede, devem ser entendidos como um elemento-chave para a compreensão dos processos que se desencadearam a partir do anúncio de sua realização. E é nesta perspectiva que devemos entender os atuais esforços do poder público no que se refere à construção de imagens oficiais que passam a fazer parte do processo de constituição daquilo que pode vir a ser entendido como “a cidade do Rio de Janeiro”. Estas imagens não são aqui compreendidas apenas como peças de *marketing*, utilizadas para esconder as reais intenções do poder público. Conforme exposto no capítulo anterior, penso que elas são importantes (e eficazes) ferramentas no que diz respeito à formulação de maneiras de compreender o mundo, de interferir, no que Armando Silva chama da *percepção imaginária* (SILVA, 2001) da cidade, o que, na postura adotada neste estudo, significa interferir na criação *da própria cidade*²⁴. Assim, me volto para a compreensão deste imaginário oficial que vem sendo criado a partir de diferentes mecanismos, que operam segundo suas próprias lógicas.

No entanto, no período que coincide com o início desta pesquisa, pode-se dizer que este processo ocorreu de uma forma mais fluida do que sistematizada. Isto porque não havia ainda um mecanismo específico voltado *declaradamente* para este fim, como os setores de propaganda e campanhas criados pela prefeitura de Barcelona (ROVIRA, 1993). Mas, há, no entanto, muitas estratégias e diferentes mecanismos, que por sua forma difusa e irregular, têm contribuído para o surgimento de um sentimento apresentado como consensual e lógico de

²⁴ A expressão pode parecer contraditória por indicar a existência de uma cidade objetiva, independente das imagens constituídas. No entanto, a intenção é enfatizar que essas imagens podem passar a constituir compreensões que instituem cidade – aquilo que passa a ser entendido como a *própria cidade*, e que não tem como contraponto nenhuma cidade mais verdadeira.

que a cidade encontra-se em uma espécie de “momento mágico”²⁵. Um otimismo que cresce e se impõe sem que seja possível precisar a origem, tal qual o ruído que perturba o morador do conto “Construção” de Kafka. Algo que atravessa tantas esferas da sociedade, desde o ambiente de trabalho, às propagandas comerciais e obviamente, à mídia, que passa a integrar o cotidiano dos moradores e gestores da cidade como algo decorrente da observação objetiva da realidade.

Através de uma postura crítica, adotada neste trabalho, pretendo problematizar este “otimismo”, não apenas em função de uma interpretação consideravelmente pessimista deste processo, mas também porque o entendo como um mecanismo de legitimação de intencionalidades políticas de atores específicos, que opera como uma das principais formas de desmobilização da oposição crítica.

Ainda assim, vale ressaltar que existe a possibilidade de que, em um futuro próximo, seja criada uma estrutura especificamente voltada para a propagação dessa imagem. Uma decisão que estaria bastante de acordo com os conselhos recebidos no referido (nota 22) seminário “As Olimpíadas e a Cidade – Conexão Rio/ Barcelona”, em que “o diretor-presidente da MarketLinks and Partners, Roberto Alvarez Del Blanco, deu uma verdadeira aula de como o Rio de Janeiro pode aproveitar a Olimpíada para criar uma “marca”, semelhante a um produto ou empresa, que a torne uma “cidade-ícone” de alto valor internacional”²⁶.

A criação desta “marca” poderia ser identificada como a expressão mais condensada deste processo de constituição de uma imagem oficial. Mas, mais do que identificar os nós dessa trama, é interessante acompanharmos seus entremeados mais extensamente, nos confrontando com o contexto mais amplo (e mais difuso) de constituição de um imaginário oficial. Contexto este, no qual podemos observar que também estão em jogo representações acerca da *temporalidade* (na qual o processo vem se desenvolvendo) e acerca daquilo que se entende como a administração da cidade, expressa pela ideia de *gestão urbana*.

A análise apresentada a seguir pretende pontuar alguns dos sentidos que vem sendo construídos a partir da análise de documentos oficiais como o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio, pronunciamentos oficiais e entrevistas dadas pelo prefeito, secretários e vereadores;

²⁵ Expressão cunhada pelo economista André Urani, no curso, por mim freqüentado, “Reinventando o Futuro”, oferecido em maio de 2010 no Pólo de Pensamento Contemporâneo (instituição particular que promove cursos livres), para descrever a atual situação na qual se encontra a cidade do Rio de Janeiro.

²⁶ Algumas considerações sobre o sentido atribuído pela prefeitura a tal evento e sobre as falas dos palestrantes podem ser encontradas na matéria publicada no site do Palácio da Cidade em 18/03/2010.

além de seminários promovidos pela prefeitura; conteúdos publicados no site da Prefeitura e do Palácio da Cidade e propagandas oficiais, que, de alguma forma, expressam a preocupação e/ou contribuem para a construção da nova imagem da cidade.

Ao apresentar o movimento de constituição de tais representações (de tempo e gestão) pretendo oferecer mais elementos que ajudem a compor a reflexão, apresentada no próximo capítulo, no qual será discutido o objeto central da análise empírica deste trabalho – a política de ordenamento urbano implementada pela Secretaria Especial da Ordem Pública, que, ainda que não seja diretamente vinculada a estratégias de *marketing*, é aqui entendida como o mais recorrente e sistematizado (no período analisado) mecanismo de interação entre a Prefeitura e a população carioca para a criação de novos significados sobre a experiência da vida na cidade do Rio, ou seja, para a criação de uma nova imagem oficial da cidade.

2.1 O MOMENTO DO RIO:

Um dos procedimentos mais eficazes, no que diz respeito à criação de imagens oficiais do Rio é a criação de uma nova temporalidade. E isto está para além de um procedimento bem conhecido da reinvenção da história de uma cidade. A tarefa é dar novo sentido ao tempo da cidade.

Esta operação é análoga a que Latour se refere em relação à refundação da relação com o tempo que permite a determinados atores tornar suas posições duráveis e mesmo irreversíveis (LATOUR, 1984, p.58). Aquilo que Latour nos chama atenção é para o problema que se tem em fazer com que o tempo caminhe em alguma direção que favoreça seus interesses. Isto porque o tempo, como ele afirma, não segue nenhum sentido *a priori*. O tempo não precisa andar para frente, não precisa ser considerado ultrapassado e nem mesmo permanecer parado. As datas, os períodos e os marcos temporais são fruto de processos criativos tanto quanto qualquer outro componente das imagens oficiais. No recorte que estamos analisando, o principal investimento é na fundação do marcos que distinguem o tempo presente, do qual decorrem representações sobre o passado e o futuro.

•

As Olimpíadas de 2016 não são a única motivação para o investimento em uma nova imagem para o Rio de Janeiro. Como já foi apontado, elas podem ser tratadas como um marco de um contexto maior de renovação econômica da cidade e mesmo do estado. Mas ao redor

deste marco, vem se propagando uma espécie de áurea discursiva que opera no sentido de fundar uma temporalidade distinta, que vem sendo caracterizada como um *momento* pelo qual a cidade vem passando. As qualificações que este “momento” tem recebido não são poucas: “momento único”, “momento histórico”, “momento mágico”, “momento oportuno”, “momento ímpar”²⁷. Apesar de terem sido enunciadas em diferentes contextos, todas contribuem para apropriação de que o tempo presente deve ser particularizado em relação ao passado e ao futuro.

A distinção do tempo presente se articula, por sua vez, com a instauração de um tempo passado, que, na construção do imaginário oficial do Rio, opera uma relação de ruptura com um passado “desencontrado” da cidade. Já em relação ao futuro, parece ser o único *lugar* onde podemos ver aparecer alguma desconfiança, diante do quadro de coerência pintado pelo poder público, mas que é salvaguardado pela afirmação de um “legado” indiscutivelmente positivo. Mas vale destacar que tais desconfianças em relação ao futuro raramente implicam em discordância e o que mais preocupa os atores envolvidos na idealização deste “futuro oficial” é se tudo vai sair conforme o esperado, a partir da receita que agora eles afirmam estar seguindo à risca.

Ao observarmos mais detalhadamente a construção desta temporalidade, mais uma vez, creio que vale destacar que a crítica a este processo pode tomar outras vias que não apenas as tradicionais. Assim, creio que a crítica a esta refundação do tempo da cidade do Rio não precisa passar pela afirmação de que “na verdade” não há nada de novo e que só estamos vendo a história se repetir. E nem mesmo naturalizar os marcos indiscutíveis fundados por atores neles interessados. A ideia é observar como estes marcos e essa nova temporalidade inventada funcionam.

2.1.1 PRESENTE

Dentro desta temporalidade o tempo presente é constituído a partir da ideia de excepcionalidade. E para justificar tal compreensão, há todo um investimento em estabelecer alguns marcos dentre os quais, além dos Jogos Olímpicos de 2016, podemos destacar a cooperação política entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), e também

²⁷ As expressões aparecem respectivamente nas seguintes situações: entrevista com o empresário Eike Batista, publicada no Informe Publicitário da Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 2009; entrevista do coordenador do Grupo Afroreggae, José Junior, no mesmo informe; no programa do já citado curso “Reinventando o Futuro do Rio”; Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009 (p. 5); PMOP, 2010 (p.9).

a política de segurança do estado de instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em áreas de favelas.

A importância das Olimpíadas de 2016 em relação à constituição deste presente se efetiva na medida em que diversos projetos, como o Plano Estratégico da Prefeitura e o próprio Plano Municipal de Ordem Pública, têm como horizontes temporais de realização de suas atividades o ano dos jogos. Claro que tanto os projetos por eles anunciados poderiam ser implementados independente das Olimpíadas, quanto estas poderiam ser encaradas com muito menos alvoroço²⁸. De qualquer forma, não é incomum observar a expressão “2016, o ano que já começou”, em função de compreensões que coexistem, tanto a de que este evento futuro desencadeou e motiva toda a configuração atual (“o momento”), como também que ele é “apenas” o principal argumento através do qual se está intensificando um modelo que há tempos vem sendo implementado.

Não devemos, porém, concluir que não faz tanta diferença a realização, ou não, dos jogos. Em primeiro lugar, porque não há nada que nos permita saber com certeza o que estaria ocorrendo na cidade caso o Rio não tivesse ganhado a candidatura, e, em segundo lugar, porque a realização dos jogos, desde antes do anúncio da decisão do COI, já se constituía como um argumento irrefutável em torno do qual foi pré-concebido um consenso que tornava a escolha da cidade um grande desejo nacional. O que significa, então, que fomos obrigados a “concordar” *a priori* (porque ninguém teve a oportunidade de discordar). Além disso, a mesma argumentação serve para impor a aceitação de que uma série de intervenções urbanísticas, que têm impactos nefastos especialmente no que se refere à população mais pobre, sejam realizadas na cidade em função das necessidades estruturais associadas ao evento.

Contudo, outros fatores viabilizam que os Jogos Olímpicos tomem tais proporções e propaguem seus efeitos com tamanha facilidade (quase sem nenhum entrave). Se considerarmos a argumentação em torno da construção de um *momento* distinto, do qual as Olimpíadas são um marco, temos que voltar à questão da referida cooperação entre os níveis de governo. Esta argumentação tem sido recorrentemente utilizada, de forma tão exaustiva, que chega a demonstrar a fragilidade de tal arranjo, sujeito às transformações inerentes ao jogo político. Isso torna ainda mais relevante o investimento neste discurso, acionado

²⁸ É interessante observar, neste sentido, a distinção da postura em relação à realização dos jogos em cidades de países mais ricos. Segundo a matéria publicada na Folha de São Paulo em 20/12/2010, em Londres, os engenheiros afirmam que nenhum dos estádios construídos para as Olimpíadas poderá ser comparado ao “Ninho do Pássaro”, construído para os jogos em Pequim, em compensação a maioria dos equipamentos terá uma estrutura desmontável, para que sejam reduzidos depois do evento, a fim de evitar a custosa manutenção do legado de “elefantes brancos”.

infalivelmente na maioria das falas oficiais e materiais impressos que tratam dos aspectos que viabilizaram as condições favoráveis que beneficiam a cidade atualmente, segundo esta lógica. A insistência na importância da manutenção de tal arranjo funcionou nas eleições de 2010 como uma antecipação de campanha tão sutil e naturalizada que “escapou” facilmente à fiscalização dos tribunais eleitorais.

Sem dúvida, é muito mais viável que o governo de uma cidade das proporções do Rio de Janeiro realize as transformações que julga necessárias para a realização dos Jogos Olímpicos se tiver o apoio dos governos estadual e federal. Isto permite que haja uma mobilização muito mais ampla de recursos financeiros e humanos para o processo, sem os quais seria impossível, por exemplo, pensar a operação de ocupação policial das favelas que vem sendo implementada. No entanto, a manutenção deste arranjo político como principal garantia do atual desenlace do projeto idealizado para a cidade do Rio é observada com desconfiança por aqueles setores que temem a estabilidade deste como a única garantia da perenidade de tal configuração. É o caso dos setores privados que, como advertem Borja e Castells (1997), precisam de garantias e instrumentos jurídicos que permitam que os projetos para os quais estão disponibilizando recursos sejam mantidos independente da situação política. Especialmente sob o argumento da preocupação com a efetivação dos projetos (que significam, claro, vultosos retornos para o setor privado) que se instaura a distinção do tempo presente como um momento de *exceção*.

Na verdade, esta tensão explicita uma questão pendular que permeia o contexto atual, situada entre as idéias de *exceção* e *permanência*. Por um lado, os eventos esportivos estabelecem uma agenda própria, executada através de mecanismos totalmente insulados das possibilidades de intervenção da população. Estas posturas são, então, legitimadas pela instauração de um regime de excepcionalidade. Porém, como Vera Telles nos lembra, eles fazem parte de um contexto de alterações contemporâneas nos modelos de gestão pública, situadas em um “mundo em que a exceção virou regra” (TELLES, V., 2006, p.201).

Stavros Stavrides, professor da escola de arquitetura, da Universidade Técnica Nacional da Grécia, ao analisar²⁹ os efeitos dos Jogos Olímpicos realizados em Atenas (2004), expôs a idéia de *estado de emergência* como uma concepção que vem se tornando hegemônica na formulação de novas formas de administração das cidades. A exceção é o regime que irá se consagrar para que os projetos de gestão urbana, pautados pelos interesses

²⁹ Na palestra *Athens, Greece. Athens 2004 Olympics: Modernization as a State of Emergency*, ministrada durante a Conferência internacional Mega-eventos e a cidade, realizada na Universidade Federal Fluminense em novembro de 2010.

de mercado, possam conviver “harmoniosamente” com os direitos conquistados pelos cidadãos. O autor afirma, inclusive, que a mesma lógica de restrição de direitos e violação de leis ambientais, que é utilizada durante a preparação para os Jogos, sob o argumento da eficácia e da agilidade, estava sendo novamente atualizada em função da crise econômica (que também deve ser entendida dentro de uma disputa de sentidos). Ele destacou ainda que nos espaços que sediam estes eventos, como em estádios, por exemplo, a lógica de exceção (ou emergência) utilizada sob a argumentação da necessidade de cuidados com a “segurança”, vai sendo progressivamente difundida nos espaços públicos da cidade. Instaurando-se assim, o que Carlos Vainer, com muitas convergências em relação a esta interpretação, vem nomeando de “cidade de exceção” (VAINER, 2011).

Sobre esta expressão Vainer nos chama atenção para como as práticas da excepcionalidade não se configuram em um elemento estranho ou antagônico à democracia ou ao capitalismo moderno (e pós-). Ao contrário, ele afirma que no caso das cidades essa é a “forma nova de regime urbano”, que se engendra através das estruturas políticas estabelecidas. No entanto, vale destacar, que o autor enfatiza a tensão em relação à cessão da autonomia do Estado, em prol da atuação mais direta de interesses privados. No entanto, penso que podemos observar, como o autor também afirma, que esse estado de exceção tem como ator chave na sua manutenção o poder estatal, sendo um mecanismo cada vez mais consagrado de prática política. Sendo assim, o enfraquecimento de determinadas estruturas políticas que viabilizam a intervenção da sociedade civil, em relação ao fortalecimento de outras que viabilizam a autonomia dos agentes privados que atuam em “parceria” com o governo, seriam antes uma nova forma de funcionamento deste poder que chamamos de estatal³⁰.

E é justamente neste cenário das políticas estatais de excepcionalidade que podemos situar um último marco, em relação à instauração da distinção do tempo presente: a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Absolutamente cercadas por uma ideia de inovação, promovida pelo governo e pela mídia, não apenas para as áreas onde foram instaladas, mas para a cidade do Rio como um todo. Essa modalidade de atuação do Estado é um braço da política de segurança pública elaborada pelo governo estadual, formalmente inscrita no modelo de “polícia de proximidade”, que no Rio é atualizada através da ocupação contínua de um efetivo de policiais em favelas da cidade. As UPPs surgem implicadas em um

³⁰ Ainda mais se considerarmos o poder estatal, tal como Deleuze e Guatarri, enquanto uma forma de poder e não uma instituição política, que, neste sentido pode ser desempenhada por atores públicos ou privados (GOLDMAN, 2006, P.265).

contexto de crescente preocupação em relação à “segurança pública”, provocada menos pela condição de conflito perene vivida nestas áreas e mais por episódios de violência, que trouxeram o sentimento de vulnerabilidade para esferas não marginalizadas da cidade. E diante do sentimento de insegurança (componente privilegiado para instauração da excepcionalidade), a novidade foi realizar uma política que, ao contrário de ocupações violentas, resultasse em ocupações “pacíficas” em áreas onde antes a chegada da polícia era sinônimo de conflito.

Sem dúvida, como observa o pesquisador Luiz Antônio Machado, essa mudança de atuação da polícia e a eficácia em relação à redução da presença aparente de grupos armados nas favelas “pacificadas”, provocou a ampliação das expectativas positivas quanto à segurança entre os moradores destes locais e, especialmente, daqueles que não moram lá. Esse é um ponto importante, pois ele começa a esboçar a complexidade deste processo. Em primeiro lugar, as UPPs são tratadas como uma estratégia de “retomada” pelo Estado de “territórios” (este é o termo utilizado pelo poder público para designar as áreas onde foram instaladas as UPPs) marcados pelo exercício do poder de grupos de traficantes armados. No entanto, não se pode ignorar que esta “retomada” não representa necessariamente autonomia política dos moradores das favelas, já enfraquecida, obviamente, diante de tal contexto. A “retomada” é para o Estado, como enfatiza o Secretário de Segurança Pública, sobre o objetivo da política: “*recuperar para o Estado, territórios empobrecidos e dominados por grupos criminosos armados*”³¹ (grifos meus). E neste sentido a lógica da excepcionalidade se traduz no enraizamento da polícia como agente mediador que passa a ocupar cada vez mais âmbitos da vida cotidiana dos moradores.

Outro elemento importante, que faz com que as UPPs sejam consideradas um marco de um novo tempo, são os efeitos associados a outras esferas que não apenas as questões relativas à temática da segurança e, especialmente, no que diz respeito aos efeitos associados a questões de “mercado”. Dentre eles pode-se destacar a valorização dos imóveis no entorno das favelas, que é um importante estímulo para que a política ganhe apoio incondicional por parte dos proprietários destas regiões. Mas a valorização (e a especulação imobiliária) também se tornou mais forte nas áreas ocupadas pela polícia e os relatos mais frequentes são de que isso tem provocado um deslocamento de pessoas mais pobres para áreas menos valorizadas. Isto porque, como já foi afirmado pelo poder público³², a escolha das favelas que

³¹ Disponível em <http://upprj.com/wp/?p=175>, acesso em 31/09/2010.

³² No site do governo federal sobre a Copa do Mundo de 2014, a notícia sobre a instalação da UPP da favela da Mangueira afirma: “A UPP fica próxima ao Maracanã e finaliza um *cinturão de segurança*, com unidades em

receberam UPPs teve como elemento decisivo a sua localização na cidade, especialmente levando-se em conta a realização dos Jogos Olímpicos – das UPPs instaladas até o final de 2011, a maioria fica localizada na região mais valorizada da cidade em termos imobiliários, mais bem servida de serviços públicos (exceto as áreas de favelas) e onde se hospedam a maioria dos turistas que visitam a cidade. O governo estadual considerou na instalação das UPPs a formação do que chamou de um “cinturão de segurança”³³ que tem como referência a preparação da cidade para as Olimpíadas, mas que logicamente já está em pleno funcionamento.

•

A configuração de uma nova temporalidade que afirma a excepcionalidade do tempo presente propicia a legitimação da realização de eventos como os Jogos Olímpicos de 2016, servem de instrumento de pressão para manutenção de arranjos políticos e justificam práticas de intervenção policial. Todos esses processos suscitam também elementos considerados extremamente positivos pelos atores neles implicados diretamente ou não, mas não busco avaliar se essas avaliações são certas ou erradas. No enfoque aqui tratado, cada um destes acontecimentos funciona como um marco de uma nova temporalidade orientada pela ideia de exceção.

2.1.2 PASSADO

Em relação ao passado, este tempo presente, este “momento”, é entendido através da ideia de ruptura, que está fundada na criação de um passado marcado pela interpretação de que a cidade do Rio de Janeiro estava “desencontrada”, “sem identidade” ou “sem vocação”. Para a defesa de tal argumento, passou-se a fortalecer uma interpretação histórica, que qualifica o período que vai da perda da posição de capital do País (1960) até a realização dos Jogos Pan-Americanos (2007) como um intervalo em que a cidade esteve perdida. Esta argumentação foi apresentada de forma mais sistematizada pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes, na sessão de abertura do seminário “Uma agenda para os BRIC”, realizado no Palácio da Cidade, em fevereiro de 2010. Cria-se, assim, uma relação de oposição entre a ideia de

todas as comunidades próximas ao estádio que sediará a final da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014” (grifos meus), disponível em <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/upp-no-complexo-da-mangueira-fecha-cinturao-de-seguranca-em-torno-do-maracana>, acesso em 04/11/2011.

³³ Em notícia publicada no site <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=663099>, acesso em 30/11/2011.

cidade que será construída a partir de agora, promovida pela atual gestão municipal, e as imagens de cidade que passam a ser associadas ao período “desencontrado” da cidade.

De maneira ainda mais elaborada, o secretário municipal de Conservação, Carlos Osório, apresentou uma teoria da periodicidade dos momentos de transição da história da cidade, que “coincidentemente têm 100 anos de intervalos”. No esforço de dar um passo além na conformação do sentido da história do Rio, oferecendo inclusive uma regra de regularidade, que reforça a criação de uma correlação entre os diferentes períodos, o secretário destacou os seguintes marcos históricos: 1808, pela vinda da família real, abertura dos portos e por tornar-se a capital do império português; 1908, pelas grandes reformas urbanas, associadas à modernização da cidade, como a construção de bulevares – período em que, segundo o secretário: “nasce a cidade maravilhosa”, mas que é interrompido pelo momento difícil e longo, a partir da perda da capital para Brasília (em 1960) – momento de crise, da identidade, do desenvolvimento; e por fim, 2008, como novo momento de “renascimento carioca”, uma “nova oportunidade”, “chance extraordinária”.

A caracterização deste período perdido da cidade, em oposição ao tempo presente (ou a momentos do passado que se associariam ao atual), é uma argumentação em que, ao mesmo tempo que desqualifica gestões municipais anteriores, desqualifica todas as demais manifestações da vida pública que são associadas a este passado. No lugar delas surge todo um aparato de construção de uma imagem de vida na cidade essencialmente *nova*. A afirmação de um passado ruim auxilia a criação de uma interpretação compartilhada de que o presente está melhor.

•

Um vídeo publicitário que compõe a campanha de uma marca de café tem um minuto, no qual vemos uma sucessão de imagens, descritas em parênteses, que ilustram as seguintes frases: “o otimismo voltou” (uma mulher abre uma janela ensolarada), “a alegria voltou” (passa um vendedor de brinquedos na praia), “a grana voltou” (uma plataforma de petróleo no mar), “a paz voltou” (a luz do sol “estoura” a imagem de duas palmeiras), “os títulos voltaram” (torcida do time do Flamengo no estádio comemorando o título do campeonato brasileiro de futebol), “o carnaval de rua voltou” (blocos de carnaval), “o orgulho voltou” (pés de um homem sambando), “os olhos do mundo estão voltando” (pessoas assistem um

televisão o anúncio de que o Rio será sede dos jogos olímpicos, seguida da imagem da comemoração em Copacabana), “as coisas boas do Rio estão voltando”³⁴.

•

A interpretação propagada através destas imagens oficiais é de que o *momento* atual é entendido como propício para a superação deste *passado corrompido*, para a construção de uma *nova cidade* para o *futuro* (*promissor?*).

2.1.3 FUTURO

Sobre as perspectivas dos desdobramentos da atual conjuntura, creio que é importante ressaltar que é neste campo que aparecem algumas fissuras no sólido otimismo em relação ao *momento do Rio*. Muitas destas incertezas estão relacionadas com a argumentação de investidores de que não há garantias de que apenas a realização dos Jogos Olímpicos represente o sucesso dos negócios realizados na cidade, para além deste contexto.

Cientes de tal inquietação, os promotores do projeto dos Jogos no Rio de Janeiro se referem, desde o processo da candidatura, ao que é denominado de “legado” das Olimpíadas. Na verdade, esse legado é afirmado como argumento decisivo para a eleição da cidade. Justamente porque, a orientação do Comitê Olímpico Internacional (COI) atualmente (e possivelmente desde as Olimpíadas de Barcelona) é de que este evento venha acompanhado de uma ampla gama de promessas de melhorias para a cidade e sua população. O legado, portanto, refere-se a todos os benefícios que seriam desencadeados e possibilitados (inclusive financeiramente) a partir da realização dos jogos, mas que permaneceriam mesmo após o encerramento destes. No site criado pela Prefeitura do Rio sobre a preparação da cidade para as Olimpíadas há um vídeo publicitário intitulado “Hoje, Amanhã e Sempre”³⁵, no qual o historiador Antônio Edmilson Martins explica que existem “vários legados” e destaca “a mudança na composição turística, hoteleira e de serviços”, um legado “social” de “abertura de novos postos de trabalho” e “condição de renovação de determinados bairros”, um “legado político”, que é “o conhecimento que os estrangeiros vão ter do que se faz aqui (no Rio)”, e o “legado final”, que é “reafirmar aquilo que é a alma carioca”.

³⁴ Este vídeo publicitário está disponível no site <http://www.cafepalheta.com.br/campanhas.php> (acesso em 27/11/2011).

³⁵ Disponível em <http://www.cidadeolimpica.com/hoje-amanha-e-sempre/>, acesso em 09/11/2011

Ainda assim, apesar de tantas promessas, a ênfase em tal “legado”, condicionante, inclusive, da escolha do Rio como sede dos Jogos de 2016, reforça ainda mais o temor e a desconfiança acerca deste futuro. Na primeira aula do curso “Reinventando o futuro do Rio”³⁶, ministrado pelo economista André Urani, alguns participantes se apresentaram como interessados nas possibilidades de negócios no Rio, mas manifestavam preocupações fundadas em argumentos como o insucesso de experiências passadas, ou mesmo na falta de senso de oportunidade atribuída aos políticos cariocas. Na verdade, é bastante aceitável que esta questão seja cercada de incertezas, pois como nos recorda Otilia Arantes (2000), os projetos de renovação econômica se tornaram uma saída para o processo de desindustrialização, provocado também pela grande possibilidade de deslocamento dos investimentos, que caracteriza a fase recente do capitalismo. Inclusive, este processo foi um dos principais determinantes para a criação do nicho competitivo entre cidades para a atração de investimentos. E, portanto, não há garantias concretas para a permanência dos investimentos após a realização dos Jogos.

Da mesma maneira que não se sabe se os investimentos irão sumir tal qual uma nuvem de gafanhotos após 2016, também muitos atores, implicados neste processo observam com desconfiança a manutenção dos elementos que fomentaram a instauração de um presente excepcional. Por exemplo, a política de implantação da UPPs, que é frequentemente apontada como frágil e difícil de ser mantida há longo prazo, tanto como ser estendida para outras áreas do estado.

Outro fator de incerteza é a tensão acirrada pela proximidade de períodos de eleição que explicita como os arranjos políticos podem tanto serem desconstruídos pela autonomia dos projetos, como podem ser decisivos para a manutenção dos mesmos.

Contudo, as incertezas futuras são objeto de disputa tanto quanto o presente e o passado, e é sob a alegação das mesmas que os grandes agentes do setor privado pressionam o poder público para criar o regime de exceção, no qual, como já foi dito, abre-se espaço para o desrespeito a direitos de cidadania, a normas de atuação do estado em termos econômicos e jurídicos, às liberdades individuais, e mesmo, às leis de regulação do mercado.

³⁶ Do qual participei como parte da pesquisa.

2.2 EMPRESARIAMENTO DA CIDADE

A constituição desta leitura sobre a temporalidade da cidade também se reproduz na redefinição daquilo que é entendido como a própria gestão pública. Como explicita Vainer (2000), ao lado das grandes representações da cidade como mercadoria a ser consumida, está a representação da cidade como *empresa*. Esta nova concepção da administração urbana, que David Harvey chama de *empresariamento*, se caracteriza centralmente pelas chamadas parcerias público-privadas (Harvey, 1996, p.53). Um arranjo complexo, que em termos da coalizão de forças articuladas em torno do governo da cidade, tem duas faces (de uma mesma moeda): por um lado o funcionamento e a lógica empresarial se tornam o principal modelo para a estrutura administrativa da gestão pública e, por outro, as empresas privadas passam a ter ingerência cada vez maior na produção da vida urbana, através do poder público. Neste sentido, as chamadas iniciativas “mistas”, compostas por empresas privadas, poder público e sociedade civil, como principal forma de atuação neste cenário de renovação urbana, devem ser reinterpretadas. Pois, ao que parece, a sociedade civil se relaciona com duas outras instâncias, que cada vez mais estão sujeitas às mesmas lógicas.

Em relação ao primeiro aspecto da interação entre empresas privadas e o poder público, Vainer afirma que “ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado *a regra e o modelo* do planejamento e execução de suas ações” (*ibid*, 86). Ao que parece, vemos no Rio a consolidação de tal mudança, através de iniciativas como a criação do “Acordo de Resultados” com as secretarias municipais, que como descreve a matéria publicada no site do Palácio da Cidade, implica em:

um acordo de resultados com secretarias e órgãos para premiar funcionários da ativa que atingirem metas estabelecidas para a execução de projetos estratégicos. A idéia é estabelecer uma nova cultura de gestão pública e criar um maior comprometimento dos funcionários para a melhoria dos serviços prestados à população, valorizando o desempenho de cada um. *Assim como acontece em grandes empresas da iniciativa privada*, o novo acordo de resultados vai beneficiar com uma bonificação anual, que poderá variar do valor equivalente a meio salário até dois salários, os servidores municipais que cumprirem o planejado e atingirem os resultados previstos. (grifos meus)³⁷

Uma postura, que além de quebrar o princípio de isonomia salarial de servidores públicos, está associada à adoção das formas contemporâneas de controle inspiradas na lógica

³⁷ In: [://www.palaciocidade.rio.rj.gov.br/site/conteudo/ultimas.asp?Pagina=5](http://www.palaciocidade.rio.rj.gov.br/site/conteudo/ultimas.asp?Pagina=5)

empresarial do mérito, da competição e da contraposição de indivíduos (DELEUZE, 1992 a.). Esta lógica em nada se difere daquela adotada dentro de uma “visão estratégica” (que informa o planejamento homônimo). Como se vê ao observar, por exemplo, os “objetivos estratégicos” destacados no Plano Municipal de Ordem Pública. Naqueles que se referem à interação com a população, é destacada a importância da criação da “sensação de ambiente público ordenado” (p.32), afirmando que não são suficientes para tal as próprias avaliações da Secretaria, “ao passo que o *cidadão carioca, cliente*, dos serviços prestados pela SEOP, é quem deve aprovar os resultados” (grifos meus) (p.32). Para completar, é, no mínimo, irônica a referência quanto à proposta de criação de um Sistema de Atendimento ao Cidadão, o conhecido como SAC!

Percebe-se, portanto, que a compreensão da participação popular, neste contexto tem como referência a interação entre os clientes e uma empresa prestadora de serviços. Ou seja, uma atuação passiva de legitimação da definição hegemônica de cidade, uma “participação contemplativa da cidade” (SANCHEZ, F., 2001, p. 42).

Ainda assim, mesmo com todos os esforços da gestão pública em se tornar uma empresa, perdura a visão, compartilhada pelos próprios encarregados da administração da cidade, de que os procedimentos que observam a lógica do “público” são obstáculos para a implantação dos novos projetos urbanos. Visão que serve de argumento para aquilo que Vainer define como a “participação direta, sem mediações, dos capitalistas e dos empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e à execução de políticas (públicas)” (*ibid*, p.88). Este é o segundo aspecto destas novas formas de gestão urbana, marcada pela interação entre setores públicos e privados. E que podemos observar, por exemplo, a partir da proposta elaborada através de uma parceria entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Prefeitura para a criação das Áreas de Revitalização Econômica (AREs). Este projeto, que visa centralmente o estímulo ao desenvolvimento de negócios e à atração de consumidores (MOTTA, 2009), apresenta como característica um sistema de “auto-taxação” dos comerciantes interessados, a fim de disponibilizarem uma oferta privada de serviços básicos (limpeza, iluminação, segurança), isentando o governo da melhoria destas obrigações, sob o argumento de que o setor privado pode operacionalizá-los de maneira muito mais *eficaz*. A participação de empresas privadas no processo de construção de significados para a cidade do Rio, também está inscrita em um processo mais profundo de consolidação do novo modelo de gestão urbana. Conforme nos lembra Zukin “jamais as cidades foram capazes de controlar o espaço tão eficazmente quanto a cultura corporativa” (ZUKIN, S., 2003, p.14).

Mas a interação entre setor público e setor privado pode assumir neste processo formas múltiplas, que justamente se associam aos mecanismos de produção e legitimação de *imagens-síntese* da cidade. O projeto, mais que comprometido com esta visão, de “revitalização” da zona portuária, está sendo realizado através da participação ativa de empresas privadas. Contudo, chama atenção o procedimento refinado de criação de representações como da iniciativa do Instituto Light, que patrocinou um projeto social que deu origem ao livro “Porto dos meus sonhos”. Nele as crianças de diversas creches e escolas da região foram motivadas a procurar notícias recentes de jornais sobre a zona portuária. Depois de influenciadas por referências, elaboradas pela grande mídia (absolutamente entusiastas do projeto) e mediadas por workshops e palestras, as crianças produziram textos, poemas e desenhos sobre o que entendem e esperam da região. O que, segundo a notícia publicada no jornal O Globo, “revelou” que elas “desejam morar numa região mais limpa, segura e revitalizada”³⁸.



Estas principais compreensões relacionadas ao tempo e à administração urbana que se relacionam com a criação das imagens oficiais da cidade do Rio de Janeiro. Que, por sua vez, não constituem um aparato falseador de um processo cuja realidade está oculta, mas operam no sentido de torná-lo legítimo através da criação de novas formas de atribuição de sentido àquilo que é entendido como a cidade e seus usos. Esta legitimação está associada a uma das propriedades entendida neste trabalho como a mais “perversa” da criação da nova imagem para a cidade. Pois, apesar de “nova”, ela parece cristalizar algumas representações simbólicas já difundidas, ainda que de maneira dispersa e descontínua, em diversos setores da sociedade.

É neste sentido, que nos debruçaremos mais especificamente na análise crítica dos elementos discursivos relacionados diretamente às atuações da Secretaria Especial da Ordem Pública, inscritos em todo este contexto de releituras de sentidos elementares relacionados à cidade do Rio de Janeiro. Assim, como num jogo de “quem nasceu primeiro?”, a idéia de “ordem” acionada neste processo tanto cria quanto atende a uma pretensa demanda pela oficialização de sentidos compartilhados de maneira difusa. O comentário de um leitor do Globo Online, referente a uma notícia sobre a atuação da operação “Choque de Ordem” na prisão de “flanelinhas” nos oferece uma espécie de caricatura deste processo: “Vamos fazer

³⁸ Globo Online, 15/05/2010. In: <http://oglobo.globo.com/rio/rio/legal/mat/2010/05/15/livro-baseado-em-trabalhos-de-escolas-da-zona-portuaria-mostra-que-alunos-querem-mais-ordem-limpeza-seguranca-916593369.asp>

uma campanha: “Atropele um flanelinha e deixe o rio mais limpo!” Acho que se todo mundo seguir isto, em uma semana nos livramos dos marginais”³⁹. Apesar de localizado dentro de um perfil de leitor da versão deste jornal na internet, esta declaração aponta para como este ideário da “ordem” funda sua legitimidade em bases que ao mesmo tempo em que são fragmentadas e difusas, são também (e por isso mesmo) tão concretas quanto os efeitos que provoca na vida e espaços urbanos. Uma vez que raramente estas interpretações são entendidas como uma construção simbólica como as demais que coexistem e disputam o direito de dar sentido à cidade, elas são antes, tomadas como uma percepção objetiva de uma realidade que transcende a esta disputa.

A sobreposição entre os valores difundidos especialmente nas camadas médias da sociedade (SANCHEZ, F., 2001, p.43) e os ideais que fundamentam a invenção da imagem oficial da cidade, contribui para a naturalização da mesma. Ela deixa de ser percebida enquanto construção social, marcada pelos conflitos políticos entre os grupos que disputam pelo direito de dizer a cidade. E ganha “aparência de objetividade, apresentando fatos sociais como inquestionáveis” (*ibid*, p.34). A neutralidade aparente dessas interpretações anula as demais possibilidades de atribuição de sentido. Assim, estas imagens oficiais ganham valor de verdade inquestionável (*ibid*, p.39), de maneira análoga às metáforas do pobre, como criminoso, desordeiro, depredador do meio ambiente, em oposição a do “pagador de impostos” como guardião da “ordem”. Entendo, contudo, que essas interpretações são criadas (e por isso funcionam) e estão em disputa com outras produzidas para além da visão totalizante, mas que nenhuma delas é detentora de verdades absolutas e neutras. A questão é que as imagens produzidas com a finalidade de conquistar a hegemonia se impõem de forma a silenciar e capturar qualquer outra forma de significação. Sob este entendimento nos debruçaremos naquilo que entendo como os processos de criação de imagens oficiais da cidade do Rio, através da atual política de “ordem pública”.

³⁹ In: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/03/25/operacao-choque-de-ordem-prende-23-flanelinhas-na-zona-sul-916164303.asp>

CAPÍTULO III - A POLÍTICA DA ORDEM

Considerando a reflexão apresentada acerca das imagens de cidade e apresentação do contexto do imaginário oficial que vem se construindo no Rio de Janeiro, apresentarei a seguir uma reflexão a partir de materiais oficiais elaborados pela equipe da Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP). Para isso, inicialmente explicitarei algumas posturas em relação a como foram tratados os materiais, que servem de base para esta análise. Em seguida apresentarei um breve recorte, a fim de esclarecer os campos conceituais e políticos nos quais situo a construção da questão da “ordem pública”, tal como entendo que vem sendo atualizada pela política desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro. E, por fim, exponho as reflexões que, longe de darem conta, ou de pretenderem explicar totalmente o que “é” a SEOP, buscam propor uma chave de problematização de seu funcionamento.

3.1 SOBRE TEXTOS OFICIAIS

Em relação aos materiais da SEOP que serviram de base para pesquisa, é importante destacar que muitos dos trechos selecionados, e apropriados para os fins deste trabalho, foram disponibilizados publicamente em diferentes níveis de interação com a população. Cada um deles se distingue pelas características decorrentes de seus usos, meios de exposição ou acesso, mas todos eles são produções discursivas elaboradas e divulgadas pela própria Secretaria. Sendo assim, podemos dizer que eles são discursos *oficiais*. No sentido de que eles foram, pelo menos em algum momento, legitimados como elaborações assumidamente enunciadas por este órgão⁴⁰.

A opção de trabalhar com esse tipo de material me levantou algumas questões que não se restringem enquanto preocupações “metodológicas”. Especialmente porque as preocupações qualificadas desta maneira são aqui entendidas como absolutamente indissociáveis de todas as demais questões analisadas neste trabalho. Sendo assim, penso que a exposição de algumas destas preocupações podem contribuir para a introdução dos temas que veremos a seguir. Mesmo que muitas delas não tenham sido plenamente resolvidas e não se configurem exatamente como justificativas acabadas, mas como a explicitação das tramas,

⁴⁰ Esta definição do que está sendo entendido como discursos oficiais pretende trazer argumentos em torno de questões metodológicas, no entanto, no contexto em que estão sendo elaboradas, a ideia de *oficial* é absolutamente combinada com as caracterizações e problematizações relativas às imagens oficiais (capítulo 1), e por isso mesmo são objeto desta reflexão.

quase sempre conflituosas, nas quais este trabalho (e acredito que qualquer trabalho) foi sendo elaborado.

Para iniciar, podemos pensar sobre uma possível contestação a esta opção de análise de discursos oficiais, fundamentada no entendimento de que, ao buscar entender aspectos relacionados a órgãos institucionais, como a prefeitura e a SEOP, através de elementos elaborados por estes mesmos órgãos, eu não estaria quebrando “a superfície” do discurso oficial, deixando assim, de revelar “a verdade” sobre os atores implicados nestes discursos. Verdade que, segundo este entendimento, subjaz por detrás das palavras oficiais, quase sempre vazias de sentido.

Porém, este problema se transforma totalmente na medida em que parto da consideração de que os discursos, oficiais ou não, nunca são elementos heterogêneos àquilo que constitui o que pode ser afirmado como realidade. Por isso, os enunciados da SEOP não serão tratados como construções que falseiam outras relações sociais. A preocupação aqui é buscar entender estes enunciados como atualizações de técnicas de poder. Mas, sempre admitindo a concepção foucaultiana, na qual, segundo Deleuze: “O poder ‘produz realidade’, antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar” (DELEUZE, 2005, pp. 38).

As implicações do discurso oficial da Secretaria Especial da Ordem Pública como mecanismos que inscrevem o “real”, também pode ser problematizada se nos propusermos a questionar em que medida eles se opõe a uma “prática” das ações desta secretaria. A questão aqui é, mais uma vez, operar a análise em outra chave de entendimento, que não a que estabelece uma distinção entre uma esfera discursiva, na qual os fatos seriam representados ou escondidos, enquanto que os elementos “verdadeiramente reais”, que estariam manifestos nas “práticas”. Novamente, como nos diz Deleuze ao pensar sobre a obra de Foucault, também podemos entender as práticas, como práticas discursivas (op. cit.) E neste sentido, na análise aqui presente, não se pretende ignorar as diferenças que o estudo de discursos oficiais tem em relação à reflexão sobre a maneira como são atualizados durante as operações da Secretaria. Porém, estas diferenças não estão pautadas em uma distinção entre o que seria a instância “verdadeira”, e por isso privilegiada, para um estudo de caráter acadêmico da atuação da Secretaria. Uma vez que entendo que os discursos oficiais são também estas práticas discursivas.

No entanto, é interessante destacar que tomar os textos produzidos pela Secretaria como foco da análise leva a considerações específicas. O que não é aqui entendido como uma precariedade, mas antes uma escolha. Afinal é justamente a este registro que o trabalho

pretende se filiar, ao registro da parcialidade. O que significa assumir que o trabalho é antes de tudo constituído por essas escolhas, cujo caráter seletivo deve ser explicitado, e não compensado (pois o objetivo não é explorar nenhuma totalidade). Ainda que tal desejo de explicitação não deva ser entendido sob nenhuma prerrogativa moral de uma valorização à “transparência”, tal qual vemos frequentemente no vocabulário empresarial. Ao contrário, a ideia é se valer de uma “opacidade” emprestada do discurso cinematográfico que implica, justamente, em expor o caráter ficcional (ou criativo) de sua construção, que segundo Ismail Xavier (1977) se estende também aos filmes que tradicionalmente chamamos de “documentários”. A visão de Xavier sobre este tema é absolutamente análoga à postura metodológica da reflexão aqui presente:

Aqui é assumido que o cinema, como discurso composto de imagens e sons, é, a rigor, sempre ficcional, em qualquer de suas modalidades; sempre um fato de linguagem, um discurso produzido e controlado, de diferentes formas, por uma fonte produtora. (Xavier, I. *op cit*, pp. 10).

Esta postura “opaca” é fundamentada no entendimento de que são justamente as escolhas e as parcialidades que constituem o objeto e as questões deste trabalho. Assim, não há qualquer pretensão de apresentação de uma análise “neutra”, ao contrário, a perspectiva aqui adotada está interessada justamente na interferência dos olhares, da qual não pretendo me poupar, na construção mútua de sentidos sobre os atores envolvidos nas questões aqui tratadas. Ainda que, desta forma, não haja uma pretensão de dar conta de todos os “pontos de vista” dos atores implicados nas questões relativas às políticas da SEOP. Isto porque, não penso que a soma desses muitos olhares constituam uma totalidade da questão, nem haja um único objeto sob o qual incidem tais “olhares”.

Ainda em uma perspectiva divergente da adotada na análise aqui presente, poderíamos nos indagar se, ao trabalhar prioritariamente com textos oficiais produzidos pela Secretaria, não estaríamos observando apenas “um lado”, ou a visão de apenas um dos atores envolvidos. No entanto, o enfoque deste trabalho é, neste caráter, igualmente parcial e seletivo, uma vez que, assim como explica Latour (1984), ao explicitar suas opções metodológicas para analisar os textos de publicações de divulgação científica sobre as teorias de Pasteur e seus seguidores, não pretendi me debruçar sobre os textos oficiais da SEOP partindo da consideração de outros atores cuja existência (ou, neste sentido, essência) antecede e independe das relações estabelecidas. Mas sim, acompanhar o movimento dos discursos da SEOP enquanto criadores de novos significados, que pretendem “deslocar” outros atores. Busquei, portanto, analisar

nestes discursos, de que maneira os demais atores envolvidos vão sendo definidos. Como eles serão convidados a fazer parte disto, ou como são excluídos, como serão classificados, enumerados ou agrupados. Ou seja, busquei seguir como esses atores e a própria SEOP vão sendo criados e recriados através deste textos oficiais. Pretendi assim, observar o movimento de construção dos significados a respeito da Secretaria nos seus próprios discursos. E pode-se dizer que este foi o sentido (a direção) do percurso da análise; as questões e caminhos percorridos surgiram a partir da afetação provocada pelo encontro com esses discursos da Secretaria e mesmo de outros atores.

Voltando à metáfora da produção de documentários, pode-se dizer que busquei afastar este trabalho da estrutura, descrita por Consuelo Lins como característica do tipo de documentário chamado *expositivo*, que “se funda na imagem como ilustração de um comentário em *off* não sincrônico, que organiza as entrevistas, montadas como exemplos da ideia geral” (LINS, 2007, pp). Ou seja, busquei evitar que os discursos fossem apresentados como ilustrações, ou “provas” de teorias já consolidadas. Mecanismo de construção de sentido, análogo ao que, não por acaso, Bernardet (2003) chamou de “documentário sociológico”, onde as imagens desempenham o papel de fragmentos de verdade que comprovam a teoria do filme.

A análise dos textos oficiais da SEOP busca seguir os processos de criação dos atores que a representam e daqueles com os quais as políticas, implementadas através da mesma, visam interagir. Contudo, deve-se destacar que isto que estou chamando de “análise” é também, sobretudo, um processo de criação de sentidos que, de alguma maneira, “explodem” do meu encontro com os discursos relativos ao que se vem entendendo como a política de ordem pública desenvolvida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Ainda que, dentre as orientações que influenciaram em tais construções de sentido, ocupe lugar central o valor de não negar nenhum dos agentes envolvidos enquanto potência discursiva legítima. Gostaria de destacar minha posição de propositora das conexões aqui presentes. Pois avalio que, enquanto construtora dos sentidos apresentados neste trabalho, me coloco como um dos atores que participa deste processo de interdefinição. Mais uma vez pensando na linguagem cinematográfica, não pretendo de forma alguma escamotear minha intervenção. Tal qual na edição de filme, as conexões e os enfoques por mim propostos constroem novos sentidos, enfatizando pontos e inevitavelmente eclipsando outros, que talvez outros propositores de conexões poderiam considerar indispensáveis.

Apesar da defesa quanto à explicitação da minha intervenção, enquanto um dos atores que compõem as construções de sentidos presentes nas análises deste trabalho, muitas vezes

considerarei mais adequado o uso da segunda pessoa no plural, tendo em mente a ideia da leitura como um constante convite ao leitor para participar dos caminhos pelos quais percorre a análise.

Por fim, gostaria de enfatizar que o esforço de análise crítica dos discursos da SEOP também não deve ser entendido como uma defesa em favor de posturas condenadas dentro da política de ordem pública. Já que uma das questões aqui abordadas é de problematizar a necessidade de ser contra ou a favor às práticas sobre as quais a SEOP atua, como veremos adiante.

3.2 “ORDEM PÚBLICA”

Bastante de acordo com o que vem se consagrando como rotina no cenário político brasileiro, os candidatos que polarizaram a candidatura ao cargo de Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro em 2008 – Eduardo Paes e Fernando Gabeira – apesar de concorrentes políticos, apresentavam fortes convergências em suas propostas e visões de governo. Ainda que seja preciso um maior aprofundamento no entendimento desta consideração, que não farei aqui, podemos, ao rever em materiais relativos às suas campanhas, e em registros de debates, que a estrutura central é a de dar respostas (divergentes, ou não) aos mesmos temas. Ainda mais se observarmos que tal estrutura de campanha é constantemente referendada pelos veículos de comunicação que cobriram as eleições, e que obviamente funcionaram e funcionam como peças fundamentais no que se refere à criação de pautas para projetos políticos.

O tema denominado “ordem pública”, sobre o qual nos debruçaremos, foi recorrente em ambas a campanhas e serve bem para exemplificar tal estruturação.



Não é o caso de buscar aqui precisar uma origem para a noção de “ordem pública”, mas sim de observarmos que a entrada desta expressão no caminho de criação da Secretaria Especial da Ordem Pública na Prefeitura do Rio se articula com outros contextos, convocados pelos respectivos então candidatos municipais em suas argumentações.

Durante a campanha, ambos se referiram a esta questão como uma responsabilidade municipal da, também muito falada, questão da “segurança pública”. Ambos trataram o que era entendido como “desordem urbana”, como o primeiro elemento, capaz de desencadear um efeito que resulta na proliferação de ações criminosas.

Particularmente Fernando Gabeira se valeu diretamente de referências⁴¹ explícitas às teorias que inspiraram às ações implementadas pelos governos municipais de Bogotá. Assim, se referiu, em alguns debates, sobre a criação de campanhas culturais que sensibilizassem a população em torno desta temática.

Eduardo Paes, por sua vez, partindo de argumentos muito semelhantes, acrescentou a suas propostas nesta área a criação da Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP). Anunciada como parte de um projeto que estaria associado a uma série de mudanças como a “modernização da guarda municipal” e de “recuperação dos espaços públicos”. A criação desta secretaria seria, segundo o então candidato, parte das ações da Prefeitura que diziam respeito a seu *papel preventivo* em relação à prática de pequenos delitos. Sendo assim, Eduardo Paes fez, desde sua campanha, referências, ainda que não tão explícitas, a elementos que remetem diretamente à experiência de administração pública da política conhecida como “Tolerância Zero”, implementada pelo então prefeito de Nova York, Rudolf Giuliani, na década de 90, e orientada pela teoria das “*Broken Windows*” (que será discutida adiante).

Ainda que os votos das eleições de 2008 tenham conduzido Eduardo Paes ao cargo, penso que é válido fazer uma breve apresentação dos dois “modelos” – Bogotá e Nova York – citados como exemplos para as políticas municipais, associadas à questão da “segurança pública”. E mais especificamente justifico que vale a pena observar políticas públicas adotadas em Bogotá com maior paciência, mesmo que não haja referências explícitas a estas nos textos oficiais da SEOP. Isto porque as experiências colombianas são frequentemente comparadas com as questões referentes à problemática da violência urbana na cidade do Rio. E, como exemplos mais concretos desta influência, podemos citar as várias vindas ao Rio de Janeiro do ex-prefeito de Bogotá, Antanas Mockus, idealizador e realizador de grande parte destas políticas. Em uma dessas visitas, para participação de um *workshop* promovido pela ONG “Rio Como Vamos” com o prefeito Eduardo Paes e seus secretários. E outra posterior, para o “Fórum sobre Segurança Cidadã”, organizado no Rio, em agosto de 2011, promovido pelo governo estadual, instituições internacionais e organizações da sociedade civil.

3.2.1 BOGOTÁ E “CULTURA CIDADÃ”

É justamente a partir da visão do próprio Mockus que gostaria de salientar alguns aspectos da concepção do conceito de “cultura cidadã”, cunhado no contexto de elaboração das políticas municipais que identifiquei como componentes do horizonte de referências que

⁴¹ Uma destas situações ocorreu no debate promovido pelo jornal O Globo, cujo vídeo se encontra disponível para visualização em <http://www.youtube.com/watch?v=zEu1Nx4YgXQ> – acesso em 13/11/2010.

informam a elaboração das práticas da SEOP. Ele analisa as políticas iniciadas em sua primeira gestão (1995), na de Enrique Peñalosa (1998), na sua segunda gestão (2001) e, por fim, na de Luiz Eduardo Garzón (2004), como “quatro variantes de uma intenção de cidade inclusiva” (MOCKUS, 2005, tradução própria), estabelecendo, assim, uma linha de continuidade entre estes governos.

O processo que, segundo Mockus, se desenvolveu ao longo de mais de uma década na cidade de Bogotá, através das ações destes governos, foi de reconstrução do “público em um sentido mais amplo” (*ibidem*, tradução própria). Esta reconstrução esteve pautada pelo entendimento do público como local de convivência entre desconhecidos. E a questão colocada, então, era de como incentivar o respeito às regras de convivência que deveriam mediar a relação entre estes desconhecidos, que é o preceito base da própria noção de cultura cidadã, tal qual é formulado por Mockus:

“A proposta de cultura cidadã se centrou, portanto, em transformar o comportamento público e em reconhecer e fortalecer a existência de normas sociais entre desconhecidos” (*op. cit.*, pp. 40, tradução própria)⁴².

Este conceito, por sua vez, está pautado pela seguinte conceptualização: estas regras, ou normas, podem ser formais ou informais e o não cumprimento das últimas acarreta no não cumprimento das primeiras. Segundo Mockus, havia, no contexto de formulação do conceito de cultura cidadã - uma Bogotá marcada por altos índices de violência e homicídios – um “divórcio”, entre as normas formais e informais de convivência. Portanto, o desrespeito às leis e as taxas de crime estariam correlacionadas com o desrespeito às regras informais que regulam a interação entre desconhecidos no espaço público.

A proposta que se pretendeu levar a cabo foi o “casamento” entre estas regras. Segundo Mockus, este processo poderia ser feito através de três tipos de controles, que estão correlacionados: (i) auto-regulação moral, que passa pelo sentimento de culpa ao infringir determinada norma; (ii) a regulação social, que passa pela condenação social de determinadas práticas, ou ainda pela promoção coletiva de determinados comportamentos tidos como positivos; (iii) e, por fim, a sanção legal. Segundo a teoria que estamos observando, a correlação entre estes controles é que quanto menor for a regulação moral e social, associadas a regras informais, maior é a necessidade de regulação legal, ou criação de regras formais.

⁴² No original “La propuesta de cultura ciudadana se centro, por lo tanto, em transformar el comportamiento público y em reconocer y fortalecer la existencia de normas sociales entre desconocidos”, tradução da autora.

O Programa de Cultura Cidadã implementado durante os governos de Antanas Mockus (1995-1997 e 2001-2003) foi responsável pelo desenvolvimento de uma série de ações orientadas pelo objetivo, a partir desta formulação, de elevar o nível do controle informal, com a perspectiva de, reduzir as infrações às regras formais. Assim, por exemplo, foram distribuídos para os habitantes de Bogotá cartões vermelhos para que fossem exibidos quando estivessem diante de uma situação que considerassem como um descumprimento das regras de convivência no espaço público. Ou, ainda, pessoas com fantasias de “monges do silêncio” que se dirigiam em grupos para locais com muito barulho.

A perspectiva era de que iniciativas como estas tinham um carácter *pedagógico*, de fomento àquilo que estava sendo entendido como “Cultura Cidadã” – que, segundo Mockus, está mais relacionada à auto-regulação moral e mútua regulação social do que a valores. Esta relação é extremamente relevante, pois indicadores foram criados para explicitar os resultados (que só existem a partir dos indicadores) especificamente relacionados ao programa. A criação destes indicadores permitiu a realização de uma série de pesquisas, que tinham como objetivo avaliar, por exemplo, a “medição do controle social” ou o “avanço da cultura cidadã”.

É preciso enfatizar que estes programas tiveram um forte impacto midiático (o que não significa falso, na perspectiva adotada neste trabalho) no contexto da cidade de Bogotá. A abordagem, digamos, mais lúdica utilizada nestas iniciativas se destacavam em comparação com o pesado aparato militar repressivo acionado pelo governo nacional da Colômbia diante dos conflitos relacionados ao narcotráfico. Assim, o conceito de “cultura cidadã” é empregado no embate político para manifestar a ideia de que os problemas relativos à segurança podem ser solucionados a partir de outras estratégias que não apenas o uso da força armada. No entanto, é curioso observar que um dos dados escolhidos para comprovar a eficácia das políticas municipais é o de redução da taxa de homicídios na cidade de Bogotá (*op. cit.*, pp.53⁴³). Porém, poderíamos nos perguntar, em que medida isto não estaria relacionado ao intenso e evidente controle exercido pelo Exército Nacional na capital do país? Justamente, não há como afirmar cabalmente o quanto cada política contribuiu (ou não) para tal.

Porém, é válido destacar que as políticas bogotanas se valeram de estratégias que convocavam para a questão do combate aos crimes e redução de taxas de homicídio, outros elementos que usualmente (ou pelo menos até esta experiência) não fazem parte do escopo

⁴³ No texto referido, Mockus afirma: “talvez, o maior motivo de orgulho deveria ser a redução de homicídios”, mas além da sua própria avaliação, não é incomum que ele seja anunciado como “o homem que reduziu os homicídios em Bogotá”.

das “políticas de segurança”. Assim, há, por exemplo, uma preocupação em enfatizar o uso de proposições artísticas, ou “componentes estéticos”, em campanhas contra a violência. Mas especialmente enfatizar o controle, ou regulação “social”, em oposição a um controle estritamente policial. O que está em jogo na perspectiva destas políticas é uma reformulação entendida como “cultural”. O conceito de “cultura cidadã” envolve um projeto pedagógico que deve afetar tanto policiais, mas especialmente a população civil. E veremos mais a frente em que medida esta perspectiva se alinha com as orientações da política de ordem pública no Rio de Janeiro.

Esta perspectiva nos leva a contrapor à teoria das “Broken Windows”, que, por sua vez, é explicitamente afirmada como referência para o desenvolvimento da política de ordem pública proposta no governo de Eduardo Paes, desde a campanha eleitoral.

3.2.2 CRIMES E JANELAS QUEBRADAS

A teoria de James Q. Wilson e George L. Kelling foi apresentada em um artigo chamado “Broken Windows” e desenvolvida em um livro de mesmo nome. No entanto, sua principal fonte de projeção, pelo menos no caso da interação com a Prefeitura do Rio, foi o fato dos pressupostos desta teoria terem servido de base para a política de “Tolerância Zero”, implementada durante os dois mandatos seguidos de Rudolph Giuliani como prefeito de Nova Iorque (1994-2002).

Orientado pela teoria de Wilson e Kelling, Giuliani ficou conhecido pela repressão a uma série de práticas, que passaram a ser reconhecidas com ícones na prevenção e redução de crimes, como: pichação, população de rua, vendedores ambulantes, etc.

Estes “ícones” são essenciais porque passaram a ser identificados como os germes (tanto no sentido da origem, como enquanto alvos de políticas de assepsia) das práticas legalmente qualificadas como criminosas. Portanto, segundo esta lógica, a teoria funciona desta maneira: indicar que a multiplicação de crimes pode ser propiciada por pequenos acontecimentos e que estes precisam ser reprimidos.

Uma janela quebrada não consertada é um sinal de que ninguém se importa, então, quebrar mais janelas, não custa nada. (WILSON E KELLING, 1982, tradução própria⁴⁴)

⁴⁴ No original: “one unrepaired broken window is a signal that no one cares, and so breaking more windows costs nothing”.

Neste artigo inaugural, os autores fazem uma defesa da necessidade da polícia exercer um papel mais próximo da população, realizando, por exemplo, o policiamento a pé, no lugar das rondas dentro das viaturas. A justificativa é de que a maior “proximidade” da polícia afeta diretamente a *sensação de segurança* da população. Mas, é essencial compreender o quê é identificado como elemento que produz *sensação de insegurança*. Sobre isto os autores destacam que existem algumas “fontes de medo”, que são usualmente negligenciadas.

Mas nós tendemos a subestimar, ou esquecer, outra fonte de medo – o medo de ser incomodado por *peessoas desordeiras*. Não pessoas violentas, nem necessariamente criminosas, mas, pessoas de má reputação, ou pessoas imprevisíveis: mendigos, bêbados, viciados, adolescentes turbulentos, prostitutas, vagabundos, deficientes mentais... (idem, grifos meus, tradução própria⁴⁵)

A proposta é que estas pessoas, consideradas fatores de crimes em potencial, sejam perpetuamente “monitoradas”. A analogia é a seguinte, assim como uma janela quebrada é o primeiro passo para que haja uma percepção de que não há nenhum controle atuando sobre determinado local, e em consequência ocorram outros delitos. De mesma maneira, a presença das pessoas que apresentam, segundo esta teoria, um comportamento “desordeiro”, seria o primeiro passo para despertar a sensação de insegurança e, possivelmente, uma onda de crimes.

O cidadão que teme o bêbado mal-cheiroso, o adolescente turbulento, ou o pedinte importuno não está apenas expressando seu desgosto por um comportamento inapropriado, ele também está dando voz a uma crença do senso comum, que também se trata de uma generalização correta – que crimes sérios que ocorrem nas ruas nascem em áreas onde o comportamento desordeiro não chega a ser monitorado. O mendigo que não é monitorado é, de fato, a primeira janela quebrada. (idem, tradução própria⁴⁶)

A experiência, que respalda a teoria, foi realizada pelo psicólogo Philip Zimbardo, em 1969, e consistiu em deixar um carro abandonado, com a capota levantada, em uma rua no bairro do Bronx em Nova Iorque e outro em Palo Alto, na Califórnia. No Bronx, o carro teria

⁴⁵ No original: “But we tend to overlook or forget another source of fear -- the fear of being bothered by **disorderly people**. Not violent people, nor, necessarily, criminals, but disreputable or obstreperous or unpredictable people: panhandlers, drunks, addicts, rowdy teenagers, prostitutes, loiterers, the mentally disturbed.”

⁴⁶ No original: “The citizen who fears the ill-smelling drunk, the rowdy teenager, or the importuning beggar, is not merely expressing his distaste for unseemly behavior; he is also giving voice to a bit of folk wisdom that happens to be a correct generalization – namely, that serious street crime flourishes in areas in which disorderly behavior goes unchecked. The unchecked panhandler is, in effect, the first broken window”

sido depredado em cerca de 24 horas e a maioria de suas peças levadas. Já em Palo Alto, segundo descrevem Wilson e Kelling, o carro permaneceu intocado por mais de uma semana. Até que o próprio Zimbardo amassou parte dele com um martelo, a partir de então, em algumas horas o carro foi virado ao contrário e totalmente destruído. A conclusão retirada deste episódio é que a diferença de tempo para que o carro fosse depredado se deu pela diferença de “natureza” entre os dois bairros – uma vez que no Bronx já existiria um longo passado de convívio com o sentimento de “*no one caring*”. Mas, ainda segundo a leitura dos autores sobre a experiência, este tipo de atitude considerada como “vandalismo” pode acontecer em qualquer lugar, desencadeadas por sinais que geram este mesmo sentimento. A aparente negligência seria suficiente para motivar comportamentos que caracterizariam a degradação de qualquer vizinhança. Para evitar este processo, os autores propõem o contrário do “*no one cares*”, que seria a vigilância contínua para os pequenos delitos, como medida de prevenção para que o processo não se inicie.

Esta teoria opera como um mecanismo no qual é estabelecida a equação, x desencadeia Y , e x sempre $<$ que Y , e em seguida devesse preencher as variáveis, atribuindo o caráter de pequeno delito a algumas práticas, que levam a outras que caracterizam ondas de crimes e degradação urbana. Ou seja, em primeiro lugar é preciso que se estabeleça esta relação, que poderá englobar diferentes práticas dependendo do contexto.

Um bairro estável de famílias que cuidam de suas casas, se importam com as crianças uns dos outros e suspeitam de intrusos, pode se transformar, em alguns anos, ou mesmo em alguns meses, em uma selva inóspita e assustadora. Uma propriedade é abandonada, a grama cresce, uma janela é quebrada. Os adultos param de castigar crianças turbulentas, e essas crianças, encorajadas, viram mais turbulentas. Famílias vão embora, adultos sem raízes se mudam para lá. Jovens se juntam em frente à loja da esquina. O vendedor da loja pede que eles saiam, eles recusam. Brigas acontecem. Lixo se acumula. As pessoas passam a beber em frente da mercearia; eventualmente, um bêbado cai na calçada e é permitido a dormir ali. Pedestres passam a ser abordados por mendigos. (*op. cit.*, tradução própria⁴⁷)

Esta é uma lógica de funcionamento que, como veremos, orienta centralmente o funcionamento da política desenvolvida através da SEOP. No Rio, também uma série de ícones que vão ser eleitos para compor esta equação (x desencadeia Y). Assim também em

⁴⁷ No original: “A stable neighborhood of families who care for their homes, mind each other's children, and confidently frown on unwanted intruders can change, in a few years or even a few months, to an inhospitable and frightening jungle. A piece of property is abandoned, weeds grow up, a window is smashed. Adults stop scolding rowdy children; the children, emboldened, become more rowdy. Families move out, unattached adults move in. Teenagers gather in front of the corner store. The merchant asks them to move; they refuse. Fights occur. Litter accumulates. People start drinking in front of the grocery; in time, an inebriate slumps to the sidewalk and is allowed to sleep it off. Pedestrians are approached by panhandlers.”

Nova Iorque, houve um processo de escolha de variáveis ícones, como, por exemplo, grafites em espaços públicos e pessoas que limpam os pára-brisas de carros em sinais de trânsito, que passaram a ser fortemente reprimidos, no programa de “Tolerância Zero”.

•

A breve apresentação destas duas teorias – Cultura Cidadã e *Broken Windows*, expressa através das políticas de Giuliani – tem por objetivo salientar alguns aspectos que podem se articular com a análise apresentada sobre a política de ordem pública na cidade do Rio.

Neste sentido, vale ressaltar que ambas, podem ser entendidas como proposições *preventivas* em relação à criminalidade. Partindo da compreensão de que esta prevenção se dá por uma atuação em uma esfera mais “local”, ou “comunitária”, onde se situam as práticas que podem dar origem a uma linha de associações causais (isto leva àquilo, que leva àquilo) que relaciona estas práticas “menores” com práticas caracterizadas como crimes. Há, portanto, uma adequação desta lógica com os processos de municipalização da questão da redução das taxas de crimes. O papel dos governos municipais seria justamente atuar na prevenção da violência.

A abordagem preventiva é o modelo mais recente no que se refere à segurança pública (AZEVEDO e FAGUNDES, 2007). No entanto, é interessante lembrar que a ideia de *prevenção* permeia, há tempos, diferentes problemáticas relacionadas à vida urbana. Foucault associa o nascimento do que ele chama “medo urbano” às medidas criadas na Europa no final do século XVIII, que tinham como objetivo a prevenção do surgimento e da propagação de doenças (FOUCAULT, 1979). Assim como, eram dados tiros de canhão no início da urbanização do Rio de Janeiro para garantir a circulação do ar, justificado pela certeza, então estabelecida, na conexão entre a circulação de ar e a proliferação de epidemias.

Ainda que esta concepção remeta ao passado da medicina moderna, os mecanismos utilizados são bastante similares aos aplicados recentemente no que se refere à questão da segurança pública. O que significa: identificar, ou tornar identificáveis, aquilo que será entendido como *causa* do surgimento e da propagação da insegurança, à semelhança de uma epidemia⁴⁸.

⁴⁸ Talvez tal similaridade nos ajude a pensar em porque um dos principais órgãos, identificado como autoridade, nesta temática seja a Organização Mundial de Saúde (OMS), que aprovou nas últimas décadas uma série de resoluções e publicação que tratam justamente da *prevenção da violência*. Dentre elas, podemos destacar a

A prevenção da violência, ou dos crimes, pressupõe o estabelecimento de conexões causais indiscutíveis acerca de acontecimentos e práticas que passam a serem consideradas suas fontes. O que por sua vez depende, intimamente, de certezas acerca daquilo que já é considerado *crime*.

Assim, políticas de segurança, como aquelas calcadas nas teorias apresentadas anteriormente, são consideradas preventivas, porque não estão enfocadas no combate ao crime, mas também nas práticas, não necessariamente criminosas, que seriam a fonte deste. O efeito colateral deste tratamento é que ao expandir (ou requalificar) este enfoque, estas políticas tornam estas práticas elementos que compõem o crime, ou seja, as criminalizam. Como há anos atrás a falta de circulação de ar nas cidades era sinônimo de epidemias e doenças, agora, uma janela quebra, ou um som alto, podem vir a ser diretamente associados a ondas de crimes e elevadas taxas de homicídio.

No entanto, apesar dessa perspectiva em comum, há uma interessante distinção entre estas duas teorias de prevenção de crimes aqui apresentadas: a perspectiva orientada pelos conceitos de Segurança e Cultura Cidadã está explicitamente voltada para o fortalecimento de outras formas de controle, que não a polícia. Enquanto que a teoria das Broken Windows parte de uma reformulação da atuação da polícia, no que tange o caráter preventivo, mas enfatiza o caráter privilegiado desta instituição neste processo.

O que se buscou em Bogotá, em função também do contexto político em que se formaram as teorias, foi incentivar uma vertente alternativa, até mesmo antagônica, à repressão policial. Assim, quando Mockus analisa os resultados de pesquisas realizadas, quase dez anos após o surgimento das políticas orientadas pelos conceitos aqui apresentados, ele enfatiza como é muito maior o percentual de entrevistados que, diante de diferentes “transgressões”, “corrigiu cordialmente o transgressor”, ao invés de “chamou a autoridade” (MOCKUS, 2005, pp.51). Esta é uma estatística considerada positiva, pois como citado anteriormente, a ênfase da Cultura Cidadã é o aumento do controle social, o que por sua vez reduziria diretamente a necessidade de controles institucionais, como o da polícia, por exemplo.

resolução “Prevention of violence: a public health priority, WHA49.25” de 1996, com destaque para o seguinte trecho: “Reconociendo que la OMS, como principal organismo encargado de coordinar la labor internacional de salud pública, tiene la responsabilidad de desempeñar una función de liderazgo y orientación para con los Estados Miembros en el desarrollo de programas de salud pública encaminados a prevenir la violencia ejercida tanto contra uno mismo como contra los demás, 1. DECLARA que la violencia es un importante problema de salud pública en todo el mundo;” e o World report on violence and health de 2002. As resoluções e algumas publicações estão disponíveis em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/publications/violence/en/index.html, acesso 11/11/2011.

Já, segundo o fundamento central da teoria das Broken Window, o sentimento de segurança advém da manutenção da “ordem” nos espaços públicos. O que, inclusive, dizem os autores, poderia ser feito através de formas informais de controle social (que, por sua vez, são a chave do estabelecimento da Segurança Cidadã). Porém, os autores afirmam que: “ainda que os cidadãos façam um bom trabalho, a polícia é a chave para a manutenção da ordem”⁴⁹. Uma visão que é defendida, sob a argumentação de que a especificidade conferida ao policial o torna um agente inegavelmente responsável pela manutenção da ordem em espaços públicos. Em detrimento dos cidadãos “comuns”, que não necessariamente se sentem imbuídos deste papel.

Nenhum cidadão de um bairro, mesmo um que seja organizado, é capaz de ter o senso de responsabilidade que usar um distintivo confere. (op. cit., tradução própria⁵⁰)

Mas é preciso destacar que neste artigo os autores defendem uma nova maneira de se entender a atuação da polícia para além do combate ao crime. Pode-se, inclusive, entender que, diversas vezes, eles constroem uma argumentação que tem como interlocutores os próprios policiais, ou as autoridades que respondem pela polícia. Uma vez que defendem este novo tipo de atuação, através de estratégias de maior proximidade, fora das viaturas, reprimindo práticas que ainda não são consideradas crimes “propriamente” ditos.

Esta última perspectiva, portanto, valoriza a atuação policial, requalificada, na “manutenção da ordem”, enquanto ferramenta de prevenção em relação ao surgimento de condições que propiciam a proliferação de ações criminosas. Um papel que as políticas bogotanas defendiam que fosse, justamente, fortalecido através do controle exercido pela sociedade civil, a fim de que progressivamente as políticas de segurança pudessem prescindir do monopólio da atuação policial.

⁴⁹ No original: “though citizens can do a great deal, the police are plainly the key to order-maintenance”

⁵⁰ No original: “No citizen in a neighborhood, even a organized one, is likely to feel the sense of responsibility that wearing a badge confers”

Com a apresentação destas duas teorias, suas proximidades e divergências, gostaria de destacar, em primeiro lugar, este dispositivo caracterizado pela postura preventiva em relação à segurança pública; e, em segundo lugar, debater estas duas abordagens aparentemente antagônicas. Justamente porque creio que, a partir da análise sobre as políticas de ordem pública implementadas recentemente na cidade do Rio de Janeiro, talvez vejamos que o controle social e policial podem ser perfeitamente conciliáveis, e mesmo, indissociáveis.

3.3 SOBRE OS MATERIAIS

Para seguirmos com a reflexão da política da ordem pública implementada na cidade do Rio de Janeiro é preciso esclarecer que informações sobre a SEOP, aqui trabalhadas, dizem respeito principalmente ao momento inicial de atuação da mesma. E que, além da movimentação características dos quadros e estruturas do poder público, em função do aspecto dinâmico que marca a o jogo da política, é preciso salientar que a SEOP, assim como outros órgãos criados na atual gestão da Prefeitura do Rio, se caracterizam também pelo caráter de “novidade” e se alteram continuamente por estarem justamente sendo criados. Os materiais analisados nesta pesquisa, portanto, foram produzidos em momentos nos quais a Secretaria priorizava um determinado tipo de atuação, marcada principalmente por ações pontuais na cidade, que ficaram conhecidas como operações “Choque de Ordem”, e pelo estabelecimento de postos (contêineres e tendas) da Secretaria em diferentes pontos da cidade.

O critério utilizado para o estabelecimento do recorte temporal de acompanhamento destes materiais (especialmente aqueles que tinham um caráter contínuo de elaboração) foi do início do funcionamento da Secretaria, em janeiro de 2009, até o período em que passou a priorizar uma nova forma de atuação, em abril de 2011. Neste mês foi inaugurada a primeira Unidade de Ordem Pública (UOP), no bairro da Tijuca. Baseada na lógica de funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a UOP é uma estrutura construída, bem maior do que os postos inicialmente instalados, e não prioriza a atuação itinerante, mas, ao contrário, é um polo fixo de apoio para operações próximas e “irradiação” de ordem para o bairro onde foi instalada. Ainda que algumas operações de caráter semelhante às que caracterizam os materiais analisados neste trabalho estejam em andamento, especialmente nos bairros onde não foram instaladas as UOPs, pode-se dizer que houve mudança na prioridade do tipo de atuação, que é aqui entendida como o encerramento de uma etapa no desenvolvimento desta

Secretaria e, logo, da questão da “ordem pública”. Os materiais que serviram de base para as questões aqui suscitadas têm como referência este primeiro momento, antes da instalação das UOPs.

Como já anunciado na introdução deste trabalho e problematizado na introdução deste capítulo, os materiais a partir dos quais desenvolvo, centralmente, as questões aqui tratadas foram elaborados através da SEOP. E que, em algum momento dos períodos analisados, foram reconhecidos por este mesmo órgão como representativos da visão que informa sua atuação. É neste sentido que afirmo que são materiais que compõem um *discurso oficial*, que, vale reforçar, não se opõem a uma “prática” na qual poderíamos observar os “verdadeiros” aspectos da atuação da SEOP. Antes, eles configuram práticas discursivas, produzem efeitos prático-discursivos característicos. E, mais do que isso, creio que os aspectos que marcam as singularidades dos diferentes tipos de materiais analisados constituem mecanismos e/ou estratégias do funcionamento do poder exercido através da SEOP, absolutamente significativos para a análise.

Reforçando ainda mais este entendimento, pode-se destacar que estes materiais estão, todos, disponíveis publicamente, ou seja, não têm acesso restrito às pessoas que trabalham na Secretaria. Mas este nível de “publicização” é variado. Há alguns que, por mais que estejam disponibilizados, não têm necessariamente um caráter, que chamei na introdução de propagandístico. Ou seja, materiais que podem ser acessados por atores externos à Secretaria, mas apenas se estes buscarem o acesso aos mesmos. Nesta categoria, podemos elencar os seguintes discursos aqui analisados: as resoluções publicadas no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, que dizem respeito à atuação da SEOP; a Proposta para Plano Municipal da Ordem Pública (PMOP), os textos que compõem a página da SEOP na internet; e as notícias elaboradas pela equipe de imprensa sobre as ações da Secretaria, também publicadas no site. E, quanto os materiais que têm o aspecto de dialogarem diretamente com a população (até mesmo sem que haja uma demanda para tal) e terem sido concebidos com esta finalidade, podemos considerar: o Manual da Ordem Pública; os cartazes afixados em locais públicos; a presença de ícones, como os próprios postos da Secretaria e ainda as transformações físicas dos espaços públicos determinadas a partir da SEOP.

A seguir, exponho uma breve descrição de cada um destes materiais, destacando suas especificidades que considero mais significativas para a reflexão sobre os mesmos. Assim, também introduzo algumas questões que serão mais exploradas no desenvolvimento da análise.

Publicações no Diário Oficial municipal:

As publicações no Diário Oficial do Rio de Janeiro que dizem respeito à SEOP se dividem em resoluções elaboradas pelo então secretário⁵¹ de Ordem Pública e também decretos do Prefeito. No caso destes últimos, embora não sejam documentos que tenham como oficial a SEOP, são fruto do trabalho de concepção do novo órgão municipal, elaborado em conjunto com a equipe da Secretaria. Estes decretos e resoluções têm, basicamente, a função de oficializar a estrutura e o funcionamento da Secretaria. Eles se distinguem por serem concebidos como meios para instituírem formalmente aspectos relativos a este órgão.

Ao observá-los, busquei enfatizar os conteúdos que expressavam não apenas as determinações organizacionais mas, especialmente, os textos que me afetaram no sentido de considerações acerca das justificativas para a existência da SEOP e os valores e conceitos nos quais estão calcados a atuação da mesma.

Seguindo esta lógica, destaca-se o Decreto Municipal nº 30.339, de 1º de janeiro de 2009, que cria toda a nova estrutura do poder executivo na gestão de Eduardo Paes⁵². No mesmo, é institucionalizada a criação da SEOP além de mais de 50 cargos públicos diretamente ligados a ela. Já neste documento fica expressa a conjugação entre este órgão e outras estruturas de segurança do governo estadual.

A Secretaria Especial de Comunicação Social – SECS passa a Secretaria Especial de Ordem Pública – SEOP, com a finalidade de formular e implementar Políticas Públicas que garantam a manutenção da ordem urbana e a integração da Prefeitura com as forças de Segurança Pública do Estado. (Dec. 30.339_DO municipal)

Proposta para um Plano Municipal de Ordem Pública (diagnóstico e proposições):

Este documento foi elaborado durante a gestão de Rodrigo Bethlem como secretário de Ordem Pública e, segundo expresso no mesmo, tinha como uma de suas funções pleitear recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). No entanto, sua relevância extrapola esse objetivo. De certa forma ele é o material onde a argumentação acerca das perspectivas e conceptualizações que informam a criação e funcionamento da SEOP aparecem de maneira mais significativa. Na verdade, no mesmo dia em que entrega o PMOP, Bethlem anuncia oficialmente que será substituído por seu então subsecretário Alexander Costa. O documento é um esforço de sistematização dos aspectos fundamentais da

⁵¹ Ao longo do período analisado, o primeiro secretário de Ordem Pública desde a criação do órgão, Rodrigo Bethlem, foi substituído pelo até então subsecretário, Alexander Costa.

⁵² Sem consulta a nenhuma das outras esferas do poder municipal (NACIF, CARDOSO E RIBEIRO 2011).

Secretaria, assim como a justificativa e proposição para sua atuação nos próximos anos, até 2016, que é o horizonte temporal de realização das atividades propostas para a Secretaria, levando em conta, justamente, a realização dos Jogos Olímpicos.

Segundo consta no documento, esta proposta foi elaborada em seminários realizados com os funcionários da Secretaria e com representantes do de outros órgãos da Prefeitura (PMOP, pp.12)⁵³. Estes seminários, por sua vez, funcionaram como grupos de trabalho em que foram elaborados “indicadores” e “objetivos” acerca de temas qualificados como “estratégicos”, como: “Ordem pública e espaço público”, “Ordem pública e desenvolvimento econômico” e “Ordem pPública e segurança com cidadania”.

A elaboração de indicadores é muito relevante levando-se em conta que, como afirmado em seu título, os autores do PMOP se propõem a elaborar um “diagnóstico” tanto da questão suscitada pelo órgão – a ordem pública – quanto da atuação da Secretaria no primeiro ano de funcionamento. A palavra “diagnóstico” não poderia ser melhor empregada, uma vez que a postura associada a este processo está muito próxima de um exame médico, com todas as implicações referentes à produção de conhecimento através desse procedimento. Ou seja, diagnosticar as questões relativas aos temas mencionados implica no estabelecimento de verdades indiscutíveis acerca de cada um deles. Este é o primeiro passo, que garante o segundo, pois as afirmações acerca da ordem pública, agora já mais encorpada por uma série de *atos diagnosticados*, é o que legitima o estabelecimento das proposições.

Está diagnosticado - O conceito de Ordem Pública, bem como sua importância no cotidiano da cidade, ainda é pouco difundido entre os cidadãos cariocas. Cientes da importância da difusão de tal perspectiva ante a sociedade, de modo a atender os anseios da população em termos de qualidade de vida, segurança e bem-estar, a SEOP busca a colaboração do cidadão carioca, essencial para que se tenha êxito na busca de um espaço urbano mais harmonioso. (PMOP, pp.33)

Fica proposto - Dessa forma, uma nova proposta de Código de Posturas será elaborada e desenvolvida em função das demandas atuais da sociedade carioca e do novo paradigma da ordem pública (*ibidem*, pp.77)

Página na internet:

A página da internet da Secretaria está dentro do site da Prefeitura do Rio e é importante destacar que há um pesado investimento na comunicação através da internet na gestão do governo do Prefeito Eduardo Paes. O site não tem a aparência de algo meramente

⁵³ Não há nenhuma menção no texto da proposta a alguma consultoria que tenha auxiliado na sua elaboração. Há apenas, uma referência a um “quadro de técnicos” (PMOP, pp.17) mobilizados para garantir a aplicabilidade das propostas e orientar as discussões.

acessório repleto de conteúdos obsoletos. Os textos lá disponibilizados são atualizados de acordo com o enfoque e a mudança no tipo de atuação dos órgãos e secretarias.

Ainda que sejam textos muito mais resumidos, eles oferecem informações para alguém que busque conhecer mais sobre a Secretaria, equivalente ao conteúdo sistematizado no PMOP. Expondo, por exemplo, aspectos relativos à concepção que informa a atuação da Secretaria e explicando brevemente suas principais ações.

Missão:

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Como uma coisa leva a outra, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. (texto do site da Secretaria acessado através do link “**conheça o órgão**”⁵⁴)

Notícias do site:

O *layout* da página da SEOP põe em destaque as notícias diárias produzidas sobre as ações da SEOP. São textos produzidos pela equipe de imprensa da Secretaria e se configuram como uma opção bastante significativa no que diz respeito às estratégias de comunicação do órgão. As notícias que serviram de base para as considerações presentes neste trabalho compreendem o período do início de suas publicações, em janeiro de 2010, até a notícia que anuncia a instalação da primeira Unidade de Ordem Pública (UOP), em abril de 2011.

Em formato de reportagens, esses conteúdos são atravessados pelas representações que o texto jornalístico pode ter. Com isto, quero dizer, que são apresentados como relatos “neutros”, que trazem apenas os “fatos” relacionados às ações da Secretaria. Porém, é claro, fazem muito mais do que isto. Como todo texto jornalístico, estes relatos estão impregnados de sentidos e interpretações que, neste caso, legitimam as próprias ações narradas.

Por seu caráter rotineiro, as matérias se constituem em um mecanismo contínuo e absolutamente plástico, garantindo uma flexibilidade própria, no que se refere à criação de associações e de novas categorias (tema que será discutido mais à frente). Neste sentido, ao ler as “matérias jornalísticas” posteriormente agrupadas, pode-se observar como alguns temas, associações e palavras entram em voga como que em ondas de diferentes estratégias que a Secretaria passa a se valer.

Desta forma, as reportagens são um relevante instrumento de construção/divulgação da visão proposta pela Secretaria. Cujas potência de afetação passou a ser ainda mais

⁵⁴ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=94564> – acesso em 13/02/2010

amplificada devido à interação que os meios de comunicação privados estabeleceram com os conteúdos das matérias oficiais. A presença (em alguns períodos) diária de notícias das ações da SEOP nos jornais se torna ainda mais relevante, levando-se em conta que, muitas vezes, o texto publicado era profundamente similar ao publicado pela equipe de imprensa da Secretaria. Ou seja, esta linguagem da ordem pública constitutiva das imagens-cidade, criadas para funcionar no mundo (*faitiches*), tem a divulgação amplificada quando veiculada nos jornais da cidade.

Instigada pelo uso de palavras a principio pouco utilizadas em textos oficiais (por exemplo: “mijões”) perguntei, durante a pesquisa, a uma das assessoras de imprensa da SEOP, como se dava tal interação com jornais privados. Isto porque queria saber qual o sentido da produção dos textos que descrevem as ações – se a Secretaria se baseava no texto dos jornais ou o contrário. Surpreendi-me, em primeiro lugar, com a insatisfação da assessora, pois, justamente, se queixou do plágio feito pelos jornais, que segundo ela não se davam ao trabalho de produzir seus próprios conteúdos ou citar a fonte. Em segundo lugar porque a assessora, afetada diretamente no que diz respeito a autoria dos textos, não defendia essa prática, que obviamente potencializava a divulgação do sentido dado pelo próprio órgão às suas ações. E por fim, pela explicitação da reprodução das concepções oficiais, que a imprensa privada executa, sem filtros.

Choque de Ordem detém 19 pessoas, entre mijões e flanelinhas, durante jogo do Brasil.

O total de detidos por urinar nas ruas em todas as partidas chega a 112

02/07/2010

Durante o jogo Brasil X Holanda nesta sexta-feira, 02 de julho, as equipes de fiscalização da Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP) prenderam 19 pessoas, **entre mijões e flanelinhas** no entorno da arena do Fifa Fun Fest e do Alzirão. No total de pessoas urinando nas ruas, oito foram detidos: cinco em Copacabana e três no Alzirão.

Nas mediações da arena montada na praia de Copacabana, nove flanelinhas que atuavam na orla foram levados para a 12a DP, assim como os mijões. Durante a fiscalização do Alzirão, na Tijuca, além dos mijões, dois flanelinhas que agiam na localidade foram presos e levados à 19ª DP. (matéria do site da SEOP⁵⁵)

Choque de Ordem detém 110 mijões desde o início da Copa do Mundo

Publicada em **02/07/2010** às 17h03m

O Globo

RIO - Desde o início da Copa do Mundo, a Secretaria Especial da Ordem Pública deteve 110 pessoas por urinar na rua. Nesta sexta-feira, 15 pessoas, **entre mijões e flanelinhas**, foram detidas durante o jogo Brasil x Holanda, no entorno da arena do Fifa Fun Fest, em Copacabana, e do Alzirão, na Tijuca.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=924388> - acesso em 08/04/11

Nove flanelinhas que atuavam na orla e seis mijões flagrados na Avenida Princesa Isabel foram levados para a 12ª DP (Copacabana). (matéria do jornal O Globo)⁵⁶

As notícias da página da internet da SEOP estão justamente na transição entre os materiais que são representativos da visão da Secretaria, mas que não foram elaborados enquanto campanhas visando uma transformação através da afetação direta da população, e aqueles que foram elaborados com este intuito. Dentre os materiais com estas características podemos destacar:

Manual da Ordem Pública:

É um pequeno folheto distribuído por agentes durante as operações da SEOP. Nele encontramos um texto mais geral que justifica a relevância do conteúdo do mesmo, com oito orientações sobre como se comportar na cidade, seguidas de sua justificativa. E, em destaque, um número de telefone (153) e o e-mail (queroordem@rio.rj.gov.br) divulgados para receber sugestões ou denúncias de *irregularidades*. A proposta do manual, portanto, está relacionada ao convite para aqueles que quiserem contribuir para o projeto de estabelecimento de uma “urbanidade”, segundo a concepção da política de “estabelecimento da ordem”, implementada através da SEOP.

São valores acerca de questões que afetam, por exemplo, proprietários de carros, ou pessoas que recebem pedidos de esmolas. As “dicas” não são proibições – é proibido parar o carro na calçada – ou remetem a infrações legais – comprar produtos piratas é crime – elas antes cativam seu público alvo apresentando uma moral do bom comportamento na cidade que é traduzido sob a ideia de ordem.

Ícones:

Para pensarmos sobre os próximos materiais apresentados, podemos considerar a importância dos ícones visuais dispostos na composição de paisagens de cidades que contribuem com a constituição de suas leituras e as criam simultaneamente. Como, por exemplo, na perspectiva dos autores – Amendola, Lynch e Silva – citados nos capítulos anteriores. Em especial quando se trata de Kevin Lynch, vemos a análise defendida em *A Imagem da Cidade*, que enfatiza a importância da forma da cidade, mas poderíamos dizer, da

⁵⁶ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2010/07/02/choque-de-ordem-detem-110-mijoes-desde-inicio-da-copa-do-mundo-917045349.asp> - acesso em 02/07/2010.

paisagem da cidade, na construção destas imagens subjetivas que, portanto, na perspectiva aqui defendida, constituem as cidades.

A eficácia dessa composição de imagens atravessadas por elementos que podem ser compreendidos como partes de uma paisagem urbana é de tal maneira reconhecida, que não é de se espantar que a teoria de Lynch seja interpretada atualmente como útil para os propagadores do marketing urbano. Em uma resenha sobre os 50 anos da publicação do livro, Gerts-Jan Hospers escreve sobre a teoria de Lynch:

Ainda que tenha sido escrito em outra época e para outro público. “A imagem da cidade” oferece ideias úteis para os *city makers*. Se é verdade, como Lynch argumentou, que cinco elementos visuais [vias, limites, bairros, pontos nodais, marcos] do ambiente construído afeta a percepção que as pessoas têm das cidades, então os municípios deviam tirar mais vantagens deles no desenvolvimento de suas estratégias de *marketing*. (HOSPERS, 2010, tradução própria⁵⁷).

Como se refere o autor, Lynch falava especialmente de elementos construídos. No entanto, no Rio há ambientes, construções e também paisagens “naturais”⁵⁸ que são constituídas como ícones referenciais nestas imagens do marketing. A estratégia da SEOP é de associação de seus elementos às paisagens ícones da cidade. Neste sentido, a política de ordenamento no Rio é, sem dúvida, uma estratégia de marketing.

Não vejo porque não estabelecer diretamente uma analogia entre os ícones da SEOP dispostos na cidade e, mais especificamente, de sua política conhecida como Choque de Ordem, com uma estratégia de propaganda. Se, atualmente, o que pauta a formulação de equipamentos e estruturas urbanas é a disponibilização de espaços para publicidade, como nos fala Paola Berenstein (2009). Isto não é caracterizado pela absoluta liberdade de exposição de publicidade nos espaços urbanos. A tendência atual parece ser cada vez mais de uma “limpeza” de ícones publicitários como estratégia do poder público para a padronização da cidade⁵⁹. Mas os espaços deixados livres dessa multiplicidade de anúncios de empresas privadas são substituídos ou por uma massiva caracterização de um espaço por uma única

⁵⁷ No original: “Although written for another audience and in another period of time. The Image of the City offers useful insights for city makers. If it is true, as Lynch argued, that five visual elements in the built environment affect our perception of cities, then municipalities should take more advantage of that in the development of their place marketing strategies.”

⁵⁸ Esta qualificação está entre aspas, pois entendo que mesmo tendo como “matéria-prima” elementos associados à natureza, toda paisagem é, também, fruto de uma construção. Como ficará mais claro na discussão que se segue.

⁵⁹ Refiro-me, por exemplo, à lei da “Cidade Limpa”, que retirou milhares de propagandas dos espaços públicos de São Paulo.

marca, ou por propagandas do governo, visando a “conscientização” da população, que é o mesmo que a legitimação de suas políticas.

No lugar de propagandas consideradas irregulares, porque desrespeitam as regras de intervenção nas paisagens urbanas, são afixadas enormes faixas que ocupam o mesmo espaço visual, mas agora com a mensagem de censura à propaganda pelo poder público.



Figura 3: Publicidade irregular – foto de divulgação da SEOP

O *marketing* é a gramática para a comunicação nos espaços nesta esfera entendida como pública. Não apenas para a o estímulo de consumo de produtos de empresas privadas, mas para a o consumo de candidatos, ideias, percepções e comportamentos. Para cada canto da cidade que olhamos há um ícone-propaganda que também nos olha e nos constrange.

Assim, penso que podemos considerar que as paisagens urbanas não podem ser entendidas como simples recortes visuais, mas, assim como as imagens-cidade problematizadas nos capítulos anteriores, elas devem ser entendidas como territórios. No sentido trazido por Rogério Haesbaert, que torna indissociável de qualquer espaço “sua dimensão política ou vinculada às relações de poder, dentro das diferentes perspectivas com que se manifesta o poder” (HAESBAERT, 2007, pp.36). A propaganda e a transformação de paisagens urbanas em ícones de *marketing* são, logicamente, uma estratégia política.



Figura 4: Tenda do Choque de Ordem na praia

Estas estruturas talvez sejam os elementos mais significativos em relação à análise exposta anteriormente. Isto porque, ao longo dos primeiros anos de funcionamento da Secretaria a política do Choque de Ordem foi apresentada como algo que se movimenta, e assim, ia chegando aos locais e deixando suas marcas. Estes locais, obviamente, são locais de ampla visibilidade e concentração de pessoas. No entanto, esses ícones representam principalmente que ali há um agente da Secretaria exercendo vigilância. A estratégia é de ser visto e explicitar a vigilância.

Cartazes:

Figura 5: Cartazes da SEOP na Lapa

Estes cartazes estão afixados na região da Lapa no período em que esta localidade passou a ser alvo de uma ação massiva da Secretaria, com o intuito de oferecer a versão mais recente do projeto de consagração da área como espaço de entretenimento. Eles dialogam,

portanto, com uma série de representações que foram pinçadas para comporem os elementos representativos desse processo. Ou seja, o que está em jogo é a conciliação com esse “*ethos* malandro” e a normalização de comportamentos ordenados, que até bem pouco tempo atrás era tão contrária à ideia de malandragem que a tornava alvo da repressão policial.

Rearranjos urbanos:



Figura 6: Barracas da feira “Lapa Legal”, retirado do PMOP, p. 23

Um dos exemplos que ilustram tal mecanismo de discurso oficial da Secretaria é o rearranjo das barracas de venda de alimentos em locais de concentração das atividades de entretenimento, como a Lapa. Reorganizar as barracas opera uma mudança espacial que funciona quase que como os cartazes discutidos acima. Afinal, ela indica uma forma considerada “adequada” de utilização do espaço público, determinada pela SEOP. E, com a delimitação do espaço destinado às barracas, desaparecem os vendedores ambulantes e a ocupação do espaço muda de configuração. Este reformulação muda a experiência de estar neste local e ao mesmo tempo prescreve uma forma correta de ocupá-lo.

O mesmo pode ser atribuído ao fechamento para carros das ruas que atravessam perpendicularmente os Arcos da Lapa, nas noites de sexta e sábado (ruas Riachuelo e Men de Sá). A interdição faz com que estas ruas sejam utilizadas apenas para pedestres. Mas, como para garantir o fluxo dos carros que permite o acesso e a saída desta região, há uma rua por onde é permitida a passagem de carros, que atravessa as outras duas. Temos como consequência deste arranjo, um jogo de interdições e liberações de fluxos (de pessoas e carros) controlados pela SEOP.

Uma vez conhecidos os materiais que serviram de base para as pesquisas e reflexões aqui expostas, bem como as posturas metodológicas com as quais pretendo operar, seguiremos para um breve histórico, constituído dentro deste esforço de reflexão. E, portanto, sempre parcial e fruto da minha interferência em relação ao objeto trabalhado.

3.4 A PARTIR DA SEOP

A Secretaria Especial da Ordem Pública, conforme fora anunciado durante a campanha eleitoral, passou a existir desde o primeiro dia do mandato de Eduardo Paes na Prefeitura. Ela foi apresentada no Decreto Municipal nº 30.339, conjuntamente à nova organização do poder executivo, publicada no Diário Oficial do Município em 1º de janeiro de 2009.

Inicialmente, o secretário nomeado foi Rodrigo Bethlem, que assim como Eduardo Paes, havia sido subprefeito durante gestões do ex-prefeito César Maia. Bethlem, antes de assumir a Secretaria, havia trabalhado no governo estadual de Sérgio Cabral, como subsecretário, onde exerceu tarefas bastante semelhantes as que a SEOP passou a levar a cabo. Dentre elas a operação “Copacabana Bacana”⁶⁰, que combinava a ação de diferentes setores com objetivo de “ordenar” o bairro.

Nos moldes desta operação, a Secretaria foi criada com o princípio de articular os trabalhos de diferentes setores associados à regularização e fiscalização dos usos e ocupação do espaço público. A principal diferença é que na antiga Operação Bacana isto era tratado como uma situação excepcional que, para atuar em áreas específicas, conjugava esforços de instituições que agiam de forma relativamente autônoma. Já a SEOP surge como uma institucionalização deste mecanismo. Este é justamente o principal mote de justificação da criação da SEOP – a articulação de setores que atuavam separadamente em relação a atividades que, segundo o julgamento da atual gestão municipal, dizem respeito a uma mesma coisa, denominada “ordem pública”. Assim, passaram a estar vinculados a esta secretaria: a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, a Coordenadoria de Controle Urbano, a Coordenação de Fiscalização de Estacionamentos e Reboques e a Guarda Municipal. Mas além destes órgãos, usualmente, nas ações realizadas pela SEOP, participam outros setores da

⁶⁰ Quando foi estendida, através da SEOP, a outras áreas da cidade a operação ganhou o nome de “Operações Bacana”.

Prefeitura como, agentes da Secretaria Municipal de Assistência Social e, também, setores do governo estadual, como, por exemplo, policiais militares. O que determinou estas participações, a princípio, foi o tipo de atividade a ser realizada.

Isto é relevante, pois, especialmente nos primeiros anos de sua atuação, a SEOP se caracterizou também pela variedade de atividades exercidas, que resultavam na mobilização de diferentes atores. Essas ações, além de diversificadas, passaram a ser cada vez mais recorrentes e, graças à divulgação feita pela Secretaria e pela a mídia, a atuação da SEOP passou a representar o principal ícone de atuação da própria Prefeitura. Um protagonismo potencializado a partir do momento que em ambos, a mídia e a Prefeitura, passaram a utilizar o *slogando* “**Choque de Ordem**”⁶¹ (que a partir de agora será chamado de CO) para denominar as operações da SEOP.

As operações do CO passaram, então, a acontecer diariamente. Dentre as suas características, destaca-se a multiplicidade de suas ações, pois, como mencionado, a proposta era de concentrar, em um mesmo órgão, atividades antes dispersas. Assim, as ações variavam desde o recolhimento de população de rua, a demolição de construções consideradas “de risco” e/ou “irregulares”, a apreensão de mercadorias tidas como irregulares, a multa a estabelecimentos, o reboque de carros e até a detenção de pessoas que estavam urinando na rua. Como afirmado, as operações do CO passaram a ser o mecanismo de maior visibilidade no que diz respeito à interface entre a população e a Prefeitura. Em outras palavras, e especialmente neste período, essa política passou a ser a principal referência da atuação do poder público municipal. Neste período, falar do governo de Eduardo Paes era tratar das polêmicas relativas ao CO.

As primeiras operações foram apresentadas como um enfrentamento de questões que até então haveriam sido negligenciadas. Ou seja, foram sendo realizadas ações que eram tratadas através do tom do ineditismo e por isso começaram a deslocar para a esfera pública problemáticas que antes ficavam restritas à relação entre os “fiscalizados” e a “Prefeitura”. O efeito do “impacto”, ou mesmo do “choque”, foi provocado pela construção da questão da “ordem pública” como algo dado, mas que até tais ações, não vinha sendo observado.

De certa forma, pode-se dizer que o que caracterizou a atuação da SEOP, através do CO, foi uma espécie de “sazonalidade”. A heterogeneidade das ações, que poderia, inclusive, causar uma sensação de falta de padronização ou foco da Secretaria, são expressões do esforço de institucionalização da própria Secretaria e da questão da ordem pública. Como

⁶¹ Segundo uma das assessoras de imprensa da SEOP, esse termo foi cunhado pela mídia.

definido pela própria Secretaria, a lógica era desempenhar “ações emblemáticas” (PMOP, p. 29) em espaços e situações também emblemáticas.

Dentre estas, a Secretaria destaca, tanto em sua página na internet como no PMOP, as seguintes operações, realizadas no primeiro ano de funcionamento da Secretaria:

Choque de Ordem nas Praias – focada na repressão ao comércio ambulante (de alguns objetos e especialmente de alimentos perecíveis) e de posturas consideradas perturbadoras da ordem (como presença de cães e prática de esporte próximo ao espelho d’água, antes das 17 horas). Esta foi uma das primeiras modalidades de operações implementadas pela Secretaria, mas que funcionou de forma progressiva. Assim, começando pelas praias da Zona Sul do Rio, o Choque de Ordem foi “avançando” ao longo da orla da cidade. A cada nova praia alcançada, foram instaladas tendas de observação onde permaneciam guardas municipais.



Figura 7: Contêiner do “Choque de Ordem nas praias”

Choque de Ordem no Maracanã (em dias de jogo) – estas operações tiveram como principal foco a repressão à venda de bebidas alcoólicas não apenas nas ruas, mas também em bares, e do comércio ambulante em geral.

Choque de Ordem contra estacionamentos irregulares – esta modalidade de atuação da SEOP foi um importante mote no processo de legitimação da questão do ordenamento e esteve presente em todas as operações citadas anteriormente. Neste caso, os procedimentos adotados foram tanto reboques como aplicação de multas aos veículos.

Operações Bacana – Como referido, esta expressão remete a operações realizadas no período em que Rodrigo Bethlem atuou no governo do Estado, mas quando realizadas pela SEOP ela nomeou operações associadas centralmente ao que a Secretaria nomeia como “acolhimento de população de rua”.

Além destas, a partir de setembro de 2009, foram realizadas diversas operações do CO em pontos com intensa circulação de pessoas, em diferentes áreas da cidade. Estas operações foram denominadas de “**Choque de Ordem nos bairros**” e ocorreram de forma itinerante, contando com a presença de um grande número de agentes da SEOP, guardas municipais e funcionários de outros órgãos municipais. Em cada bairro, as operações aconteceram diariamente, durante períodos de mais ou menos uma semana. Durante os quais, um posto da SEOP, funcionando em um micro-ônibus, era instalado como base das ações e para que moradores e frequentadores do bairro pudessem fazer denúncias daquilo que identificavam como irregularidades. O primeiro bairro a receber estas operações foi Copacabana, seguido por Madureira (no primeiro ano de atuação da SEOP) e depois Catete/Largo do Machado/Glória (já em 2012). Sobre este tipo de operação, é interessante destacar que elas foram adotadas como modelo para o que deveria ser a forma cotidiana para o tratamento das questões ordem pública na cidade. Não por acaso, seu funcionamento é bastante similar ao modelo de atuação da Secretaria adotado em 2011 de instalação das Unidades de Ordem Pública.

•

A tônica predominante destas operações foi, justamente, a de provocar um “choque”. E a eficácia desta sensação foi amplamente potencializada pelo destaque dado através da mídia para o SEOP e também para figura de Rodrigo Bethlem. Logo em janeiro de 2009, a revista *Veja Rio* trouxe na capa uma reportagem que denominava o secretário de “o novo xerife”. O texto informava números das primeiras operações, apresentados como comprovações de “como a capital ficou ao Deus-dará” nas gestões anteriores. E mostrou algumas frases de Bethlem acerca da visão que informava o início do funcionamento da Secretaria, fortemente marcado pela concepção de desencadeamento da teoria estadunidense das *Broken Windows*.

Se alguém pára o carro na calçada, sinaliza que ela pode ser ocupada irregularmente. Daqui a pouco vai ter um ambulante do lado e logo um sujeito vai pegar um colchão e se aboletar em baixo da marquise (...) Ou a gente ataca todos os problemas, ou não ataca nenhum (GARCIA e MEDINA, Revista VEJA, 2009)

A reportagem também indicava como esta visão vinha sendo traduzida em práticas, relatando que o próprio secretário, ao ver pessoas dormindo em baixo de um viaduto, acionara os funcionários da Secretaria para o “acolhimento”. E transcrevia a justificativa do mesmo:

A determinação é abordar as pessoas nessa situação e, se houver concordância, recolhê-las a um abrigo público. ‘O cara não é obrigado a ir [explica o secretário], mas parado na rua ele não vai ficar. Tem que sair andando.’⁶² (*idem*)

Munidos do diagnóstico, indiscutível, de que a cidade padecia, por anos, do mal da desordem, a SEOP passou a realizar tais operações em nome da “ordem” e, portanto, sem qualquer espaço para problematização da política. O que, em relação a algumas questões, acabou também associando a SEOP e o Choque de Ordem com uma atmosfera de questões polêmicas. Assim, as operações não foram inicialmente recebidas de maneira consensual em todas as suas atuações. Muitas compreensões apoiaram as ações e consideraram que seria uma política passageira; outros afirmavam que ela só acontecia nos pontos privilegiados da cidade; alguns discordavam das apreensões, por prejudicar os trabalhadores ambulantes; alguns chamavam atenção para o caráter repressivo⁶³. Mas não pretendo nos deter em “julgar” cada uma destas opiniões. E, sim, chamar atenção para como essa “atmosfera polêmica” indica como, neste primeiro momento, a Secretaria esteve muito voltada para a tarefa de se constituir e, especialmente, de se constituir como o ator responsável, não por estabelecer a Ordem, mas de definir o quê é ordem e o quê não é.

Neste sentido podemos dar como exemplo a questão da venda de mate e do coco na praia. A princípio, assim como diversos outros alimentos, o mate foi proibido em nome de regras de vigilância sanitária e o coco porque representava um grande percentual do lixo acumulado nas areias no final do dia⁶⁴. No entanto, após algumas reclamações por parte da

⁶² Sobre o tema da atuação da SEOP em relação à população de rua, é importante destacar que, a partir de meados de 2011, a orientação foi de que a Secretaria não tomasse a frente dos procedimentos de encaminhamento para abrigos. Uma vez que essa deveria ser uma política desempenhada exclusivamente pela Secretaria de Assistência Social, que, neste mesmo ano, passou a ser dirigida por Rodrigo Bethlem.

⁶³ Desde o início das operações, não era raro que o CO fosse tema de conversas sobre o Rio, nas quais apareciam todo tipo de consideração, ainda que não fosse possível expressar essa “atmosfera”, uma referência interessante são os comentários feitos por leitores sobre as matérias relativas ao CO publicadas em sites de jornais.

⁶⁴ A proibição havia sido resultado de uma medida criada em novembro de 2009 pelo Comitê Gestor da Orla, coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

população e de uma abordagem polêmica na mídia (inclusive internacional), ambos foram liberados, com a justificativa de que eram ícones muito representativos da identidade do Rio.

O prefeito mostrou alguma misericórdia no caso do mate, chá gelado carregado pelos vendedores em latas de metal. A reação foi tão forte que a proibição foi cancelada. (matéria publicada no New York Times, em 09/02/2010, tradução própria⁶⁵)

•

Ao término do primeiro ano de atuação da Secretaria ocorreram diferentes “ritos” de avaliação da política. O mais institucional deles foi a entrega da proposta para um Plano Municipal de Ordem Pública, o PMOP, que ocorreu concomitantemente ao encerramento do mandato de Rodrigo Bethlem como secretário, que passou o cargo para Alex Costa. Bethlem, por sua vez, deixou o cargo para se candidatar a deputado federal com uma campanha absolutamente fundamentada na bandeira da propagação da ordem pública na cidade do Rio.

Outro desses “ritos de avaliação” foi uma pesquisa realizada pela ONG “Rio como Vamos”, que questionou os entrevistados acerca dos significados e da opinião quanto à necessidade do Choque de Ordem (ver tabelas da pesquisa em anexo).

Independente de considerarmos esta pesquisa (e mesmo a eleição de Bethlem) como prova da aceitação da política do Choque de Ordem, podemos considerá-la como um dos elementos que indica e que também contribui para o processo da criação da “existência” da questão da ordem pública. E que é indispensável para a atuação deste órgão.

Nos anos seguintes, com Alex Costa à frente, a SEOP passou a funcionar a partir de algumas orientações que foram estabelecidas neste primeiro momento. O PMOP traz, neste sentido, importantes sintetizações de como a Secretaria se define, de como define a questão da ordem/desordem e os demais atores que nela são implicados.

A cidade passou por um processo intenso de perda de qualidade de vida, de ocupação desordenada de seus espaços, de violação de seu patrimônio ambiental, da restrição de direitos básicos dos cidadãos (PMOP, pp. 13)

O que os elaboradores do PMOP entendem como direitos básicos do cidadão?

⁶⁵ No original: “The mayor’s office has shown some mercy. In the case of mate, a Brazilian iced tea sold by vendors shouldering small metal kegs, the reaction proved too strong and a ban was relaxed.” Disponível em <http://www.nytimes.com/2010/02/10/world/americas/10rio.html?pagewanted=all> – acesso em 02/05/2010.

como, por exemplo, o de andar na calçada sem disputá-la com uma mesa de bar ou restaurante, ou o de estacionar seu carro em um local absolutamente apropriado para tal, sem ser extorquido. (PMOP, pp. 13)

E quem seriam esses cidadãos?

a sensação de abandono decorrente dessa situação acarreta em mais descuido em relação à comunidade e no aumento da sensação de insegurança. **As pessoas cumpridoras da lei** acabam por deixar ou por não mais entrar nas comunidades que sofrem deste problema. (PMOP, pp. 14)

O trecho acima nos ajuda a tornar mais complexa a crítica que toma a política de ordenamento apenas como um instrumento para assegurar os interesses da parcela da população mais rica. Não há dúvidas de que o cumprimento da lei, no contexto de atuação da SEOP, pode ser remetido aos processos de formalização de atividades, que implicam em aumento de gastos com impostos e infraestrutura, que excluem pessoas com menor poder econômico. No entanto, creio que o recorte não pode ser reduzido a uma faixa de renda que torna as pessoas alvo ou colaboradoras no processo de “ordenamento”. O texto trata especificamente da questão da ordem/desordem como elemento potencializador para a “sensação de medo” em favelas. E as “pessoas cumpridoras da lei” são as pessoas que a SEOP convida para fazer parte da propagação da questão da ordem, que podem ser pessoas que, dentro de determinado contexto, representam a ordem, mas em outro, a desordem⁶⁶. São seus aliados, sem os quais a SEOP dificilmente conseguiria a posição de “legisladora” que busca. As pessoas cumpridoras da lei são as pessoas que querem ordem (que podem vir a usar o endereço: “queroordem@rio.rj.gov.br”). Mas o que é ordem? É o que a Secretaria Especial da Ordem Pública não identifica como desordem.

3.5 OU CONTRA OU A FAVOR

A ordem pública nos últimos anos na cidade do Rio de Janeiro não foi priorizada como aspecto importante no conjunto das políticas públicas do município. (PMOP, pp.13)

⁶⁶ Me refiro, por exemplo, a bares que em áreas de favelas podem passar por um processo de formalização que satisfaz a SEOP, nesse contexto, mas que não permaneceriam em funcionamento em outras áreas da cidade. Ou mesmo os ambulantes que recebem licença para vender apenas no perímetro determinado pela Secretaria. Esses trabalhadores são logicamente beneficiados quando param de ser alvo da repressão da secretaria e, neste sentido, podem até se tornarem colaboradores da política (sem nenhuma “vilanização”) para manter esse estado. Pelo menos avalio que esse seja o desejo expresso nestes “convites” de denúncia.

Talvez seja preciso assinalar que os sentidos atribuídos neste trabalho aos mecanismos, bem como, ao funcionamento da SEOP, não se articulam segundo a lógica que prescreve um posicionamento contra ou a favor das temáticas por ela colocadas. Isto significa que a problematização da política de ordenamento urbano **não** representa uma defesa de posturas como urinar nas ruas, parar carros em cima das calçadas, ou jogar *frescobol* na areia da praia. A análise aqui proposta não visa julgar individualmente cada uma dessas posturas, condenadas pela política, mas antes entender quais as consequências da qualificação das mesmas como elementos representativos da “desordem urbana”.

O foco da reflexão aqui presente pretende operar fora da necessidade de tal posicionamento e, em certa medida, negando justamente a necessidade de se colocar contra ou a favor de determinadas posturas. Pois a instauração da necessidade de se posicionar é um mecanismo de instaurar a “questão da ordem pública”. Uma vez, que tudo se trata de “fazer existir” tal demanda. De constituir tal artefato e, através dele, deslocar sentidos e atores.

Em outras palavras, considero importante que as análises sobre as políticas municipais de ordem pública venham a ser avaliadas, não apenas através da discussão acerca de quais práticas devem ser alvo de repressão, ou “ordenamento”. **Mas antes, observar os movimentos de funcionamento – estratégias e ressignificações dos agentes envolvidos neste processo – que criam, ou tornam, determinadas práticas como “questões de ordem pública”.**

Fazer com que as pessoas se posicionem sobre essas questões é essencial na legitimação da SEOP. O convite a denúncias é uma forma mais que eficaz para que novos atores sejam envolvidos no processo de legitimação da questão da ordem pública. A “liberdade” da denúncia permite que as pessoas que não integram a Secretaria, mas possuem alguma afinidade sobre algum aspecto, com seus projetos, se conectem ao órgão na definição do que é ordem, ou desordem. Sem que isto precise ser anteriormente fixado.

Você tem como nos ajudar. Qualquer irregularidade ou sugestão, ligue para 153 ou queroordem@rio.rj.gob.br (Manual da Ordem Pública)

Um ônibus da Guarda Municipal, que servirá de base da SEOP, estará no Largo do Machado. Nele, os moradores poderão fazer suas reclamações e sugestões. (notícia do site da SEOP publicada em 03/09/2010⁶⁷)

⁶⁷ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=1101771>, acesso em 09/04/11

“O ordenamento da cidade é algo bom?” “A cidade precisa de ordem?” “a cidade está ordenada?” – Só quando acreditamos que precisamos e somos capazes de responder a tais perguntas, é que *ordem* e *desordem* começam a aparecer e passam a funcionar.

3.6 TRADUÇÕES

Para abriremos mão de encarar a SEOP como um aparelho ideológico que reprime e esconde a verdadeira cidade do Rio, temos que buscar acompanhar as estratégias através das quais operam seu funcionamento. Esta postura analítica faz do caso da implementação da política de ordem pública do Rio um exemplo, de certa forma, privilegiado. Isto porque, como vimos ao longo desse capítulo, esta é uma política que é entendida como algo que está *em construção*, tanto pelos atores nela envolvidos institucionalmente, como por aqueles envolvidos através de outras relações com ela estabelecidas (apoio, confronto...). Assim sendo, há uma explicitação bastante relevante dos processos de constituição de categorias, dos procedimentos, de definição e delimitação do funcionamento da SEOP, distinta de outros segmentos do poder público que se apresentam como algo mais instituído, e não “em negociação”⁶⁸. Temos a oportunidade de acompanhar, como está em voga dizer o *momento*.

Esta especificidade é rica, no sentido de propiciar uma interessante observação do surgimento, a cada novo passo dado, de novas (ainda que a partir de elementos já correntes) categorias e sentidos, por exemplo, na “política da ordem”. Um enfoque que, para Latour, é o cerne mesmo da pesquisa que pretende seguir os processos da produção de fatos e das afetações (ou deslocamentos) que estes fatos provocam em outros atores (Latour, 2000 e 2008).

Seguindo tal proposta de análise, podemos acompanhar como a SEOP se move e como move os conceitos com os quais opera e, assim, busca mover demais atores através de processos de tradução (a própria ideia de deslocamento).

Tal procedimento é análogo às transformações que sofre uma imagem cada vez que muda o meio através do qual ela está sendo visualizada – seja os diferentes formatos (digital, película), seja pelos instrumentos de visualização/projeção, etc. Sem, no entanto, considerarmos essas transformações como perda, ou ganho de qualidade. Da mesma maneira, no que se refere às práticas exercidas através da SEOP, pode-se observar como as diferentes

⁶⁸ Este aspecto é ainda mais ressaltado se lembrarmos que, mesmo com todas as “vantagens” que a SEOP tem enquanto secretaria especial, ela não pode, por exemplo ter um orçamento próprio. E depende da aprovação na Câmara Municipal para garantir que ela continue existindo enquanto estrutura do poder executivo, em outras gestões.

formas de referir-se a algo, transformam essa coisa propriamente dita. O que está em jogo, é a própria ideia de representação. A noção de tradução, tal qual proposta por Latour, só é possível se considerarmos que as coisas que existem não existem independentes das formas como são ditas ou expressas. Não são formas diferentes de dizer de algo dado. Mas as formas de dizer são as formas de fazer existir determinadas coisas.

Nesta perspectiva, Latour afirma que não são as ideias, ou os fatos, por si só que, abastecidos pela força da objetividade, são capazes de se deslocarem entre diferentes atores sociais como verdades estabelecidas (Latour, 1984, p. 21). Os fatos são artefatos, são construídos, através de processos que implicam estratégias de legitimação e convencimento, que, por sua vez, só são eficazes na medida em que outras pessoas se afetam por eles.

Acompanhar as traduções feitas pela SEOP nos permite observá-la enquanto construtora de novos sentidos, de novas palavras, de novos índices. Enfim, de uma série de *artefatos* que compõe as estratégias de legitimação daquilo que confere sentido a ela própria: a questão da ordem pública.

Alguns exemplos podem ajudar:

3.6.1 NOVOS SENTIDOS

Como já afirmado, os meios de comunicação da SEOP constituem um importante instrumento no que se refere à construção de novos sentidos, segundo os interesses que informam a política de ordenamento urbano. Uma frase, ou expressão, que, mesmo se reproduzida de maneira idêntica poderia suscitar sentidos absolutamente distintos para diferentes atores, quanto usadas, por exemplo, em uma notícia publicada na página da internet da SEOP, está completamente traduzida segundo os sentidos que atendem a estes interesses.

Uma destas notícias relata uma operação do Choque de Ordem, realizada na região de favelas denominada Complexo do Alemão, aproximadamente cinco meses antes da ocupação militar engendrada pelo governo estadual do Rio. A notícia fala de uma série de demolições executadas pela Prefeitura para a realização de obras federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As barracas existiam no local há cerca de 15 anos. Entre as atividades compreendidas havia barbearia, peixaria, chaveiro e venda de roupas, bijuterias e alimentos. (matéria do site da SEOP, publicada em 08/07/2010⁶⁹)

⁶⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=938681>, acesso em 08/04/11.

Podemos imaginar que esta frase poderia, perfeitamente, compor um texto que argumentasse sobre o impacto que foi para a comunidade local e para os comerciantes que em um dia viram ser desmontado um espaço caracterizado há 15 anos pela atividade comercial. Mas na lógica dos sentidos da ordem pública, isto enfatiza como, por 15 anos, aquela “situação de desordem” permanecia impune. Ou seja, ao fato das barracas existirem no local há 15 anos, não se pode nem estabelecer um sentido *a priori* ou constatar um sentido “lógico” que se expressa de forma objetiva. Mas sim, que qualquer sentido é fruto de um processo de construção de sentidos através de uma lógica que disputa o poder de definir a compreensão sobre algo.

3.6.2 NOVAS PALAVRAS/CATEGORIAS

Além da tradução de sentidos, acompanhar os discursos oficiais da SEOP nos permite observar o surgimento de novas categorias. Um dos casos mais interessantes é o surgimento da palavra e dos usos da palavra “mijão”.

É evidente, todos sabemos, que esta palavra já existe. No entanto, ela passou a ser utilizada como uma categoria nos textos oficiais da SEOP para se referir às pessoas que estavam urinando nas ruas. O interessante é observar que uma vez criada a categoria, surge todo um campo de sentidos e práticas que qualificam este ato e que, agora, é passível de sanções legais:

É inadmissível que atos como este, de desprezo à Cidade e aos cidadãos, não tenham uma punição severa, tal como perder a brincadeira no bloco e *perder a condição de réu primário*. (matéria do site da SEOP, publicada em 19/02/2010, grifos meus⁷⁰)

Agentes das operações Bacana da subsecretaria de Operações e guardas municipais vão reprimir o xixi na rua. Torcedor que não quiser levar o cartão vermelho da fiscalização, perder o jogo e ter que *responder por ato obsceno* deve respeitar as regras.(matéria do site da SEOP, publicada em 14/06/2010, grifos meus⁷¹)

Traduzir a prática de urinar nas ruas no uso da categoria *mijões* expressa um forte cunho pedagógico, que funciona através da estratégia de criar um estereótipo absolutamente pejorativo, com o intuito de que as pessoas evitem praticar determinada ação para não serem assim caracterizadas. A defesa de uma moral da ordem se torna ainda mais insistente quando

⁷⁰ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=178920>, acesso em 08/04/11.

⁷¹ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=876771>, acesso em 08/04/11.

percebemos que nas diversas notícias oficiais da SEOP há um destaque para as situações em que, em meio aos *mijões* reprimidos durante as operações, se encontra uma mulher.

Fiscais do choque de ordem que estiveram no bloco das Carmelitas, em Santa Teresa, prenderam sete pessoas fazendo xixi na rua. Pela primeira vez, duas mulheres foram detidas pela fiscalização e levadas, com os outros mijões, para a 7ª DP (Santa Teresa). (matéria do site da SEOP, publicada em 19/02/2010⁷²)

Oito pessoas foram presas por urinarem nas ruas da Lapa. Uma destas pessoas era mulher. (matéria do site da SEOP, publicada em 16/08/2010⁷³)

A criação de categorias também permite a realização de outro exemplo de tradução operado nos discursos oficiais da SEOP, a tradução em números. Os *mijões* agora, já devidamente criados, podem ser também quantificados:

Nas imediações da arena montada na praia de Copacabana, **quatorze mijões** que urinavam na altura da Av. Princesa Isabel. (matéria do site da SEOP, publicada em 26/06/2010⁷⁴)

3.6.3 NÚMEROS

Isto, que acredito que pode ser entendido como uma “tradução em números”, me chamou atenção, ao longo da pesquisa, porque, por algum tempo, me indaguei nas leituras das notícias elaboradas pela equipe de comunicação da SEOP, porque sempre eram explicitados, de maneira aparentemente minuciosa, as quantidades dos materiais apreendidos, ou carros multados, ou pessoas detidas.

A operação Choque de Ordem nas Praias realizada por agentes da Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP), nesta quinta-feira, 29 de julho, multou **47 veículos** e **rebocou outros 10** por estacionamento irregular no trecho da orla de Copacabana ao Leblon. A fiscalização também apreendeu com ambulantes não autorizados: **15 facas, 7 aranhas artesanais, 4 pares de brincos, 1 cutelo, 12 garrafas de vidro (cachaça) e 1.200 balas**. (matéria do site da SEOP, publicada em 29/07/2010⁷⁵)

Passei a considerar que esta quantificação de elementos diversos também está associada ao processo de construção (de estabilização) da SEOP. Neste sentido, é preciso quantificar tudo, pois cada novo número pode significar “alimento” para um novo indicador a ser acionado na validação da política. E cada número pode ser tratado como um *dado*, uma *prova*, para a validação de uma categoria.

⁷² Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=178920>, acesso em 08/04/11

⁷³ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=1041758>, acesso em 09/04/11.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=913821>, acesso em 08/04/11.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=993172>, acesso em 08/04/11.

Algum tempo depois da publicação da notícia, a Secretaria divulgou um balanço do Choque de Ordem nas praias. Comparando os números das apreensões feitas pela SEOP até aquele período (final do verão de 2011).

ANO	REBOQUES	BEBIDAS	PERECÍVEL	NÃO PERECÍVEL	PRISÕES
2011	5054	8231	1036	9113	12
2010	5029	10520	11191	11640	21

Tabela 1: Balanço de apreensões do Choque de Ordem nas praias, retirado do site da SEOP em 18/04/2011)

Os números, tratados como dados, permitem também despolitizar os resultados das operações. E quando falo aqui em “despolitizar” me refiro a fazer operar mecanismos que neutralizem os conflitos presentes nas relações entre diferentes atores. Ao longo das notícias, vê-se as transformações: em alguns momentos as notícias falam de vendedores que são autuados e têm suas mercadorias apreendidas, mas, em muitas outras, a relação entre vendedores e objetos vendidos é eclipsada e só há referência aos objetos, todos quantificados, até que, finalmente, eles se transformam apenas em números e não há qualquer menção aos vendedores.

O Choque de Ordem também apreendeu em Ipanema 124 cocos que estavam sendo descarregados na orla às 9h, fora do horário permitido pela Prefeitura, 1 facão de cortar coco e 2 galões de mate que estavam sendo manuseados na areia com gelo não filtrado.

Em Copacabana, agentes de Controle Urbano recolheram 39 camisas que eram vendidas por ambulantes sem autorização.

Na Urca, a fiscalização apreendeu uma churrasqueira de queijo coalho com 20 espetos. (matéria do site da SEOP, publicada em 26/06/2010⁷⁶)

3.6.4 FORMAS

Por fim, podemos observar mais um exemplo disto que estou chamando de traduções operadas pela SEOP, a fim de resignificar, retraduzir, deslocar, atores de acordo com os interesses que a legitimam. Seria uma tradução das formas ou das disposições físicas da cidade. Esta prática é justamente o funcionamento daqueles discursos oficiais que identifiquei como elementos físicos dispostos na paisagem urbana. Isto vai desde os ícones da Secretaria

⁷⁶ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=913849>, acesso em 08/04/11.

dispostos nas áreas públicas até as alterações da disposição de equipamentos no espaço físico e sua padronização de acordo com as normas estabelecidas segundo a lógica do ordenamento.

Choque de Ordem nas Feiras apreende 10 tabuleiros irregulares em feira da Tijuca

Agentes da Coordenação de Controle Urbano também orientaram os feirantes para que não amarrassem as tendas nas árvores e postes no entorno da praça. A fiscalização também verificou se o tamanho dos tabuleiros estão de acordo com o que foi determinado pela Prefeitura (1,80m por 90cm), se as saias e coberturas das barracas estão padronizadas e coibir a presença de ambulantes infiltrados na feira.

- Há muito tempo não se cumpre as normas determinadas para o funcionamento das feiras livres. Queremos dar à população e aos feirantes uma feira de cara nova, com ordenamento - afirmou Alex Costa, secretário de Ordem Pública. (matéria do site da SEOP, publicada em 09/06/2010⁷⁷)

3.7 ASSOCIAÇÕES

Seguir o movimento de um ator, acompanhando suas traduções, conforme proposto por Latour, implica em abrir mão de buscarmos oferecer explicações a partir de formulações pré-concebidas daquilo que é o “social”. Uma vez que o enfoque é justamente nas propriedades positivas que estes atores têm enquanto agentes, é preciso, portanto, levar em conta que em suas traduções eles reinventam, inclusive, aquilo que é a sociedade e a maneira como ela funciona (Latour, 1984, p.47).

Neste sentido, é importante observar que o principal argumento de legitimação da atuação da SEOP é a conexão entre a desordem/ordem urbana e a segurança pública ou práticas criminosas. O mecanismo é o mesmo daquele descrito em relação à teoria das *Broken Windows* – é preciso criar lacunas e determinar a relação entre elas. Mas isto parece um tanto fluído para uma política que opera segundo uma lógica de exercício de autoridade. No que se funda, então, o poder dessa autoridade?

Como observa Latour, para que se exerça algum tipo de autoridade é preciso que se estabeleçam coisas indiscutíveis (op. cit., p.48). No caso do exercício da autoridade da Secretaria Especial da Ordem Pública, poderíamos nos apressar afirmando que o que está em jogo é ser um agente legítimo para reprimir a *desordem* e fomentar a *ordem*, e que estas duas seriam por si só indiscutíveis, dada a afirmada objetividade dos fenômenos observados. Porém, ao observarmos as diferentes atuações da SEOP, vemos que essas categorias são

⁷⁷ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=866114>, acesso em 08/04/11.

extremamente vagas e se movimentam continuamente. E o que se está buscando estabelecer é a autoridade da mesma para determinar o que pode, ou não, ser considerado ordem ou desordem. O que se torna indiscutível, neste caso, são as associações que ela estabelece para comprovar tal identificação.

Como já se sabe, ações de preservação da ordem pública no espaço urbano têm efeito na prevenção de crimes, pois reduzem as condições favoráveis à ocorrência de delitos. (PMOP, p. 9)

A desordem urbana é o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. *Como uma coisa leva a outra*, essas situações banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas. (texto do site da SEOP⁷⁸)

A primeira associação, portanto, é conectar, em uma cadeia de relações causais, elementos que a SEOP identifica como exemplos de desordem e o que ela e também outros atores identificam como práticas criminosas, ou degradação urbana. Ainda que, em alguns momentos, a associação seja estabelecida de uma forma mais frouxa, considerando que “a desordem” propicia uma maior *probabilidade* da ocorrência de crimes. Isto logo se torna base para a construção de uma relação mais forte e indiscutível.

Os homicídios, a corrupção de agentes públicos, a coerção sobre camadas mais desfavorecidas da sociedade são um exemplo concreto observado no cotidiano, que tem como ponto de partida a desordem urbana. Por essa razão, as questões do cotidiano têm forte impacto nas condições propiciadoras do crime. (PMOP, p. 14)

E é neste espaço, entendido como o “cotidiano”, que a SEOP vai construir suas provas para tornar indiscutíveis tais relações. Para isto se vale da lógica de produção de fatos jornalísticos e expõe nas notícias publicadas no site a partir das operações, as associações entre a desordem e o crime.

Choque de Ordem prende 40 rodinhos na Zona Norte

Adultos e menores detidos na operação já tinham algum tipo de passagem na polícia. (matéria do site da SEOP, publicada em 25/06/2010⁷⁹)

Dentre os mijões havia uma mulher foragida da justiça. (matéria do site da SEOP, publicada em 25/06/2010⁸⁰)

⁷⁸ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=94564>, acesso em 14/12/2010)

⁷⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=906977> – acesso em 08/04/11

As ações de acolhimento de população de rua serão intensificadas na região, assegurando aos frequentadores e turistas nacionais e estrangeiros mais segurança. (matéria do site da SEOP, publicada em 19/07/2010⁸¹)

Para pensar sobre o funcionamento destas associações na produção da legitimidade da SEOP, podemos acompanhar Paul Veyne, quando nos diz que as relações de *causa e consequência* pressupõem uma relação de polaridade de “ação” e “passividade”. Nestas, há sempre um agente causador e um efeito que inevitavelmente decorreria da ação inicial. “Mesma causa, mesmo efeito: causalidade significará sucessão regular” (Veyne, 1984, p. 48). Veyne dá o exemplo da ebulição da água, situação em que, se compreendida através da lógica de causa e consequência, é o efeito da ação do calor do fogo. Toda vez que o fogo aquece a água, ela, passivamente, não tem outra escolha senão ferver. Assim, a relação de causa e consequência é um “efeito de um recorte *post eventum*” (*ibid.*) Ao observarmos várias vezes que um evento sucede outro, podemos estabelecer uma relação de causalidade, que se entendida como única, anula todas as outras potencialidades que o acaso deixa em aberto.

O que Veyne quer destacar é que não há fatos que correspondam a uma lógica (transcendente) das coisas. Seguindo este pensamento, Veyne entende o devir histórico (as sucessões de acontecimentos) “como a obra mais ou menos imprevisível de sujeitos exclusivamente ativos, que não obedece a nenhuma lei (...) Cada fato (...) não desempenha o mesmo papel, ou melhor; não há papel ou identidade, senão circunstanciais” (op. cit., p. 51)

Levando em consideração esta perspectiva, podemos dizer que não há qualquer determinação *a priori* que garanta as relações causais nas quais se fundamenta a perspectiva defendida pela SEOP. E mesmo nas quais se fundamentam as teorias que defendem a lógica da prevenção de crimes. Depois de uma janela quebrada, há tantas possibilidades em potência quanto à inventividade humana é capaz de criar e não uma série de efeitos passivos resultantes desse primeiro ato.

Veyne, para falar da sucessão de fatos, opõe a metáfora de uma bola que segue inerte o movimento a partir de um impulso inicial, comparando essa inventividade humana com um gás que se expande e ocupa o espaço que lhe é deixado, tomando a forma a partir dos obstáculos que encontra. É inegável a similaridade da metáfora elaborada por Bruno Latour (1984, 2000, 2008), sobre a ação de atores sociais, com a teoria de Veyne. Latour também afirma que devemos substituir o esquema clássico de análise dos “fenômenos sociais”, que

⁸⁰ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=906987> – acesso em 08/04/11

⁸¹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=960859> – acesso em 08/04/11

pressupõe que uma ideia, ou uma atitude, se propagam por sua própria força em movimento inerte. Ao invés disso, ele propõe que consideremos redes de interação entre “atores autônomos” (Latour, 1984, p.22) – que se aproximam, evidentemente, do que Veyne está chamando de “sujeitos ativos” (op cit., p.48). Nestas interações, descritas por Latour, as ideias se deslocam quando outro ator a ampara, e, por suas próprias razões, a desloca.

Isso significa que as concepções de ordem e de desordem não dependem da objetividade inegável que as coisas possam exprimir dentro dessas duas categorias. Mas sim de que se compreenda o movimento desta forma. Ou seja, não é uma atitude desordeira que desencadeia outra atitude desordeira, como nos fazem pensar a lógica preventiva em relação à segurança pública. Este entendimento só pode ser fruto de uma consideração posterior, a partir da observação de dois eventos que serão considerados desordeiros. Mas, partindo deste entendimento, como poderíamos pensar nas regularidades?

Veyne também nos fala que a inventividade humana é plástica (a metáfora do gás) e se conforma segundo obstáculos que lhe são colocados. Assim, mesmo quando acontece a regularidade, ela é uma inventividade. Mesmo quando na maioria dos casos, determinados comportamentos sucedem outros com alguma repetição, isto é fruto de barreiras que conformam as potências do acaso.

Talvez pudéssemos estabelecer mais uma analogia entre Latour e Paul Veyne e pensar que estes “obstáculos”, que moldam as possibilidades de expansão das criações humanas são equivalentes ao que Latour vai chamar de “pontos de apoio” (op. cit., p. 41). Estes são os pontos fixos, assumidos como inquestionáveis, que são constituídos como certezas estabelecidas, desta forma, por uma série de procedimentos que permitem que, a partir delas, um ator possa expandir seu movimento, seus interesses, por uma vasta rede de associações.

Assim, a SEOP é um agente que só tem sentido na medida em que concordamos que existe ordem e desordem. E mais do que isto, também temos que concordar que é o aparelho da SEOP (seus agentes, guardas municipais, o secretário, o subsecretário) que vai ser capaz de identificar o que é o quê. Ou seja, a SEOP se torna a porta-voz da ordem e da desordem. Portanto, para que a SEOP se mova e mova outros atores segundo seus interesses, é preciso que estas associações e sucessões sejam consideradas como fatos, certezas, e não como uma possibilidade dentre outras. E os obstáculos devem estar devidamente fixados para que “a desordem” aconteça e apareça quando ela é esperada, assim como “a ordem”.

3.8 A ORDEM É PÚBLICA

A partir deste momento, pode-se dizer que a peste se tornou o caso de todos nós. (...) uma vez fechadas as portas, aperceberam-se de que estavam todos, até o próprio narrador, metidos no mesmo saco e que era necessário arranjar-se.
(Camus, *A peste*)

A construção da noção de *ordem pública* também envolve um procedimento de tornar diferentes questões um problema de todos, ou, algo que diz respeito a toda a “cidade”. Concebe-se, portanto, a cidade como uma unidade, um meio, no qual determinadas práticas resultam em consequências gerais.

Neste sentido, o problema da ordem como coisa “pública” pode ser associado ao modelo disciplinar da *peste* descrito por Foucault. Este, ao analisar o surgimento da medicina moderna, afirma que, ao contrário do que geralmente se interpreta, esta não é marcada centralmente por um caráter individual. Mas sim, que ela deve ser tratada como uma *medicina social*, justamente porque atua como tecnologia em um *corpo social* (Foucault, 1979, p.79). O esquema médico-político moderno consiste, sim, em vigiar e controlar os indivíduos, mas enquanto célula deste corpo social. Diferente do esquema anteriormente suscitado pela lepra, em que o doente era excluído da cidade, o esquema da peste, que caracteriza esta medicina, é o de internação dos indivíduos em células de um espaço minuciosamente analisado. É, portanto, um processo de individualização operado pela vigilância, como ferramenta que faz parte de uma imensa rede de controle de uma totalidade esquadrihada. O sentido da vigilância do próprio comportamento ou da correção da conduta por uma intervenção exterior se dá na esfera individual, mas em função daquilo que afeta a *todos*. Este modelo se configura como uma “tática disciplinar”, que segundo Foucault “se situa no eixo que liga o singular e o múltiplo” (1987, p.148). Ele cria duplamente o indivíduo e o todo que ele compõe e se constitui como uma ferramenta indispensável na tarefa de criar *ordem*. Pois, é pela constituição de células individuais controladas, que se “transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (*ibid*).

O Manual de Ordem Pública distribuído pela SEOP para a população chama atenção de como atitudes individuais são passíveis de ordenamento, justamente porque podem causar, segundo a perspectiva nele defendida, danos à cidade como um todo. Assim, o dono deve controlar o comportamento do seu cão, pois seu animal “não pode ser um incômodo para os outros”, não se deve jogar lixo na rua porque “piora a imagem da *nossa* cidade”, não se deve parar em um cruzamento porque “um único carro (...) produz um transtorno para centenas de

motoristas”, ou – indo ainda mais longe na abrangência do impacto das ações que cada um deve conceber enquanto indivíduo – o Manual aconselha que você seja “solidário” porque “Ajudar o próximo é sempre importante. Gentileza gera gentileza, assim você com pequenos atos consegue grandes mudanças e *torna o mundo* mais humano e menos violento”.



A questão aqui, novamente, não é ir contra ou a favor de nenhuma destas recomendações. Mas observar que, como Foucault nos lembra continuamente, cada uma delas está associada a um aparato discursivo histórico-político de tal maneira naturalizado, que é comum analisá-las apenas segundo o critério da concordância ou não. Deixando de lado o aspecto que as caracteriza como mecanismo de individualização, de criação de um indivíduo, que deve, ao mesmo tempo, se vigiar continuamente, vigiar os outros e conceder autoridade ao Estado para vigiá-lo, uma vez que suas atitudes provocam consequências na vida *pública* – quando decretada a condição da peste, a certeza do pertencimento a uma totalidade nos submete e nos faz submeter cada um ao controle em prol de todos.

Esta cartilha de comportamentos prescritos se justifica por uma necessidade de estender preceitos de convívio das esferas mais privadas às mais públicas. Lembramos do texto que introduz este trabalho:

Conviver bem com as pessoas que estão ao nosso redor é fundamental para termos mais qualidade de vida. É assim na escola, em casa, no trabalho e com a nossa cidade não pode ser diferente.”

“Essas foram apenas algumas dicas que irão melhorar a sua vida e a de todos que estão a sua volta. Leia, vivencie, pratique. Vamos transformar o Rio em uma cidade ainda mais maravilhosa. (Manual da Ordem Pública)

É interessante observar que, sob o mesmo argumento, é justificada a repressão às pessoas que urinam nas ruas. O referido movimento de criação da categoria “mijões” faz parte deste processo de constituição de um “problema público”. O esforço está em retirar esta prática individual da esfera privada e recolocá-la nesta esfera pública. Portanto, deve-se considerar o ato de urinar na rua como uma atividade passível de ser reprimida por um órgão público, mantenedor de uma ordem pública, porque isto não é (ou não é só) um problema de má educação individual, mas afeta a cidade como um todo.

O Rio está ganhando com a conscientização da população, que está cada vez mais abraçando a ideia de não sujar as ruas fazendo delas um banheiro particular a céu aberto. (matéria do site da SEOP, 02/07/2010⁸²)

É essencial, se quisermos observar o movimento de transformação das coisas em questões “públicas”, não analisarmos os textos da SEOP e as concepções a eles associadas, pressupondo que já sabemos *a priori* o que deve ser entendido como público. Como afirma Latour: “não sabemos (*a priori*) quem são os atores que compõem o nosso mundo”⁸³ (1984, pp.41) e é desta incerteza que se deve partir para acompanhar como estes atores, que pretendo analisar, passam a se entredefinir⁸⁴. Pois, como afirma Antanas Mockus, ao analisar as políticas municipais adotadas em seu mandato como prefeito de Bogotá, trata-se de *redefinir* o entendimento das pessoas sobre aquilo que é considerado espaço público “físico, ou não-físico” (Mockus, 2005).

Assim, considero novamente que é preciso rever a crítica aos novos modelos de intervenção urbana, que confrontam as ações nestes espaços com uma ideia de “público” como algo objetivamente dado, como um conceito já acabado. Enquanto vemos o tempo todo que o que está em jogo é uma nova criação sobre o que deve ser entendido como “público”. A crítica a estes processos frequentemente nos chama atenção para a privatização dos espaços públicos, se referindo à submissão da esfera pública aos interesses de agente privados. Porém, é curioso observar que este é exatamente o mesmo argumento utilizado para justificar as ações de controle e repressão realizadas pela SEOP.

A orientação da nova administração foi a desprivatização do espaço público. (PMOP, pp.9)

(...) elaborou-se o conceito de Choque de Ordem, que buscou retomar os espaços públicos privatizados. (PMOP, pp.15)

Seguindo a mesma lógica, a fim de reforçar o caráter preventivo que as medidas de controle urbano podem ter em relação à diminuição das taxas de crimes na cidade, no PMOP há o estabelecimento de uma analogia entre crimes e “desordem”, justamente através do argumento da “privatização do espaço público”. Assim, um dono de um bar que ocupa as calçadas públicas com cadeiras de seu estabelecimento estaria operando a mesma

⁸² Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=924388>, acesso em 08/04/11

⁸³ No original “nous ne savon pas qui sont les acteurs qui composent notre monde” (tradução da autora).

⁸⁴ “C’est de cette incertitude qu’il faut partir pour comprendre comment, de proche en proche, les acteurs s’entredéfinissent, en convoquant d’autres acteurs et en leus attribuant des volontés e des strategies” (*op cit.* pp, 41)

“privatização” abstrata que um grupo que, através da ameaça física, submete a população aos seus interesses particulares.

Os homicídios, a corrupção de agentes públicos, a coerção sobre as camadas mais desfavorecidas da sociedade são um exemplo concreto observado no cotidiano, que tem como ponto de partida a desordem urbana. (PMOP, pp.14)

Poderíamos dizer apenas que “a Secretaria está mentindo e que usa este argumento, mas *na verdade* estas são ações que tem como objetivo oculto realizar a verdadeira privatização do espaço público, através da defesa dos interesses dos representantes das classes proprietárias”. No entanto, ainda que não se trate de afirmar que isto não está acontecendo, podemos chamar atenção para que, se constituirmos a crítica pressupondo um “público” e um “privado” dados, verdadeiros, perdemos uma importante dimensão do processo. Pois, creio que estamos diante de uma disputa pela redefinição daquilo que é entendido como público. E interessa observarmos de que maneiras e com quais mecanismos estes novos modelos operam esta tarefa.

Neste sentido, podemos retomar a reflexão de Foucault sobre o “medo urbano” no contexto do desenvolvimento da medicina moderna (urbana) fundada no modelo da peste. Este medo da cidade está associado, segundo Foucault, a um “certo número de pequenos pânicos” (Foucault, 1979, pp.87), que dizem respeito a vários elementos que sempre estiveram relacionados com a falta de uma ordem, como o “amontoamento” da população (de vivos e de cadáveres), o aumento do número da população, as epidemias urbanas; todos estes fatores dizem respeito a esta *multidão*, ao crescimento de forças sociais sem controle. A solução dada na época, e aparentemente em voga atualmente, é a criação de um indivíduo, enquanto célula de controle, uma vez que suas atitudes interferem na totalidade, na qual se estende o esquadrihamento. Como funciona este modelo em tempos de peste? Cada indivíduo deve permanecer isolado, a cidade deve ser dividida e controlada por um sistema de vigilância generalizada, que deve gerar um sistema de registros que, por sua vez, devem confluir para uma centralidade do controle (*op cit*, pp.88). Todas estas medidas se justificam porque, uma vez infectado, o indivíduo se torna um problema *público*, já que todas as suas atitudes podem resultar na propagação da peste, no contágio dos demais.

Segundo a cadeia de associações causais estabelecida nos textos da SEOP, inspirada na teoria das “Broken Windows”, cada atitude individual “desordeira” é o germe para a propagação do ambiente de desordem urbana que resulta em uma série de consequências indesejadas para a cidade “como um todo”.

A teoria [*Broken Windows*] propõe que os delitos, comumente praticados livremente e em larga escala, criam o ambiente propício para a desordem generalizada, aumentando, em cadeia, a incidência de grandes delitos e conseqüentemente, a sensação de insegurança da população. Esse problema, por sua vez, prejudicou consideravelmente a cidade do Rio de Janeiro. (PMOP, pp. 25)

Como também vimos anteriormente, no texto dos criadores da referida teoria esta associação justifica a necessidade do controle, ou da checagem, de atitudes individuais, em função desta correlação com a propagação de uma “epidemia de crimes”.

O mendigo não monitorado é, de fato, a primeira janela quebrada. (Wilson e Kelling, 1982)

Estas últimas considerações estão relacionadas a um contexto de criação desta teoria e o foco desta é realmente na “atuação policial” de controle de alguns indivíduos que possam representar um foco de propagação dos maus comportamentos. Mas, como sinalizei no início deste capítulo, é possível conciliar ou tornar indissociável a atuação do aparato policial e outro patamar de operação deste controle que é expresso como um processo de *conscientização* da população. E que, no caso do Rio, se traduz tanto nas pessoas legitimarem o controle da guarda municipal (porque as atitudes de determinados indivíduos também dizem respeito às suas vidas), quanto em cada um exercer o autocontrole (uma vez que suas atitudes individuais têm um impacto em uma determinada totalidade). Para que esta última postura (mais próxima dos argumentos desenvolvidos nas políticas bogotanas) funcione, é imprescindível que haja um reconhecimento do pertencimento e da existência desta totalidade.

3.9 ENTÃO SE TORNA INDISPENSÁVEL TER UMA CULTURA:

Para expandir suas concepções e interesses, a equipe da SEOP está bastante atenta à importância de adquirir aliados, ou seja, à necessidade de que outros atores traduzam seus interesses pelo mundo. Estes atores, traduzindo-a, irão deslocá-la e irão permitir que suas teorias se movam. É na tarefa de ser autorizada como o crivo daquilo que é ordem ou desordem que será preciso que outros atores ajam a partir da Secretaria.

Outro fator de destaque é o incentivo à mudança de *cultura*, da ilegalidade para a legalidade, mudança na qual os cidadãos *são convidados* a participar e trabalhar em conjunto para a preservação da urbe. (PMOP, p.9, grifos meus)

Mas, aceitar tal convite implica em legitimar uma série de pressupostos a serem estabelecidos para a efetivação de tal projeto: em primeiro lugar, é preciso admitir que a população compartilha de uma cultura, na verdade que compartilha de duas culturas; em segundo lugar, que existe uma cultura que é errada, que pode (e deve) ser reformada; e por fim, que há uma outra cultura, essa sim, legal, que deve ser preservada. Estes pressupostos fazem operar um mecanismo que, para funcionar, deve, ao mesmo tempo, promover uma unidade (um pertencimento) e criar assimetria.

Uma coisa é a cultura da ilegalidade, que se conecta com as diferentes representações da malandragem, da preguiça, do jeitinho, enfim, estes muitos *faitiches* que marcaram diferentes tradições de produção de conhecimento (científico ou não), sobre *algumas* pessoas nascidas no Brasil, na região Nordeste e também no Rio. Outra coisa é a Cultura Carioca.

Há vários investimentos no sentido de constituir uma relação de pertencimento com uma identidade que caracterizaria a população do Rio – “os cariocas”. Para que as imagens-idade constituam artefatos reais, pautados por essa perspectiva, é muito útil que as pessoas se identifiquem com esse pertencimento. Mas ao mesmo tempo, devem concordar, e participar, do projeto de correção das “inadequações” desta cultura.

A apresentação do projeto de “Desenvolvimento de campanhas de divulgação, comunicação e mobilização em relação à política de ordem pública” (PMOP, p.37) destaca o que seria a “função educativa” da Secretaria.

(...) a *função educativa da SEOP*, ao passo que, ao *conscientizar a população*, estabelece uma relação orientada pelo respeito ao espaço público. Tal ação é importante na medida em que um dos aspectos ressaltados na nova política de ordem pública é a *mudança cultural*. A campanha de comunicação reforçará a importância desse aspecto e *será seguida pela mobilização da sociedade carioca por meio do estabelecimento de parcerias com a finalidade de valorizar a ordem pública*. (ibidem, grifos meus)

Os convidados podem participar do processo de duas formas: ou se associam à Secretaria e compartilham de suas visões, se tornando propagadores da ordem pública (o que significa ser “denunciador” da desordem), ou se tornam alvo da “mudança cultural”.

A concepção de cultura em jogo neste projeto, mais uma vez, remete ao sistema de “cultura como *valor*”, descrito por Guattari (GUATTARI e ROLNIK, 1986), apresentado no primeiro capítulo. Pois remete à lógica de uma cultura correta e outra equivocada, que deve ser corrigida, e, desta forma, diferenciando aqueles que desta participam. A ideia de educação/conscientização guarda, nesse caso, um forte componente civilizatório, posto em prática em diversas concepções da Secretaria.

Choque de Ordem começa na Urca e Praia do Flamengo

O secretário ressaltou ainda que o Choque de Ordem atuará também na área do parque, intensificando ações de acolhimento de população de rua. "Temos uma área de beleza exuberante e precisamos zelar por ela. Para isso, temos que mudar *a cultura da população dos barraqueiros e frequentadores do local*. São anos sem cumprimento de regras. (matéria do site da SEOP, publicada em 19/05/2010⁸⁵)

As praias da Urca e Flamengo são marcadas por alguns entrelaçamentos de sentidos que por si só já as distinguem de outras da cidade. Elas estão localizadas na Zona Sul (onde mora a população mais rica e onde há maiores investimentos em equipamentos públicos), mas ficam voltadas para a Baía de Guanabara e, por isso, são consideradas impróprias para banho na maior parte do ano. Logo, são praias menos valorizadas por turistas e pela população rica da Zona Sul. No entanto, elas também figuram na imagem oficial da cidade, especialmente enquanto paisagem.

A notícia da página da SEOP na internet indica a problemática presente nisto que, para muitos (e pelo que parece, também para a Prefeitura), se configura como uma contradição: pessoas pobres – associadas a toda uma miríade de preconceitos sobre formas de agir – usufruindo de uma paisagem-território (para lembrarmos que as paisagens também são políticas) em plena região nobre da cidade. Desta forma, compreendo que podemos observar que há um público-alvo privilegiado para o enfoque pedagógico/civilizatório da SEOP: aqueles que participariam da “cultura da ilegalidade”.

Os outros atores, os cariocas, estão de fato convidados a participar dessa mudança cultural, mas a Secretaria, devidamente fundamentada em argumentos já estabelecidos oficialmente, se coloca como o ator legítimo para executar tal projeto de correção da cultura de parte da população, através de diferentes mecanismos.

⁸⁵ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=806365>, acesso em 08/04/11.

CONSIDERANDO o dever-poder de agir da Administração Pública no sentido de implementar o ordenamento através da *normatização* das posturas municipais. (Decreto municipal nº30548⁸⁶)

Seop entrega 714 licenças para ambulantes que atuarão na Tijuca

Além das autorizações, todos os ambulantes receberão dois coletes e as barracas padronizadas. Na ocasião, o Coordenador de Controle Urbano, Eduardo Laviola, dará *uma palestra sobre Posturas Municipais*. (matéria do site da SEOP, publicada em 06/05/2010⁸⁷)

O que está sendo constituído é uma forma correta de se viver na cidade. A ideia é “fazer viver” (Foucault, 2005), é ensinar a viver dentro de uma nova perspectiva.

Levar o ordenamento a uma região há tanto tempo sem lei é uma tarefa árdua, porém necessária, até mesmo para a manutenção do trabalho da polícia no local. E a legalidade é um dos primeiros passos para a implantação da ordem pública em uma comunidade. Não queremos acabar com os bares de lá, mas sim *transformar seus donos em microempresários* aptos a tocarem seus negócios dentro da lei. (Matéria do site da SEOP, publicada em 31/05/2010⁸⁸, grifos meus)

A garantia de que os bares não serão retirados, mas que apenas seus donos vão ser levados para cultura da legalidade é interessante para lembrarmos como essas “duas culturas” – a da ilegalidade e a carioca – interagem. É o processo de constituição das imagens oficiais analisado no primeiro capítulo, que toma como “matéria-prima” elementos diversos, e mesmo antagônicos à imagem que se quer fazer funcionar. Como nos fala Guatarri (op. cit. 1986), há sempre elementos minoritários que os modos de produção de subjetividade *capitalística* devem aceitar para se manter. Mas mais do que aceitar, é possível perceber incessantemente os processos de captura de elementos, a princípio contra imagens oficiais, reinventados segundo esta lógica.

Neste sentido, as ações da SEOP na região da Lapa são de especial interesse, no que se refere ao “projeto cultural” associado ao que podemos entender como “componente civilizatório”, presente na política de ordem pública. Em primeiro lugar, porque a Lapa é uma localidade eleita como ícone desta “cultura carioca” e que, por conta disso, vem sendo foco de diversas intervenções urbanísticas, profundamente marcadas pela lógica do marketing urbano.

O projeto, elaborado na gestão de Eduardo Paes, que agrupa estas intervenções na localidade, recebe o nome de “Lapa Legal” e tem como marco de criação o Decreto

⁸⁶ Este decreto estabelece regras para o funcionamento do serviço de manobrista em estabelecimentos privados.

⁸⁷ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=768005>, acesso em 08/04/11

⁸⁸ Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=843075>, acesso em 08/04/11

Municipal nº 30.382, de 2 de janeiro de 2009, que cria o grupo de trabalho responsável pela sua elaboração e justifica:

CONSIDERANDO a forte *vocação multicultural* da Lapa, marcada pela sua riqueza histórica, arquitetônica, artística e democrática. (Decreto municipal nº 30382, grifos meus)

A partir desta perspectiva, tal projeto vem sendo implementado através de uma série de intervenções em curso ao longo de todo o período de elaboração deste trabalho. Dentre elas está a criação do que ficou denominado de “Feira Lapa Legal”, que consistiu em uma ampla intervenção no comércio ambulante de alimentos na região. Criada em 10 de junho de 2009 (Decreto Municipal nº 30.798), a feira passou a funcionar de acordo com as normas determinadas pela SEOP (resolução nº 11). Segundo estas normas, as barracas de alimentos poderiam ser montadas de quarta a domingo, a partir das 18 horas, e desmontadas até às 4 da manhã. A principal mudança foi a concentração e fixação espacial das barracas e a padronização das mesmas. Pois, segundo a resolução, durante o funcionamento da feira ficou proibido qualquer comércio ambulante, que era uma das práticas mais frequentes na região (especialmente de bebidas), e todas as barracas passaram a ficar dispostas na calçada, em frente aos arcos da Lapa⁸⁹. Os antigos ambulantes que conseguiram a autorização para ter uma barraca na feira, através de sorteio, também tiveram que atender aos modelos determinados pela prefeitura:

Art. 6º As atividades serão desempenhadas por meio de barracas compostas de tabuleiro de dimensões de dois metros de comprimento por dois metros de largura, conforme modelo a ser aprovado posteriormente, sendo sua obtenção e montagem de inteira responsabilidade do autorizado.

(Resolução nº 11, p. 3)

Essa reformulação espacial é um dos exemplos mais característicos de como as mudanças físicas no espaço urbano podem funcionar como discursos oficiais no que se refere à criação de novas imagens, ou novas formas de se constituir cidade. A nova arrumação das barracas, posteriormente padronizadas com a cor azul (ícone da identidade visual da prefeitura), faz surgir uma nova experiência do que é estar neste local, distinta, sem dúvida, daquela que anteriormente era construída a partir da relação com vendedores de alimentos espalhados ao longo das ruas ou em constante movimento. Não pretendo aqui afirmar que

⁸⁹ A área da feira descrita na resolução é: “na calçada lateral da Sala Cecília Meireles e no espaço compreendido entre os Arcos da Lapa e o Anfiteatro”.

uma forma é melhor do que a outra, apenas enfatizar que isto representa uma forma prático-discursiva que altera as maneiras de se “experienciar” *estar na Lapa*. E observo isto, especialmente em relação aos próprios vendedores. Pois, se antes a determinação do ponto de venda e a quantidade de ambulantes era fruto das relações estabelecidas entre eles, agora passaram a lidar com a presença do Estado. E é o Estado, através da SEOP, que vai agora determinar quem pode ou não vender. Conforme vínhamos acompanhando, essa permissão vem acompanhada de um processo de “normalização” (Foucault, 2005) de formas de viver. É o funcionamento do *biopoder*, como “a possibilidade e técnica e politicamente dada ao homem não só de organizar a vida, mas também de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo” (op. cit., p. 303). E esta organização das formas de viver não vêm, como destaca Foucault, necessariamente através de proibições e interdições. O poder que cria, diz como se deve viver.

No caso dos ambulantes da “Feira Lapa Legal”, as normas elaboradas pela SEOP determinam que o feirante deverá:

III - atender ao público e comportar-se com civilidade e boa educação, abstendo-se de atitudes chulas e descortesias;

IV - apresentar-se em condições de asseio e utilizar calçados e roupas adequadas à atividade, que serão posteriormente definidas;

(Resolução nº 11, p. 4)

É importante observar que não são procedimentos rigidamente determinados, mas que soam quase como conselhos. Uma orientação de civilidade pautadas segundo diretrizes da política de ordenamento.



A referida “vocalização multicultural” da Lapa não diz respeito às criações de possibilidades abertas ou dissidentes de imagens-cidades não oficiais. Ao contrário, poderíamos associá-la à propriedade que Guatarri descreve de uma cultura ser “relativamente policêntrica ou polietnocêntrica, e preservar a postulação de uma referência de “cultural-valor”, um padrão de tradutibilidade geral das produções semióticas, inteiramente paralelo ao capital” (op. cit., p. 23 e 24). A ideia é que todas as potencialidades e atualizações, mesmo as dissidentes, sejam passíveis de serem traduzidas na perspectiva da “ordem”.

Neste sentido, seja na Lapa ou em qualquer outro território de atuação das políticas de ordem pública, a construção de uma cultura e/ou promoção de uma maneira correta de agir, a

partir da concepção de um pertencimento a uma cultura equivocada, são importantes mecanismos de produção de imagens oficiais.



Figura 8: Grafite em muro na Lapa

A questão é que, para pensarmos essa produção de imagens, não podemos analisar as ações da SEOP considerando a existência de nenhum conceito transcendente, seja de “ordem”, seja de “público” ou uma “cultura carioca”, independentes das relações sócio-políticas através das quais a SEOP se move. Cada uma destas coisas é constituída nestes processos. São artefatos, os *faitiches*, que, porque são inventados, produzem elementos que passam a funcionar como realidade. O que a SEOP busca é ser o agente que pode determinar indiscutivelmente o que está em ordem, ou não.

Isto significa que a equipe da SEOP e o corpo executivo da Prefeitura estão mentindo? Que a ideia de “ordem” é apenas uma falsa desculpa para a realização de seus verdadeiros projetos para cidade? Estas seriam explicações mais cômodas, mas que não dão conta de refletir sobre a ideia de ordem, quando ela verdadeiramente funciona. Ou seja, dizer que “a ordem é uma mentira ardilosa” nos permitiria não nos preocuparmos com ela e partirmos para

atacar “os verdadeiros problemas”. Mas a aposta das reflexões aqui expostas é a de que vale a pena, politicamente, nos preocuparmos em entender o que os diferentes atores que constituem as imagens de cidade, que, por sua vez, instauram aquilo que compreendemos como a cidade do Rio de Janeiro, estão afirmando como “ordem”. Que, sem dúvida, não é sempre a mesma coisa, mas que pauta e constitui novas relações, ou seja, funciona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU ÚLTIMA SEQUÊNCIA DE MONTAGENS ASSOCIATIVAS:

Vou propor uma última sequência de montagem de associações, a sequência final. Que não precisa ser conclusiva, mas que não deixa de ter o peso ser a última.

E começo afirmando que este trabalho corre o risco de se tornar “datado”, pois dialoga com uma conjuntura bastante específica, situada em determinado período de tempo. Não pretendo tentar escapar deste destino, afirmando que o caso dos processos de elaboração de imagens-cidade do Rio, de homogeneização de uma Cultura Carioca e de legitimação da autoridade da Secretaria Especial da Ordem Pública, são exemplos que serviram para pensar processos similares em outros locais e outras épocas. E até que podem servir mesmo para inspirarem novas montagens em novas reflexões. Porém, não me sinto à vontade em dizer que são exemplos de processos similares que acontecem em todo o mundo. Na perspectiva da múltipla inventividade humana com que pretendi trabalhar, creio que em todas as cidades ainda temos infinitos caminhos que podem ser seguidos. Desde que, claro, haja chance e disposição para fazer cair alguns obstáculos. E mesmo outros obstáculos inesperados poderão surgir conformando as invenções das cidades de outra maneira.

Não há, portanto, grandes chances de fuga da datação deste trabalho. Mas na verdade essa qualidade não é algo que eu gostaria exatamente de evitar. Isto porque tenho amplo interesse que este trabalho seja avaliado dentro de uma perspectiva que o articule historicamente. E que, neste sentido, sirva como desencadeador para futuras observações e montagens. O que quero dizer é que busquei, pretensiosamente, recortar através dessa escrita determinados elementos que a mim parecem interessantes e que valem a pena ser acompanhados.

No entanto, há algo especial no aspecto “datado” das relações aqui estabelecidas, justamente a oportunidade que os leitores terão de seguir os deslocamentos dos atores escalados e das traduções por eles elaboradas. O próprio caráter inaugural das políticas de ordem pública e a ideia de inflexão temporal construída pela Prefeitura dão a oportunidade de acompanharmos os processos da invenção de imagens/*faitiches*-cidades relativamente novos, ou ao menos, que se apresentam como novidade.

Apesar de entender que “o momento” é uma categoria temporal absolutamente atrelada às estratégias de fundação de uma temporalidade neste processo. Podemos, como está sendo aqui defendido, observá-la atentamente. Pois estamos realmente diante de uma série de mudanças e transformações que temos a oportunidade de acompanhar: no fim de ano de 2011.

Os ambulantes não estão nas ruas que costumo percorrer para chegar a minha casa; os novos moradores do meu bairro não acompanharam tal mudança. Será que eles iriam morar lá se os moradores de rua continuassem a vender objetos usados nas calçadas? Há muitas coisas que vamos “ver” (recortar e montar) se transformarem em inaceitáveis, em inimagináveis. São os novos “pontos de apoio”, os “novos obstáculos”, que estão sendo erguidos e fixados e determinando a conformação das potências de realidade. E talvez, a lembrança de que tais obstáculos não estiveram sempre ali, ou de que ali já existiram outras possibilidades, que não um espaço “vazio”, seja uma das melhores formas de não os considerar como naturais, ou indiscutíveis.

Neste sentido podemos retomar brevemente o percurso feito até aqui, lembrando que, como a noção de “imagens da cidade” – utilizada por autores clássicos do pensamento acerca das cidades, como Kevin Lynch, ou por autores contemporâneos, como o filósofo Armando Silva, para problematização de questões mais complexas sobre os processos de percepção e constituição dos espaços urbanos – passou a funcionar como elemento central da teoria crítica aos mais recentes modelos de administração pública, organizados segundo os princípios do planejamento estratégico e pautados pelo uso do *city marketing*. O exacerbado uso da linguagem midiática – que não se restringe à divulgação e promoção das intervenções nas cidades, mas oferece a lógica nas quais essas intervenções são pensadas, resultando em uma “arquitetura do espetáculo”, quase inerente à aplicação de tal modelo – levou muitos pesquisadores a localizar a noção de imagens da cidade no patamar de ferramenta espetacular diretamente vinculada a tais processos.

Partindo de um especial interesse acerca da elaboração dessas imagens de cidades, aguardarei com certa inquietação o resultado sobre a eleição da cidade do Rio de Janeiro para cidade sede das Olimpíadas de 2016. Isto porque, mesmo antes do resultado, a realização de tal evento estava sendo entendida, no âmbito das reflexões acadêmicas, como estopim para a efetivação da aplicação da gramática do planejamento estratégico, há muito defendida e utilizada como modelo na administração pública no Rio de Janeiro (VAINER, 2000; SANCHEZ, 2011).

Como a confirmação da realização dos Jogos se deu no primeiro ano da gestão municipal de Eduardo Paes (que, sem dúvida, levava em conta a possibilidade de que isto ocorresse), seu governo passou a ser associado com tal modelo estratégico de gestão de forma quase exemplar. Interpretação esta que permite uma frutífera análise no que diz respeito à produção de imagens de cidade segundo a lógica do *city marketing*. No entanto, creio que este contexto nos oferece algo mais interessante, que é o esforço pretendido na reflexão que

acompanhamos até aqui. Com ela busquei partir da noção de imagens da cidade, marcada pela teoria crítica em relação ao contexto contemporâneo, mas para recolocá-la segundo outra chave de compreensão, a fim de provocar questionamentos que envolvem aspectos e temáticas, associados à abordagem acerca das representações e percepções da cidade, não apenas nos termos de autores como Lynch e Silva, mas também por uma corrente de reflexão que, avalio, coloca em cheque a própria lógica da construção de conhecimento sobre aquilo que entendemos como cidades e como a experiência de estar nelas.

Mas, ainda levando em conta o contexto teórico deste debate, a escolha da análise sobre a Secretaria Especial da Ordem Pública poderia soar um tanto incoerente, uma vez que esse órgão não se configura nem como um aparato mais “clássico” no que diz respeito à produção espetacular de imagens, nem está diretamente associado a campos de produção “cultural”, como os que Armando Silva analisa (arquitetura, grafites, vitrines de lojas). A apropriação mais comum de aparatos como a SEOP, no que se refere à crítica dos modelos recentes de gestão urbana, diz respeito à repressão exercida pelo governo, que muitas vezes, permanece “debaixo dos panos” dos processos de preparação da cidade para a realização de grandes eventos. Este é, sem dúvida, um aspecto relevante e é preciso que se faça conhecer a atuação da SEOP que não é amplamente divulgada pela mídia, como, por exemplo, as diversas denúncias de abusos de autoridade e violações de direitos, associadas à remoção de famílias de bairros que estão sofrendo intervenções urbanísticas⁹⁰, ou as formas truculentas de apreensão e, em muitos casos, a não devolução de mercadorias e equipamentos de trabalho de camelôs. Neste sentido, a articulação dos movimentos sociais e os usos de mecanismos de informação fazem um papel imprescindível no que diz respeito a “fazer aparecer” esses aspectos que também compõem esta lógica de administração urbana⁹¹. Mas, quando digo “também”, quero salientar que esta não é a instância mais verdadeira destes acontecimentos na cidade. Ao contrário, ela é imprescindível para tal modelo, mas ao identificá-la, não podemos abrir mão, absolutamente, de refletir acerca da face que se “faz ver”.

É comum que as imagens expressas em textos oficiais, que, como indiquei, referem-se a posicionamentos explicitamente assumidos de diferentes atores envolvidos em tais processos, sejam negligenciadas enquanto objeto de reflexão que pode trazer importantes

⁹⁰ Episódios como estes foram denunciados a partir da missão da Relatoria pelo Direito à Cidade realizada pela Plataforma DHESCA (em maio de 2011), e também no dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa: “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil” (divulgado em dezembro de 2011).

⁹¹ Neste sentido são relevantes os diversos vídeos disponibilizados na internet, produzidos a durante operações da SEOP e a partir de entrevistas com pessoas que foram atingidas pelos efeitos de tais operações. Além do filme “Choque” de Vladimir Seixas.

contribuições para a compreensão dos mesmos. Seja pela compreensão crítica, que, como venho afirmando, as identifica como tentativas falaciosas de ocultar a verdade e se concentra em investigar dados, números e provas que possam revelar “o que realmente está se passando”, por exemplo, no que se refere à preparação da cidade para os Jogos Olímpicos. Mas, também, pelo fato de que muitas vezes elas aparecem quase como insignificantes, misturadas a tantas outras propagandas espalhadas pelos espaços urbanos, ou como se não dissessem respeito ao que realmente está se passando ali. Como se esses cartazes, frases e imagens (visuais) não fossem capazes de provocar nenhum efeito real nas nossas formas de sentir, ver, usar e pensar cidade. Possivelmente as pessoas não acham que o poema passando nas televisões das estações do metrô, que fala das maravilhas de “ser carioca”, tenha algo a ver com sua viagem. Ou os frequentadores da Lapa não acham que tenha alguma influência sobre sua experiência neste local os cartazes afirmando que “malandragem é não fazer xixi na rua”.

Luis Antonio Batista nos conta que Walter Benjamin, ao “arrancar” em um aforismo de seu ensaio “Rua de mão única” o texto da tabuleta de uma cervejaria: “Alemão bebe cerveja alemã”, não está buscando identificar indícios para descobrir a gênese do nazismo, “à semelhança de um diagnóstico médico ou de uma procura detetivesca” (BATISTA, 2010). Ao contrário, Batista afirma que Benjamin,

(...) à semelhança de um colecionador, arranca o fato da ordem que determina a sua verdade, e o torna estranho ao significado que o define. Sugere-nos vislumbrá-lo como se o percebêssemos pela primeira vez, desencantando-o da aura das naturalizações. (op.cit.)

Desta forma, Benjamin e Batista, nos ajudam a chamar atenção para aquilo que passa despercebido, seja porque está mergulhado na familiaridade do cotidiano, mas também, e aqui me aproprio de tal reflexão, porque os aspectos “oficialescos” de algumas imagens as dotam de uma artificialidade que parece reduzir sua importância. Mas podemos levar em conta sua potência enquanto *faitiches* e não como meros artefatos acessórios que se referem a uma cidade já dada. Mas como elementos que constituem aquilo que é entendido como cidade e, portanto, cidade.

REFERÊNCIAS :

- AMENDOLA, G., *La Ciudad Postmoderna: magia y miedo de La metropolis contemporânea*, Madrid: Celeste Ediciones, 2000
- ARANTES, O. “*Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*”. In ARANTES, O; VAINER, C. B; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. São Paulo, Vozes, 2000. p.11-74.
- ARANTES, O. “*A cultura da cidade: animação sem frase*”, In: ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha. 5ª ed. São Paulo: EDUSP. 1998. p. 135-178.
- ARAÚJO, F. G. B. “*“Identidade” e “Território” enquanto simulacros discursivos*”, In: ARAUJO, F. G. B (Org.); HAESBAERTH, R. (Org.), Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.p. 13-32.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; FAGUNDES, A. L.. A Municipalização da Segurança Pública no Brasil: Pressupostos Teóricos e Critérios para a Implementação de Políticas Públicas de Segurança. *Revista de Estudos Criminais*, v. 1, 2007. p. 89-106
- BATISTA, L.A. In: *Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia 2010. p.213-219
- BERNARDET, J. *Cineastas e Imagens do Povo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BORJA, J; CASTELLS, M. Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos, In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XI, nº 1 e 2, p. 207-231, 1997.
- CAMUS, A. *A peste*. Edição Livros do Brasil Lisboa, s.d.
- CARUSO, H. “*“Choque de Ordem na Lapa”*: Uma análise sobre as lógicas e práticas de policiamento no ‘centro cultural’ do Rio de Janeiro”, In: LIMA, R. K; EILBAUM, L; PIRES, L. Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010, vol. I, p. 71-110.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. “*Aparelho de captura*”, In: DELEUZE, G. E GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, São Paulo: Ed. 34, 1997. vol. 5. p.111-178.
- DELEUZE, G. “*Platão e o simulacro*”, In: DELEUZE, G. Lógica do sentido. São Paulo: Perspectiva. 2007.p. 259-272.
- _____. “*Post-scriptum sobre a sociedade de controle*”, In: DELEUZE, G. Conversações, São Paulo: Ed. 34, 1992.p.219-226.

- _____. *O que é filosofia?*, São Paulo: Ed. 34, 1992.
- _____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Em defesa da sociedade*, São Paulo: Martins fontes, 2005.
- GARCIA, S. E MEDINA, A. O síndico do Rio. *Veja Rio*, Rio de Janeiro. Ano 18, n. 3, p. 22-27, janeiro 2009.
- GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*, Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERTH, R. “*Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*”, In: ARAUJO, F. G. B. (Org.); HAESBAERTH, R. (Org.), *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.p.33-56.
- HOSPERS, G. Lynch’s The Image of the City after 50 Years: City Marketing Lessons from na Urban Planning Classic. In: *European Planning Studies*, vol. 18, no. 12.p.2073-2081 Dezembro,2010.
- JACQUES, P. B. “Labirinto”, In: JACQUES, P.B. *Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio, Casa da Palavra, 2003.
- _____.(Org.) *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _____. *Notas sobre espaço público e imagens da cidade*. Arqutextos, São Paulo: Vitruvius, 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/10.110/41>. Acesso em: 11.2011.
- LATOURE, B. *Les microbes: guerre et paix*. Paris: Editions A. M. Métailié, 1984.
- _____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESC, 2000.
- _____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses e fe(i)tiches*, Bauru: EDUSC, 2002.

____. *Paris ville invisible: Le plasma*. Catálogo da exposição *Airs de Paris*, Paris, 2007, p. 260-263. Disponível em <http://www.bruno-latour.fr/poparticles/poparticle/P-123-BEAUBOURG-PARIS.pdf>, Acesso em 10.2011.

____. *Reesamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção natureza e cultura na cosmologia juruna. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999.

LINS, C. In: BENTES, I. (Org). *Ecos do Cinema: de Lumière ao digital*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

LYNCH, K., *A imagem da cidade*, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MUÑOZ, F. “*Brandcelona*” *La ciudad está em venta*. Barcelona: La Vanguardia, 2003

MOTTA, C. “*Novo Modelo de Governança Urbana via Mercado? O Projeto Áreas de Revitalização Econômica no Rio de Janeiro*”, disponível em http://observatoriodasmetroles.net/index.php?view=article&id=1057:areas-de-revitalizacao-economica&option=com_content&Itemid=88&lang=pt, Acesso em 07.2009

NACIF, C., CARDOSO, D. e RIBEIRO, M. *Estado de Choque: legislação e conflitos no espaço público da cidade do Rio de Janeiro – brasil (1993-2010)*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

NOVAIS, P. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

Plano estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009.

Plano Municipal da Ordem Pública, 2010.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*, São Paulo: Ed. 34, 2005.

RIBEIRO, A. e SÁNCHEZ, F. “*City marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século*”, In: SÁNCHEZ, F. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*, Curitiba: Ed. Palavra, 1997.

ROVIRA, N. B. Producción de imagem en la Barcelona Del 92. *Revista Estudios Geográficos*, Barcelona, v. 54, n. 212, p.453-503. jul/set. 1993.

SANCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. In: *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, n.16, p. 31-49. Jun. 2001.

_____. “A cidade tornada espetáculo”, In: *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SANCHEZ, F. et al. Rio 2016: o projeto olímpico e sua economia simbólica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SILVA, A. *Imaginários Urbanos*, São Paulo: Perspectiva, CAB: Bogotá, 2001.

STENGERS, I. *A invenção das ciências modernas*, São Paulo: Ed. 34, 2002.

TELLES, V. *Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade*. In: OLIVEIRA, F (Org.); RIZEK, C (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VAINER, C. B. *Pátria, empresa e mercadoria*. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In ARANTES, O.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.p.75-104.

_____. *Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VEYNE, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

_____. *Como se escreve a história*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982.

WILSON, J. Q. e KELLING, G. L. *Broken Windows*. 1982.

XAVIER, I. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

ZUKIN, S. Aprendendo com Disney World. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, v.23, n. 43-44, p.11-27, jun.2003